



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS – MEL

CLEVISVALDO PINHEIRO LIMA

**TV GLOBO E A SURDEZ: COMPREENSÕES ACERCA DO DISCURSO SOBRE O
IMPLANTE COCLEAR**

TERESINA

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS - CCHL
PROGRAMA DE MESTRADO EM LETRAS – MEL

CLEVISVALDO PINHEIRO LIMA

**TV GLOBO E A SURDEZ: COMPREENSÕES ACERCA DO DISCURSO SOBRE O
IMPLANTE COCLEAR**

Dissertação encaminhada para defesa junto ao Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Piauí (PPGEL\UFPI), Área de concentração Estudos da Linguagem, sob a orientação da Prof^a. Dr^a Maraisa Lopes.

TERESINA

2018

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas e Letras
Serviço de Processamento Técnico

L732g Lima, Clevisvaldo Pinheiro.
TV globo e a surdez: compreensões acerca do discurso sobre o implante coclear / Clevisvaldo Pinheiro Lima. – 2018.
112 f.
Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Piauí, 2018.
Orientação: Prof. Dra. Maraisa Lopes.

1. Surdez. 2. Implante Coclear. 3. Discurso Científico - Divulgação . 4. Silenciamento. I. Título.

CDD 616.855

RESUMO

O implante coclear (doravante IC) é um dispositivo eletrônico composto por duas partes, uma interna, inserida cirurgicamente, e outra externa, composta pelo processador de fala e a antena. Este tem produzido, tanto no meio acadêmico quanto na sociedade, discussões quanto à sua eficácia, sua importância e, principalmente, quanto à sua utilização enquanto instrumento de poder produzido por sua aceitação ou recusa. Visto a partir do lugar ocupado pelos defensores deste procedimento cirúrgico, o Implante Coclear é um dispositivo que proporciona às pessoas com perda auditiva de grau severo ou profundo uma audição útil e uma maior habilidade quanto à comunicação oral, uma vez que este substituirá as células ciliadas e levará diretamente ao nervo auditivo a informação sonora previamente transformada em sinais elétricos. Quando enunciado a partir da posição-sujeito que defende o uso da língua de sinais, o IC e os demais recursos tecnológicos são vistos como aparatos de normatização dos surdos. A partir desse lugar discursivo, o IC é visto como um recurso nocivo à comunidade surda e à língua de sinais, algo que pode provocar sua extinção e que, além disso, faz circular no imaginário social a ideia de que os surdos são indivíduos defeituosos que precisam ser corrigidos e normalizados/normatizados. Quando veiculada pelos diferentes meios de comunicação, por meio do Discurso de Divulgação Científica (DDC), a discussão sobre o IC ganha proporções nacionais. Dessa forma, procuramos, sob o viés da análise de discurso, compreender os efeitos de sentido produzidos pela veiculação do discurso sobre o IC pela Rede Globo de televisão através de seus programas matinais destinados, em geral, à mulher, a quem é delegada, com base no imaginário coletivo, a responsabilidade pelo cuidado e educação dos filhos, sobretudo, quando estes têm alguma deficiência. Selecionamos para a constituição de nosso arquivo oito programas veiculados entre os anos de 2009 e 2016. Dada a necessidade do ir-e-vir constante entre a teoria e o arquivo, fez-se necessário tratar, além da divulgação do discurso científico, de questões voltadas ao silêncio/apagamento propostas por Eni Orlandi que, ao lado de Pêcheux, são os principais autores que fundamentam este trabalho. A partir da análise de nosso material, constatamos que os discursos são proferidos a partir de um lugar que produz sentidos que validam o IC e silenciam a possibilidade de dizer algo em contrário, tal como levantar-se todas as adversidades advindas da cirurgia ou, por exemplo, assumir-se como possibilidade o uso da Libras para a comunicação dos surdos com o mundo.

Palavras-Chave: Surdez; Implante Coclear; Divulgação do Discurso Científico; silenciamento.

ABSTRACT

The cochlear implant (hereinafter CI) is an electronic device composed by two parts, one internal, surgically inserted, and another external, composed by the speech processor and the antenna. It has produced discussions, both in academic circles and in society, about its efficacy, its importance and, above all, about its use as an instrument of power produced by its acceptance or refusal. Viewed from the position of advocates of this surgical procedure, the Cochlear Implant is a device that provides people with severe or profound hearing loss a useful hearing and a greater ability for oral communication since it will replace the hair cells and will lead the sound information directly to the auditory nerve previously transformed into electrical signals. When enunciated from the subject-position that advocates the use of sign language, the CI and other technological resources are seen as apparatuses for normalization of the deaf. From this discursive place, the CI is seen as a harmful resource to the deaf community and to the sign language, something that can cause its extinction and that, in addition to it, makes the idea that the deaf are defective individuals who need to be corrected and standardized circulates in the social imaginary. When conveyed by the different media, through the Scientific Dissemination Speech (SDS), the discussion about the CI gains national proportions. In this way, we seek, under the bias of discourse analysis, to understand the meaning effects produced by the broadcasting of the discourse on the CI by Rede Globo television through its morning programs intended, in general, to women, to whom it is delegated, based on the collective imaginary, the responsibility for the care and education of children, especially when they are deficient. We selected eight programs for the constitution of our archive considering the period between 2009 and 2016. Given the need for the constant going-and-coming between theory and the archive, it was necessary to treat, besides the dissemination of scientific discourse, questions concerning silence proposed by Eni Orlandi who, along with Pêcheux, are the main authors that base this work. From the analysis of our material, we found that the discourses are uttered from a place that produces meanings that validate the CI and silence the possibility of saying something on the contrary, such as getting up all the adversities arising from the surgery or, for example, taking in consideration the use of Libras for the communication of the deaf to the world.

Keywords: Deafness; Cochlear implant; Dissemination of the Scientific Discourse; silencing.

A Deus, que em sua infinita bondade
me permitiu chegar até aqui.

À Celene Pinheiro,
que de sua posição de mãe
me ensinou a tentar sempre
ser um sujeito melhor.

Agradecimentos

A Deus, fonte de toda a sabedoria, e que em sua onipresença permitiu que este momento acontecesse.

À Prof. Dra. Maraisa Lopes, minha orientadora e amiga, que aceitou o desafio de me apresentar a análise de discurso. Sua dedicação e paixão a esse campo do conhecimento me alcançaram e me fizeram querer continuar a caminhar por essa estrada. Obrigado por sua paciência, pelas inúmeras orientações por telefone durante as madrugadas e por acreditar que eu conseguiria. Graças a você, eu consegui.

À minha mãe e meu padrasto, Celene Pinheiro e Luís Batista, pelos conselhos, pelo apoio e por me suportarem, ao longo de todo esse percurso, não falar em outro assunto que não fosse análise de discurso, implante coclear e rede globo.

Aos meus irmãos Cleylanne Mayra, Cleyllenne Nayra, Roniel Cleiton e Anesio Marreiros que sempre me incentivaram e torceram pelo meu sucesso. A você Anesio, quem mais de perto acompanhou a evolução deste trabalho, desde que ele ainda era apenas um pré-projeto, deixo meu agradecimento especial por toda a ajuda despendida.

À Erika Lourrane, responsável pela construção de muitas de minhas posições-sujeito e que de forma direta e indireta contribuiu para a elaboração deste trabalho. Muito obrigado!

À minha turma de mestrado que compartilhou comigo as alegrias e angustias ao longo desses anos. Nunca esquecerei das nossas rodas de conversas, onde ríamos, chorávamos e compartilhávamos nossas angustias. Obrigado por todo o suporte pessoal.

A todos os meus amigos por me mostrarem que eu não poderia viver apenas para a dissertação e que momentos de lazer eram necessários.

Por fim, agradeço a todos que torceram e fizeram parte dessa conquista. Muito obrigado!

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 09 |
| CAPÍTULO I – ALGUMAS COMPREENSÕES TEÓRICAS | 13 |
| 1.1. A Análise de Discurso pecheutiana: um breve percurso histórico | 13 |
| 1.2. Sujeito e Formação Discursiva | 24 |
| 1.3. Memória discursiva e interdiscurso | 27 |
| 1.4. Silêncio | 29 |
| 1.5. Discurso de divulgação científica | 31 |
| CAPÍTULO II - OS DIFERENTES DIZERES SOBRE A SURDEZ..... | 35 |
| 2.1. Formação Discursiva favorável ao uso da Língua de Sinais | 37 |
| 2.2. Formação Discursiva favorável ao uso das novas tecnologias auditivas | 46 |
| 2.3. Designações em torno das expressões Surdo e deficiente auditivo..... | 50 |
| CAPÍTULO III – ARQUIVO | 53 |
| 3.1. Nosso arquivo e seus desdobramentos | 56 |
| 3.1.1. Sobre a Rede Globo | 56 |
| 3.1.2. Por que a Rede Globo e seus programas matutinos? | 59 |
| 3.2. Recorte do arquivo | 61 |
| CAPÍTULO IV - CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO | 64 |
| 4.1 Condições de Produção do discurso sobre o implante coclear | 66 |
| CAPÍTULO V - DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS | 73 |
| 5.1 O Implante Coclear e o Discurso de Divulgação Científica | 73 |
| 5.2 As diferentes posições-sujeito presentes no discurso sobre o IC | 78 |
| 5.3 Memória discursiva..... | 91 |
| 5.3.1 Memórias no/do discurso sobre a surdez | 92 |
| 5.3.2 A memória discursiva no discurso sobre o IC | 98 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 104 |
| REFERÊNCIAS | 106 |

INTRODUÇÃO

Ser singular é encontrar na forma-sujeito um modo de fazer presença, sem destoar, mas sem fazer coro tão-somente, ou seja, sem romper os fios que nos prendem a uma referência, ser capazes de buscar caminhos próprios dentro desse espaço e, assim, fazer a diferença.

(FERREIRA, 2008).

Esta pesquisa trata sobre o discurso acerca do Implante Coclear, um dispositivo eletrônico desenvolvido para o uso por pessoas com surdez, inata ou adquirida, o qual visa possibilitá-las o acesso ao som. Acerca desta temática, muitos trabalhos já foram desenvolvidos (ALBERNAZ, 2008; KOZLOWSKI, 1997; LOBATO, 2014; PFEIFER, 2015; REZENDE, 2012). Em alguns, tal aparelho é visto como um recurso tecnológico capaz de ‘curar’ ou, pelo menos, possibilitar às pessoas surdas uma real integração à sociedade majoritariamente ouvinte; em outros, esta ferramenta é encarada como um instrumento de controle e uma tentativa de erradicação do surdo, de sua cultura e de sua língua, a língua de sinais.

A singularidade de nossa pesquisa, em relação às demais, encontra-se justamente no olhar que atribuiremos ao discurso sobre o implante coclear (doravante IC). Não pretendemos defender ou criticar o uso deste equipamento e, tampouco, tratá-lo sob a ótica da medicina, mas compreender os efeitos de sentido produzidos no/pelo discurso sobre o IC, através de sua veiculação na mídia, por meio de uma modalidade que é o discurso de divulgação científica (DDC), entendendo que os sentidos circulam e que é no discurso que se configura a relação da língua com a ideologia e que há, no discurso sobre o IC, confrontos de sentidos uma vez que este parte de diferentes lugares.

Entendendo que não há uma objetividade da linguagem, uma vez que todo dizer é produzido por sujeitos em posições determinadas, e que a própria seleção do material a ser analisado já se constitui num processo de análise (ORLANDI, 2015) importa mencionar que trabalhar com a questão do implante coclear se deve às experiências vivenciadas pelo pesquisador que, por ser professor e intérprete de língua de sinais, lida cotidianamente com os diferentes dizeres acerca da surdez e do uso do implante coclear pelos surdos.

Assim, utilizando-nos do dispositivo teórico da análise de discurso, que regerá nossa relação com o objeto de estudo, “com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação” (ORLANDI, 2015, p. 62), o objetivo de nossa pesquisa é compreender os efeitos de sentido produzidos no/pelo discurso sobre o implante coclear veiculado pela TV Globo por meio dos programas matinais. Para tanto, nos inscrevemos nas formulações teóricas e metodológicas da análise de discurso de linha francesa, iniciada por Michel Pêcheux e institucionalizada no Brasil por Eni Orlandi.

A opção por selecionar, como objeto de análise desse estudo, os discursos sobre o IC veiculados pelos programas matinais da rede globo de televisão, fez-se observando dois fatores principais: o primeiro, diz respeito à capacidade de alcance da emissora. A rede globo é atualmente uma das maiores emissoras de televisão do mundo e a maior do Brasil com um alcance de 99,43% dos municípios brasileiros através de suas 121 emissoras próprias e afiliadas (GRUPO GLOBO, s.d.).

Além disso, a emissora é constantemente líder de audiência no horário em que os programas selecionados são apresentados (IBOPE, 2015), o que possibilita que o discurso da/na emissora alcance milhões de expectadores e circule “em meio a uma grande massa heterogênea de sujeitos” (ORLANDI, 2012, p. 179), possibilitando a construção de uma opinião pública homogênea e monofônica, o que pode corroborar, conseqüentemente, segundo Grigoletto (2005), numa tentativa da mídia de administrar os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso enunciado, produzindo, desse modo, um efeito de homogeneidade.

O segundo fator, no que tange à seleção dos programas matinais, como arquivo desta pesquisa pauta-se na assertiva de que estes são, em geral, voltados ao público feminino a quem são delegadas, de acordo com o imaginário social, segundo Paniagua (2004) e Yamada e Valle (2014), as responsabilidades pelo cuidado e educação dos filhos, principalmente, quando estes são pessoas com deficiência.

Assim, ao nos dedicarmos ao discurso sobre o IC, a partir da produção midiática, sob a forma de discurso de divulgação científica, utilizando-nos do aporte teórico-metodológico da Análise de Discurso, vislumbramos a possibilidade de realização de outras leituras acerca da temática, distanciando-nos da percepção da produção jornalística como um fenômeno neutro e imparcial que retrata fielmente a

realidade, tal qual entendido por Lage (2006), e aproximando-se do entendimento de Lopes (2015), com quem concordamos, de que há, nas produções jornalísticas, uma ilusão de neutralidade, uma vez que estas são extensões do conhecimento linguístico do sujeito, uma expansão de seu saber e, portanto, já atravessadas por questões históricas, políticas e ideológicas.

Dessa forma, propomos um gesto de interpretação¹, lugar em que se tem a relação do sujeito com a língua (ORLANDI, 2004), colocando o dito em relação ao não dito, que mesmo não partindo de uma posição neutra, uma vez que o analista não se encontra fora da história ou da ideologia, parte de uma posição deslocada permitindo-lhe “contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições” (ORLANDI, 2015, p. 59), mostrando como o discurso sobre o IC funciona e produz sentido.

Para tanto, faz-se necessário um aprofundamento sobre os dispositivos teóricos que possibilitam esta pesquisa. Nesse sentido, apresentamos inicialmente um breve percurso histórico sobre o surgimento da análise de discurso a partir dos estudos do filósofo Michel Pêcheux, na França, e sobre como este influenciou os estudos em AD no Brasil. Em seguida, tratamos da noção de sujeito, formação discursiva, memória discursiva e interdiscurso, conceitos essenciais para a interpretação do nosso dispositivo de análise. Ainda neste capítulo, discutimos sobre a questão do silêncio que, assim como a palavra, não é transparente e significa, bem como sobre o discurso de divulgação científica, dado o fato de que nosso arquivo, discursos sobre o implante coclear, constitui-se de um conteúdo técnico que quando trazido ao público necessita de um processo de didatização.

No segundo capítulo, enfocamos os diferentes dizeres acerca da surdez. Procuramos mostrar que, acerca dessa temática, circulam diferentes discursos pautados em duas principais formações discursivas: uma, que entende a surdez pelo viés patológico e que vê, portanto, uma necessidade de tratamento, já que a surdez se constituiria em um problema a ser resolvido; e outra, que entende a surdez a partir de uma perspectiva linguística, a partir da qual ser surdo significa pertencer a uma minoria linguística dotada de uma identidade, língua e cultura própria, sobremaneira ameaçada pela maioria ouvinte. Nesse meandro, se na

¹ Na perspectiva da AD entendemos por gesto de interpretação não apenas a realização de análises a partir do dispositivo teórico metodológico, mas sua apreensão na relação ente o simbólico e o político entendendo o discurso não apenas como estrutura, mas como acontecimento numa indissociável relação entre a língua e a história.

primeira o implante coclear é tratado como um dispositivo tecnológico que possibilita uma melhora na qualidade de vida daqueles que não ouvem, na segunda, ele é tomado como uma tentativa de erradicação do povo surdo.

O capítulo três é dedicado ao nosso arquivo: os programas matinais da tv Globo que tratam sobre o implante coclear. Constituem o nosso arquivo oito programas veiculados, entre os anos de 2009 e 2016, em três atrações matinais diferentes da emissora, a saber: Mais Você, Encontro com Fátima Bernardes e Bem Estar. É ainda neste capítulo que tentamos apresentar o porquê de selecionarmos a Rede Globo e seus programas matutinos.

O capítulo quatro trata das condições de produção do discurso sobre o implante coclear, um discurso historicamente polarizado que tem, desde seu surgimento, adeptos e críticos aos seus procedimentos.

No capítulo cinco, dedicado à análise de nosso arquivo, buscamos, como nos sugere Orlandi (2015), compreendendo a opacidade da linguagem e a determinação dos sentidos pela história, descrever e interpretar os efeitos de sentido produzidos, utilizando-se para isso dos dispositivos teóricos próprios à AD, uma vez que estes permeiam todos os passos da análise. Temos assim, a partir de nossa análise, a observação de um apagamento dos discursos contrários ao implante coclear, um silenciamento dos critérios necessários para a realização do procedimento e das etapas a serem seguidas e a tentativa de construção de um consenso acerca do IC como única alternativa possível e disponível às pessoas com surdez. No último capítulo, fazemos considerações, ainda que num fecho aberto.

CAPÍTULO I: ALGUMAS COMPREENSÕES TEÓRICAS

Quando nos propomos a estudar a Análise de Discurso (AD) é fundamental que façamos a demarcação do nosso campo e indiquemos nossa filiação teórica para, desta forma, singularizá-la de outras propostas de AD existentes. Nesse sentido, apresentamos nesse capítulo um breve histórico sobre a AD fundada pelo filósofo francês Michel Pêcheux e sobre como se deu sua institucionalização no Brasil, inicialmente a partir de um retorno ao trabalho desenvolvido por Pêcheux na França e, a posteriori, pelos deslocamentos e singularidades produzidos principalmente por Eni Orlandi. Abordamos ainda os principais conceitos que compõem o dispositivo teórico-metodológico da AD e que são pertinentes para esta pesquisa, bem como tratamos do processo de divulgação do discurso científico. Este último faz-se necessário por ser o discurso sobre o IC, objeto desta pesquisa, um discurso de caráter técnico e específico a um pequeno grupo de pesquisadores, considerado novo e desconhecido (YAMADA E VALLE, 2014), mas que é veiculado pela mídia de forma didatizada e de fácil compreensão ao leitor/telespectador².

1.1. A Análise de Discurso pecheutiana: um breve percurso histórico

A AD nasce, segundo Malidier (2003) e Mazière (2007), na conjuntura política vivida pela França no final da década de 1960. Nesse período, o país enfrentava uma grave crise financeira devido aos gastos com sua reconstrução após a II Guerra Mundial e a uma forte crise política com a luta pela independência das colônias (ANDRADE, 2014). Todas essas questões geraram fortes tensões no interior da comunidade francesa revelando as distorções ideológicas existente entre os grupos sociais, o que fizera com que surgissem, por um lado, grupos de extrema direita com ideias elitistas, autoritárias e racistas e, de outro, grupos com ideais comunistas. Esse movimento político-social se estendeu ao meio acadêmico e refletiu-se na produção científica e em teorias da época.

² No decorrer do trabalho, utilizaremos apenas o termo leitor por entendermos que este termo também contempla aqueles que assistem aos programas.

Esse cenário sociopolítico revolucionário vivenciado pela França tem seu apogeu com o grande movimento de Maio de 68, em que greves gerais e rebeliões atingiram todas as camadas sociais da França resultando na destituição do presidente e na convocação de novas eleições. É nesse contexto que emergem as teorias e inquietudes de Pêcheux (SANTOS, 2013). É importante ainda destacar que, nesse período, o estruturalismo, corrente que dá à Linguística um caráter formal permitindo uma análise da língua com o rigor científico exigido à época, está em seu auge. Há, segundo Mazière (2007), defensores da tese de que o formalismo serviria aos interesses das classes dominantes em relação às classes dominadas.

Pêcheux (1990) faz uma crítica a esse caráter empirista e formalista dado à linguagem e propõe um deslocamento em sua perspectiva teórica fazendo “intervir conceitos exteriores à região da linguística” (p.73) e um novo objeto de linguagem, o discurso, entendido como “efeito de sentidos entre locutores” (p. 81). O autor recusa o entendimento da linguagem apenas como instrumento de comunicação afirmando que um discurso é sempre produzido a partir de condições de produção dadas e atravessado por questões históricas e ideológicas.

Em seus primórdios, a AD tinha um caráter tanto político quanto linguístico. Do ponto de vista político, a AD apresenta uma proposta crítica que visa combater o formalismo e o positivismo que marca as Ciências Sociais da época, o que, segundo Helsloot e Hak (2000), não seria uma mera tarefa filosófica, mas se trataria de uma questão prática de intervenção política nas instituições de pesquisa e educação. Do ponto de vista linguístico, o objetivo seria trazer o discurso ao campo de interesse da Linguística, causando, então, na Ciência da linguagem, rupturas, questões que provocariam o deslocamento de terreno na área, especialmente no que se refere ao seu objeto de estudo: a língua. Nas palavras de Mazière (2007, p.13), a AD “não separa o enunciado nem de sua estrutura linguística, nem de suas condições de produção, de suas condições históricas e políticas, nem das interações subjetivas. Ela dá suas próprias regras de leitura, visando permitir uma interpretação”.

Os primeiros trabalhos de Pêcheux em direção a este novo objeto de estudo são, segundo Maldié (2003), produzidos sob o pseudônimo de Thomas Herbert. Tratam-se de dois artigos publicados na revista *Cahiers pour l'analyse* que discutem acerca do Materialismo Histórico e da Psicanálise. O uso desse codinome foi, segundo Henry (1990), uma estratégia cuidadosamente deliberada. Isso porque nos dois primeiros artigos Pêcheux faz duras críticas às Ciências Sociais, o que poderia

causar inconvenientes à sua carreira, especialmente à defesa de sua tese de Doutorado que seria publicada em 1969, sob o título de *Análise Automática do Discurso – AAD69*.

As discussões trazidas nos dois primeiros artigos servem exatamente de pano de fundo para aquelas questões trazidas na AAD69, obra em que Pêcheux começa a delinear sua teoria do discurso além de lançar questões sobre os textos, a leitura e o sentido. O discurso em Pêcheux não deve ser tomado “como discurso empírico sustentado por um sujeito nem como o texto, um conceito que estoura qualquer concepção comunicacional de linguagem” (MALDIDIER, 2003, p.21), este deve ser entendido como exterior a qualquer falante localizado entre a linguagem e a ideologia. Helsloot e Hak (2000) acrescentam que a AD visa uma descrição do funcionamento das ideologias em geral e de como esse funcionamento é um obstáculo para o estabelecimento de uma verdadeira Ciência Social em particular.

A AD surge, dessa forma, como uma alternativa para o combate ao formalismo linguístico vigente à época, o qual julgava a linguagem como um objeto autônomo cuja preocupação deveria centrar-se no estudo estrito da língua excluindo-se dos estudos tudo o que fosse exterior a ela. A AD, ao contrário, se posiciona a partir de uma perspectiva não positivista, de entremeio mantendo “o estudo linguístico como espaço aberto de questões sobre o próprio da língua, não procurando fechá-lo” (ORLANDI, 2002, p. 21) entendendo que não só a linguagem não se constitui como um objeto suficiente em si como creditando aos fatores externos a organização interna do sistema linguístico.

Isso se configura, segundo Orlandi (2002, p.22), como a principal singularidade da AD: “ligar a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente”, deslocando a dicotomia língua/fala para uma relação não dicotômica entre língua e discurso. Assim, com os estudos de Pêcheux, diferente do que ocorria nas análises linguísticas, passa-se a se questionar o que o texto significa. Helsloot e Hak (2000, p. 27) afirmam que “embora a linguística tenha sido constituída como uma ciência através de uma ruptura epistemológica, Saussure esqueceu-se de desenvolver uma teoria adequada sobre a produção de sentido no discurso”(tradução nossa).³ A partir dos estudos do filósofo francês, a língua deixa

³ “bien que la linguistique se soit constituée en tant que science à travers une coupure épistémologique saussurienne, elle a oublié de développer une théorie adéquate de la production du sens dans le discours”.

de ser entendida como uma estrutura fechada em si mesma e passa a ser entendida a partir da relação que estabelece com a exterioridade, com a ideologia e com o inconsciente.

Lendo Pêcheux (1990), percebemos que enquanto o estruturalismo saussuriano detém-se ao estudo da língua entendida enquanto um sistema de signos compartilhados por membros de uma determinada comunidade desconsiderando a fala por entendê-la como algo ocasional e individual, este autor objetiva compreender a língua fazendo sentido, observando-a em situações de uso concreto. Em outras palavras, a AD abre um campo de questões no interior da Linguística trazendo ao centro das discussões questões antes deixadas à margem, tais como a historicidade e o sujeito; além de propor um deslocamento no conceito de língua admitindo a possibilidade de falha, de incompletude.

Outro ponto de discussão envolvendo o estruturalismo saussuriano e a ideia de discurso proposta por Pêcheux está na subordinação da significação ao valor, entendendo-se que o valor corresponde a conceitos definidos não por seu conteúdo, mas por sua relação de oposição com outros termos do sistema, não existindo sem o valor, tal qual definido por Saussure, a significação. Portanto, do ponto de vista da língua, só conta o valor e não a significação. Carvalho (2008) esclarece que para Pêcheux essa subordinação da significação ao valor traz uma série de consequências, dentre elas a não consideração da existência da relação entre os universais linguísticos e os universais extralinguísticos (psicológicos, antropológicos, históricos, etc.) que são, na perspectiva pecheutiana, extremamente relevantes.

Nesse sentido, Pêcheux (2008) propõe uma reformulação para a questão do valor saussuriano, agregando-lhe as condições de produção do discurso. Esta relação entre as palavras e seus efeitos de significado é denominada por Pêcheux (2014) como relação metafórica. É isso que Helsloot e Hak (2000), afirmam quando dizem que

O significado das palavras em um discurso (ou seja, em um texto ou enunciado) é explicado por suas relações com outras palavras que não são ditas: palavras que poderiam ter sido ditas, mas não eram, palavras que foram ditas anteriormente (na mesma ocasião ou em outras ocasiões), e palavras que não podiam ser ditas (HELSLOOT; HAK, 2000, p.16, tradução nossa⁴).

⁴ Le sens des mots dans un discours (c'est-à-dire dans un texte ou un énoncé) s'explique par leurs relations aux autres mots qui ne sont pas dits: les mots qui auraient pu être dits mais ne l'ont pas été,

É fundamental que se compreenda que a AD pecheutiana atua como uma disciplina de fronteira sendo ao mesmo tempo constituída por uma materialidade linguística, uma materialidade histórica e pela articulação entre a Linguística, o Materialismo Histórico “tal como Louis Althusser o havia renovado a partir de sua releitura de Marx” e a Psicanálise “tal como a reformulou Jacques Lacan, através de seu retorno a Freud” (HENRY, 1990, p.13). A AD constitui-se assim como uma disciplina de entremeio que

Interroga a linguística sobre o estabelecimento da língua como suporte material de análise questionando sua transparência, ao admitir possibilidades de sentido e de interpretação; [...] a história e, portanto coloca o Marxismo em questão ao questionar a junção história/língua, não-transparente, produtora de efeitos de sentidos [...] e quanto à psicanálise, trabalha com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito que se constitui na relação com o simbólico (LOPES, 2009, p.17).

Ferreira (2004) nos chama a atenção para o fato de que os conceitos trazidos de demais campos do conhecimento para o campo do discurso se ajustam às especificidades próprias do campo discursivo, não possuindo, assim, a mesma conotação que o teria em seu sentido original. Nessa interface com as demais áreas do conhecimento, Althusser e Lacan, mais o primeiro que o segundo, exercem grande influência nos escritos de Pêcheux. Maldidier (2003) afirma que o encontro de Pêcheux com Althusser foi decisivo, pois é Althusser quem lhe traz um pensamento político, “Althusser é para Michel Pêcheux, aquele que faz brotar a fagulha teórica, o que faz nascer os projetos de longo curso” (MALDIDIÉ, 2003, p. 18).

É em Althusser que ele encontra subsídios que lhe permitem discutir sobre a influência dos fatores extralinguísticos na produção de sentido dos enunciados. Pêcheux se utiliza de conceitos althusserianos, propostos a partir de uma releitura de Marx, tais como ideologia e interpelação do sujeito, para mostrar a relação entre a ideologia e o discurso constando que os efeitos de sentido produzidos pelos enunciados ocorrem a partir de uma determinada formação ideológica. Dito de outra forma, “as palavras mudam de sentidos segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam” (PECHEUX, 1997, p. 160).

ceux qui l'ont été auparavant (que ce soit dans une même circonstance ou non) et ceux qui ne pourraient pas être dits ⁴

O texto de Althusser (1983), intitulado *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, marca todo o trabalho de Michel Pêcheux, pois é a partir das reflexões deste que Pêcheux é levado à relação entre a língua e a ideologia. Althusser (1983) entende a ideologia como a representação do imaginário que os indivíduos assumem em relação às suas reais condições de existência. Segundo o autor, a ideologia é dotada de materialidade e existe no que ele chamou de aparelhos ideológicos do Estado (as instituições religiosas, políticas, escolares, de informação, etc). Para ele, “uma ideologia existe sempre em um aparelho e em sua prática ou práticas. Esta existência é material” (ALTHUSSER, 1983, p.89). As práticas materiais dos indivíduos seriam, portanto, reflexo das práticas ideológicas nas quais se inserem. Pêcheux (1990) retoma os estudos de Althusser (1983) acerca dos aparelhos ideológicos do Estado e afirma que estes não são a expressão de dominação da ideologia dominante, mas o local e o meio de realização dessa dominação.

O autor também traz ao cerne de suas discussões a tese de Althusser (1983) de que a ideologia interpela os indivíduos como sujeitos, mostrando, assim, o importante papel que a ideologia desempenha no processo de construção dos sentidos, o que lhe permite a construção de uma teoria da materialidade do discurso. Pêcheux (2014) afirma ainda que não existe ideologia exceto pelo sujeito e para o sujeito. Entendendo por sujeito não o sujeito concebido a partir de sua existência empírica, corpórea, mas a partir de sua posição-sujeito, ou seja, dos diferentes lugares que este ocupa estando cada um ideologicamente constituído. Isso significa que, enquanto sujeitos, estamos condicionados a uma determinada ideologia que determina a escolha que fazemos, tenhamos nós consciência ou não (ORLANDI, 2015). A autora nos esclarece ainda que nosso dizer não se constitui apenas de mensagens a serem decodificadas, mas de “efeitos de sentido que são produzidos em condições determinadas e que estão de alguma forma presentes no modo como se diz” (2015, p.30). Nesse sentido, existe uma determinação exterior ao discurso que só poderá ser detectada a partir da relação estabelecida entre o enunciado e os outros textos que o antecedem, existindo sempre algo ‘já ouvido’ e ‘já dito’ que limita a capacidade criativa do falante.

A Psicanálise contribui com a AD a partir da leitura que Lacan faz de Freud acerca do inconsciente. Lacan concebia o sujeito como descentrado, clivado, assujeitado “submetido tanto ao seu próprio inconsciente, quanto às circunstâncias

histórico-sociais que o moldam” (FERREIRA, 2007, p. 102). É esse sujeito submetido ao inconsciente e atravessado pela ideologia a partir “desse lugar intervelar” (p.103) entre a linguística, o marxismo e a psicanálise que é trabalhado por Pêcheux na AD.

Observa-se, desta forma, que o sujeito na perspectiva discursiva se encontra no entremeio das três noções que regem a análise de discurso pecheutiana, a linguagem, a ideologia e o inconsciente. Este entrelaçamento constitui-se como uma marca do terreno da análise de discurso francesa e “distingue essa abordagem discursiva das demais correntes linguísticas, quer textuais, ou até mesmo, as que também se denominam discursivas” (FERREIRA, 2010, p.4). Observa-se assim que da mesma forma que Althusser exerceu forte influência sobre os estudos de Pêcheux, Lacan também o fez.

A influência de Althusser e Lacan, perceptível ao longo do trabalho de Pêcheux, é resultante, de acordo com Maldidier (2013), do contato que ele teve com estes teóricos e/ou com suas ideias na escola Normal Superior da rua d’Ulm em Paris, caracterizando a primeira das três fases da análise de discurso pecheutiana. Essas três fases da Análise de Discurso representam não apenas uma divisão cronológica, mas a evoluções/reelaborações conceituais e metodológicas percorridas pela AD. Na AD1, tem-se como constituinte de seu *corpus* o discurso político que, segundo Pêcheux (2010, p. 76), “é um representante exemplar de diversos tipos de processos discursivos”. Nessa primeira fase (AD1), existe em Michel Pêcheux a preocupação em criar um dispositivo de análise que permitisse obter resultados empíricos “de maneira a propor uma alternativa teórica e metodológica à análise de conteúdo” (PÊCHEUX, 2010, p.55). É a fase da máquina discursiva. Pêcheux pretendia construir um dispositivo informatizado que fosse capaz de analisar automaticamente um conjunto de discursos previamente selecionados e organizados num espaço discursivo fechado, utilizando critérios que dessem ao arquivo, um caráter homogêneo e estável no que diz respeito às suas condições de produção, ou seja, “tudo aquilo que fora a linguagem, faz que um discurso seja o que é: o tecido histórico-social que o constitui” (MALDIDIER, 2003, p.23).

Este dispositivo seria composto por duas fases, uma primeira, manual, e uma segunda, automática. A fase manual seria a do registro da superfície discursiva e se refere à seleção do arquivo a ser analisado. Na segunda fase (AD2), ocorre a análise linguística do arquivo selecionado, consistindo em “desfazer os encaixes da

sintaxe reduzindo-os a enunciados elementares de um número de lugares fixo” (MALDIDIER, 2003, p.23). Dada a forte influência de Althusser em seus escritos e valendo-se de sua máquina discursiva, Pêcheux estabelece na Análise de Discurso uma relação de entremeio entre o materialismo histórico, a linguística e a psicanálise, como já dito anteriormente. A partir da subjetividade Pêcheux afirma que os sujeitos não controlam o seu dizer, os seus discursos, mas apenas tem a ilusão de que o fazem, uma vez que são assujeitados pelo inconsciente e pela ideologia. Nesse sentido, a análise de discurso nessa fase,

Visava a compreensão do processo discursivo a partir da consideração de que as condições de produção de um discurso estão inscritas em sua materialidade linguística e que, instalados a dizer em uma formação discursiva, fora da qual não haveria sentido possível, os sujeitos são *assujeitados*, isto é, levados a assumir lugares preestabelecidos em seu interior e a obedecer a regras que o obrigam a falar desta ou daquela maneira conforme esse lugar (COSTA, 2005, p.20).

Como se observa, nessa primeira fase da AD, Pêcheux preocupa-se com as condições de produção do discurso procurando evidenciar nos discursos analisados as diferentes formações ideológicas expressas a partir das diferentes posições-sujeito assumidos pelos sujeitos do discurso. A passagem da primeira para a segunda fase da AD se dá a partir da mudança de entendimento quanto à homogeneidade e estabilidade do discurso e de suas condições de produção que ocorrem a partir da introdução do conceito de Formação Discursiva (FD) e do início da desconstrução da máquina discursiva.

Este conceito insere-se na AD a partir da obra *Les Vérités de La Palice*, traduzido para o português como *Semântica e Discurso*. Esta, que é considerada a principal obra de Pêcheux, foi escrita em meados da década de 1970 e para entendermos os fatores que provocaram a passagem da primeira para a segunda fase da AD, bem como as implicações que isso trouxe, é preciso, utilizando-nos das palavras de Maldidier (2016), evocar um encontro com a História, uma vez que segundo ela (p.57), nesse período, a teoria aparece às vezes “como diretamente governada pela política” e na luta política, “não escolhemos nosso terreno, nem mesmo nossas palavras” (p.51).

Na década de 70, a França vivia um momento de forte crise monetária e fiscal resultado de uma recessão econômica gerando um intenso processo de abertura e internacionalização do mercado interno. Essa conjuntura socioeconômica e política

vivida pela França provoca, segundo Santos (2013) e Maldidier (2014), modificações no campo teórico na área de estudos da linguagem, permitindo tanto o surgimento de novas teorias quanto a resignificação de teorias já existentes. É nesse novo cenário vivido pela França, “de pouco desenvolvimento econômico e de modernização tecnológica” (SANTOS, 2013, p. 225), que, de acordo com Maldidier (2016), o projeto de Michel Pêcheux encontra uma virada em sua conjuntura teórica.

Crítica da teoria e das coerências globalizantes, desestabilização das positivities de um lado. Retorno do sujeito, derivas na direção do vivido e do indivíduo, de outro. Deslizamento da política para o espetáculo. Era a grande quebra (MALDIDIER, 2016, p.16).

Apesar dessa valorização do sujeito e conseqüente negação da ideia de assujeitamento, Pêcheux constatou que o sujeito do discurso continua sendo concebido como efeito do assujeitamento, sendo agora assujeitado à formação discursiva à qual se identifica. No que concerne aos procedimentos de análise, há uma mudança na construção do arquivo a ser analisado. Se anteriormente considerava-se apenas os discursos políticos, neste momento estende-se o material de análise para outras formas discursivas, para “aquelas dos discursos não legítimos, das ideologias dominadas, a ruminação dos discursos cotidianos, o conversacional e o carnavalesco” (MALDIDIER, 2016, p. 57).

A desconstrução da máquina discursiva iniciada na segunda fase da AD só se concretizará a partir da terceira fase (AD3), tendo a noção de FD, que Pêcheux toma por empréstimo de Michel Foucault, e a noção de Interdiscurso como principais causas desta desconstrução. Na AD2 ainda que se entenda a FD como um espaço “invadido por elementos que vem de outro lugar” (PECHEUX, 1990, p. 314), continua-se a conceber a ideia de uma máquina discursiva fechada, mesmo que agora “como o resultado paradoxal da irrupção de um ‘além’ exterior e interior” (p. 314).

Com a AD3, esse entendimento da máquina discursiva enquanto uma estrutura fechada e homogênea torna-se inviável. Entre os fatores elencados por Pêcheux (1990) no que se refere a essa desconstrução estão: a dissociação entre a análise linguística e a análise discursiva e o desenvolvimento de pesquisas que abordam a questão do interdiscurso e da heterogeneidade. Para Maldidier (2003, p. 71), “se desenhava uma nova maneira de trabalhar”. O interdiscurso, responsável por designar tanto o espaço discursivo quanto o espaço ideológico em que ocorrem as

formações discursivas, foi negligenciado pelo dispositivo da AAD 69, de acordo com Jean-Marie Marandin (MALDIDIER, 2003).

No que concerne à questão da heterogeneidade, Maldidier (2003) destaca que esta se configura como uma possibilidade de renovação da problemática do discurso. Segundo a autora, Jacqueline Authier-Revuz “colocava em evidência as rupturas enunciativas no ‘fio do discurso’, o surgimento de um discurso outro no próprio discurso” (MALDIDIER, 2003, p. 73). A partir disso, a questão do discurso, passa a ser posta sob o signo da heterogeneidade.

No início da década de 80, com a morte de Michel Pêcheux a análise de discurso na França, tal qual se iniciou no final da década de 60, como uma AD revolucionária, com forte engajamento político, encontrou seu final uma vez que seu quadro teórico foi abandonado ou raramente empregado em trabalhos posteriores que, embora tenham mantido o nome de análise de discurso, passaram a ter um conteúdo teórico diferente daqueles propostos inicialmente. No Brasil, no entanto, este fato não ocorreu, ao contrário, o país passou a ser considerado um dos principais representantes da teoria pecheutiana ou mesmo “a morada da análise de discurso da vertente francesa” (FERREIRA, 2008 p. 243). É importante destacar que apesar da forte filiação dos analistas de discurso à teoria pecheutiana, a AD desenvolvida no Brasil considera as condições específicas do campo discursivo brasileiro. Trata-se de uma “análise de discurso própria sem submissão, mas com fidelidade referencial” (FERREIRA, 2008, p. 245).

A análise de discurso chega ao Brasil na década de 1970 graças, principalmente, ao trabalho de Eni Orlandi. Quanto à entrada da AD nos cenários de discussões, esta tem aqui um início diferente daquele que teve na França. Enquanto lá a AD surge inserida em um movimento político formado por militantes marxistas com um objetivo intervencionista e com fortes críticas às Ciências Sociais, havendo, portanto, um lapso entre sua fundação e sua institucionalização, aqui o embate se dá desde o início em espaços institucionalizados, estando a AD inserida desde sua origem na grade curricular dos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de Estudos da Linguagem (ORLANDI, 2005). Para Orlandi (2002, p. 36), a AD filiada a Michel Pêcheux “encontrou um lugar institucional no Brasil antes da França”.

Assim como na França, os discursos inicialmente analisados, foram os discursos políticos sendo o material de análise aos poucos ampliado para discursos além dos institucionalizados, para discursos do cotidiano. Apesar dessa similitude

inicial e de teoricamente a AD praticada no Brasil estar filiada àquela praticada na França “não há só ‘recepção’ de um autor (fundador ‘lá’) e influência (‘aqui’), mas [há a] produção de um deslocamento na tradição linguística, em nosso caso, brasileira” (ORLANDI, 2002, p.36).

Embora não possamos, de acordo com Orlandi (2005), pensar em uma escola brasileira de análise de discurso, uma vez que o termo escola traz o sentido de um saber homogêneo e estabilizado, contrário à AD que é continuamente reinventada (ORLANDI, 2002), podemos pensá-la como uma disciplina desenvolvida em diferentes regiões do mundo, com suas diferentes pesquisas e particularidades e, nesse sentido, a Análise de Discurso Brasileira (ADB) tem produzido grandes descobertas e trazido contribuições teóricas à linha de pesquisa à qual se encontra filiada.

Entre particularidades específicas à ADB, pode-se destacar o fato de que esta não dicotomiza a questão do pensamento sobre a linguagem como fazem os europeus, que se fixam preferencialmente na produção escrita, e americanos, que se fixam na produção oral. A ADB não foi afetada por essa divisão. Quanto às contribuições dadas pela ADB à corrente pecheutiana da AD, muitas se devem ao trabalho de Eni Orlandi, precursora da Análise de Discurso no Brasil, que toma Michel Pêcheux “como um interlocutor, pois a relação com seus textos é a de leitura e não de recepção; são versões de leitura que vou construindo enquanto instrumento de reflexão” (ORLANDI, 2005, p. 13).

Orlandi (2005) destaca que a análise de discurso produzida no Brasil não ficou estacionada no passado, mas ao contrário, seguiu em frente num processo de “reinvenção continua” (p.14). Esta interroga o que é interpretação redefinindo a noção de ideologia e propondo uma discussão entre sujeito e autor e entre discurso e texto, o que, segundo ela, “afeta sobremaneira a relação entre o que tenho proposto como dispositivo teórico (específico à teoria da análise de discurso) e dispositivo analítico da interpretação” (p.16). A autora objetiva compreender a relação entre paráfrase e polissemia, uma relação para ela “inconclusa, tensa e indistinta” (p.16). Introduce, ainda, ao campo discursivo a noção de silêncio, teorizando a relação entre o dizer e o não dizer e possibilitando uma discussão sobre a questão do implícito.

Como se pode perceber, a análise de discurso praticada no Brasil ao tempo em que não apaga sua consistência histórica, sua filiação teórica, apresenta

formulações próprias proporcionando um avanço da teoria e respondendo às demandas que lhe são impostas. Nesse sentido, para que possamos compreender os diferentes efeitos de sentido que o discurso sobre o Implante Coclear veiculado pela TV Globo, através de seus programas matinais, pode produzir, buscamos, por meio do dispositivo teórico-metodológico da análise de discurso, mobilizar os conceitos mais significativos para nosso material de análise. É importante esclarecer, no entanto, que há na análise de discurso um movimento pendular entre a teoria e a análise o que implica, como o próprio nome sugere, um movimento de ir e vir entre os conceitos e o material analisado. Isto posto, apresentaremos a seguir os principais conceitos que embasam esta pesquisa, esclarecendo que estes serão retomados, no batimento com a análise, quando nos debruçarmos efetivamente sobre nosso arquivo.

1.2. Sujeito e Formação Discursiva

A análise de discurso trabalha com o linguístico e com o ideológico na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos, que são entendidos não como sujeitos corpóreos, empíricos, mas como sujeitos subjetivos do discurso que carregam consigo marcas ideológicas, sociais e históricas. É a partir do estudo da subjetividade sob a ótica discursiva que se torna possível compreender como a língua acontece no homem e como este se desloca da posição de homem para a posição de sujeito (ORLANDI, 2001), o que, por sua vez, acarreta paralelamente o deslocamento da noção de sentido e da própria língua posta em relação com a História. Ao propor a noção de sujeito, Pêcheux (2014) diverge da concepção do sujeito cartesiano da época, a qual entendia o sujeito como centrado em seu próprio eixo, senhor de seus atos e de suas vontades, tendendo à construção da ideia de um sujeito clivado, descentrado e assujeitado. Para ele, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia ao mesmo tempo em que é sempre já sujeito. Acerca disso, Ferreira (2007, p.101) afirma que “o sujeito não é livre, não é centrado, não é dono de sua morada, nem tampouco pleno”. Ele é assujeitado tanto ao seu inconsciente quanto às circunstâncias histórico-sociais que o molda e é a partir do assujeitamento que os sentidos podem ser outros, uma vez que a plenitude do sujeito impediria a ocorrência dos equívocos, das contradições, dos deslizamentos dos sentidos.

O sujeito na AD é uma posição entre outras possíveis, subjetivando-se à medida em que se projeta de sua situação de mundo para sua posição-sujeito, sendo os sentidos, construídos a partir dessa posição, possíveis de serem observados pela subjetividade que se estrutura no acontecimento do discurso (CAZARIN 2007). A autora define uma posição-sujeito como “um construto teórico que, no processo discursivo imaginariamente representa o ‘lugar’ em que os sujeitos estão inscritos na estrutura de uma formação social” (idem, p.109). Quando este sujeito mobiliza uns e não outros saberes para enunciar, já o faz determinado por esse lugar social.

Falar de sujeito evoca necessariamente as concepções de inconsciente, linguagem e ideologia. Nesse sentido, o sujeito na AD encontra-se localizado entre a Psicanálise, a Linguística e o Materialismo Histórico, dado o caráter de entremeio desta ciência, evidenciando respectivamente a não transparência do sujeito, da língua e da história. É nesse entremeio teórico que o sujeito e o sentido se constituem, na articulação da língua com a história ao mesmo tempo em que entram o imaginário e a ideologia (ORLANDI, 2012).

Entre os pressupostos teóricos da AD está a assertiva de que não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Desta forma, o sujeito é historicamente situado, agente de práticas sociais e desde sempre um indivíduo interpelado em sujeito pela ideologia e atravessado por questões da ordem do inconsciente. Não se pode falar, portanto, em uma quantificação do assujeitamento, não se é mais ou menos assujeitado. O assujeitamento não é algo quantificável, “se é sujeito pelo assujeitamento à língua, na história. [...] Não há nem sentido nem sujeito se não houver o assujeitamento à língua” (ORLANDI, 2012, p. 100).

Pecheux (2014) afirma que a constituição do sentido se une à constituição do sujeito na figura da interpelação. Para ele, a interpelação do indivíduo em sujeito é um efeito ideológico, o efeito ideológico elementar presente em todos os discursos. No entanto, embora seja interpelado em sujeito pela ideologia e atravessado pelo inconsciente, há neste a ilusão de ser a fonte do que diz. Isto ocorre, porque segundo o autor, “o sujeito se constitui pelo ‘esquecimento’ daquilo que o determina” (Pêcheux, 2014, p. 150). Podem-se distinguir duas formas de esquecimento no discurso.

O esquecimento número um é da ordem do inconsciente, e portanto, inacessível ao sujeito, que tem a ilusão de ser a origem do que diz

“desconsiderando” o exterior à sua formação discursiva. No esquecimento de número dois, o sujeito-falante, conscientemente ou pré-consciente (PÊCHEUX; FUCHS, 1990), ‘seleciona’ um enunciado, forma ou sequência e não um outro, “se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar ‘o que pensa’ e reformulá-lo mais adequadamente” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 177). Escapa novamente ao sujeito o fato de que tudo o que diz já é social e historicamente determinado e formulado a partir da Formação Discursiva, doravante FD, à qual este sujeito se insere.

A noção de FD tem sua origem em Foucault e é reconfigurada por Pêcheux (2014) como um domínio do saber constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente. Assim, as formações discursivas estão sempre inscritas em uma formação ideológica⁵ que, por sua vez comporta uma ou mais formações discursivas. Nesse sentido, Pêcheux (2014, p.147) define FD como “aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada, numa conjuntura dada [...] determina o que pode e deve ser dito”. Indursky (2007) esclarece que a noção de sujeito e a de FD estão fortemente entrelaçadas e que é a partir da noção de sujeito que se constrói a noção de FD e o que distingue as FDs uma das outras é a maneira como estas se relacionam com as formações ideológicas.

Sendo assim, a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação deste com a formação discursiva que o domina, na qual ele é constituído como sujeito. É a partir dessa identificação que as palavras adquirem sentido, pois o sentido de uma palavra não existe em si mesmo, apenas quando inserida em uma determinada FD passa a adquirir sentido. Isso significa que o sentido de uma palavra é determinado pelas posições ideológicas em jogo e muda de acordo com as posições sustentadas por aqueles que as empregam. Dessa forma, uma mesma palavra pode adquirir sentidos diferentes e palavras diferentes podem adquirir o mesmo sentido dependendo da FD a partir da qual for enunciada, ou seja, a formação discursiva é o lugar de constituição dos sentidos e estes são sempre determinados ideologicamente. Sobre isso, Orlandi (2012) afirma que a FD

⁵ “um elemento suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento [...] um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a posições de classes em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p.166)

representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito, onde o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidade, limites que o configuram e o distinguem de outros.

Apesar disso, a partir de um certo momento esses sentidos, determinados pela interpelação/identificação podem ser questionados e um sentido pode tornar-se outro. Isso ocorre com a entrada de novos saberes anteriormente desconhecidos que provocam a transformação/reconfiguração de uma determinada FD; a instauração de uma nova posição-sujeito no interior de uma FD ou até mesmo a desidentificação do sujeito com a FD em que estava inscrito para identificar-se com outra FD. É a partir da relação entre sujeito, história e linguagem que se torna possível o estabelecimento das diferentes posições-sujeito inscritas no interior de uma ou mais FD (INDURSKY, 2007).

1.3. Memória discursiva e interdiscurso

No discurso temos o entrecruzamento de vários dizeres. Não há possibilidade para a apropriação das palavras, elas significam pela história e pela língua, assim como o sujeito, enquanto já-sujeito interpelado pela ideologia e inscrito numa determinada FD, não é responsável pelos efeitos de sentido possíveis de seu dizer nem pelo modo como os sentidos se constituem nele. Por esse motivo, Orlandi (2015) afirma que para se compreender o funcionamento do discurso é fundamental entendermos que há sempre um já-dito que sustenta a possibilidade de todo dizer. Pêcheux (2014, p.142) denomina esse já-dito como pré-construídos “um elemento que irrompe no enunciado como se tivesse sido pensando antes, em outro lugar, independentemente”. Dito de outra forma, os pré-construídos são formulações já ditas, que se encaixam numa formulação posterior produzindo sentidos.

Courtine (1999) afirma que os pré-construídos são elementos discursivos exteriores ao sujeito enunciativo de que sua enunciação se apropria para produzir novos enunciados e que assumem no domínio da memória, entendida como o espaço de recorrência das formulações, sua estabilidade. Para um melhor entendimento sobre o funcionamento do discurso dos/nos sujeitos enunciadores, Courtine (1999) propõe dois níveis de descrição: o nível da enunciação, um eixo horizontal, que remete a uma dada situação de enunciação por um sujeito

enunciador. E o nível do enunciado, um eixo vertical, que corresponde ao interdiscurso.

É no eixo vertical, estratificado e desnivelado, que as inúmeras formulações marcando, cada uma, enunciações distintas e dispersas se articulam possibilitando a repetição, oposição, citação, paráfrase, entre outros, das formas linguísticas. Nesse sentido, o interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determina o que dizemos, esse esquecimento é pertinente, pois é preciso que algo que anteriormente foi dito seja esquecido para que possa voltar a ter sentido (COURTINE, 1999).

Orlandi (2015) esclarece que a memória discursiva não é apreensível no discurso, mas apenas suas formações discursivas, sendo estas as responsáveis pelo acarretamento de sentido às palavras dela/nela formuladas. Dessa forma, a memória discursiva, situada no eixo vertical, do enunciado, ou no eixo da constituição, nas palavras da autora, pode retomar um já-dito, reinscrevendo-o no eixo horizontal, do enunciador, ou da formulação. Há, no entanto, a possibilidade de que esses dizeres na espessura estratificada dos discursos “se transformem, truquem-se, escondam-se para reaparecer mais a frente, atenuem-se ou desapareçam, misturando inextricavelmente memória e esquecimento” (COURTINE, 1999, p.19).

Isso é possível porque, segundo Pêcheux (2015), a memória tende a absorver o acontecimento que, sob a forma de paráfrase, tende a se manter regular, estável, mas que ante um acontecimento discursivo novo pode sofrer uma interrupção que desloca e desregula os implícitos produzindo uma nova regularização sobreposta à primeira. Há, dessa forma, segundo o autor, um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento. Observa-se assim que

Uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricos e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra discursos (PÊCHEUX, 2015, p. 50).

É importante destacar que Orlandi (*apud* BARRETO, 2006) distingue a memória discursiva de outros dois tipos de memória: a memória institucional ou memória de arquivo e a memória metálica. A memória de arquivo refere-se àquelas

sustentadas pelas práticas de normatização dos processos de significação pelas instituições como escolas, igrejas, Estado, etc. A memória metálica, por sua vez, diz respeito àquela produzida pela mídia, pelas novas tecnologias de linguagem. Esta não se produz pela historicidade, mas por um construto técnico como a televisão, o computador, dentre outros. Diferente da memória discursiva que se situa no eixo vertical, o eixo da constituição, a memória metálica se localiza no eixo horizontal, o da formulação o que significa a produção de um acontecimento sem memória. Nesse sentido, a memória metálica é uma memória achatada, horizontal, em que uma formulação se transforma em várias outras sem que se toque no domínio da constituição, do interdiscurso (ORLANDI, 2012).

Nessa relação entre o interdiscurso ou memória discursiva e as formações discursivas, a questão do silêncio surge como um importante conceito a ser considerado, pois como afirma Orlandi (2007, p.23) “o silêncio é a garantia do movimento dos sentidos. Sempre se diz a partir do silêncio”.

1.4. Silêncio

O silêncio na análise de discurso é entendido como um lugar de recuo necessário para que o sentido faça sentido. Difere do implícito, como significado por Ducrot, por não estar sobreposto a uma outra significação, não se remeter ao dito. Não há no silêncio uma relação de dependência com o dizer para significar. O silêncio é, ele significa, há um sentido no silêncio (ORLANDI, 2007). Desse modo, o silêncio assim como a palavra não é transparente, mas atravessado por questões da ordem do simbólico. O que implica dizer que, assim como as palavras, o silêncio tem suas condições de produção, variando de acordo com as formações ideológicas e discursivas assumidas pelo sujeito diante do não-dito. É nessa relação entre as diferentes formações discursivas e as diferentes possibilidades de sentido que se situa, segundo Orlandi (2007), o trabalho do silêncio.

Podemos apreender do/no silêncio aspectos culturais, políticos e históricos que o permite significar de diferentes maneiras, não havendo, portanto, um único silêncio, mas múltiplos: “o silêncio das emoções, o místico, o da contemplação, o da introspecção, o da revolta, o da resistência, o da disciplina, o do exercício do poder, o da derrota da vontade etc.” (ORLANDI, 2007, p. 42). Por esse motivo, visto sob uma perspectiva discursiva, o silêncio quando posto em relação à linguagem não é

entendido negativamente, ao contrário, busca-se vê-lo em sua relação constitutiva com a significação, uma vez que sem silêncio não há sentido.

É preciso salientar, no entanto, que o silêncio não é diretamente observável nem representável, ele é fugaz, não dura e se apresenta a partir das rupturas, das falhas da/na linguagem. Não é possível interpretar o silêncio, apenas compreendê-lo sendo necessário, para tanto, explicitar o modo pelo qual ele significa, destacando-se os processos de produção dos sentidos através da historicidade, da interdiscursividade, pois como nos diz Orlandi (2007, p. 58), “o silêncio não é pois imediatamente visível e interpretável. É a historicidade inscrita no tecido textual que pode ‘devolvê-lo’ torná-lo apreensível, compreensível”.

Há ainda, segundo Orlandi (2007), duas formas de silêncio: o silêncio fundador e a política do silêncio, ou silenciamento, que é dividida entre o silêncio constitutivo e o silêncio local. O silêncio fundador é o silêncio enquanto condição para a possibilidade de significação, que tanto existe nas palavras quanto as atravessa, impedindo que estas tenham um sentido definitivo, acabado. Enquanto política do silêncio, este diz respeito tanto a não (deixar) dizer algo para apagar sentidos indesejáveis, o silêncio constitutivo, quanto à interdição, a proibição do dizer, o silêncio local. Enquanto no silêncio fundador o silêncio significa por si mesmo de forma absoluta e ilimitada, na política do silêncio, há um recorte entre o que se diz e o que não se diz. Em ambos os casos, no entanto, o silêncio trabalha determinando os limites do dizer, ou seja, os sentidos estão diretamente relacionados às formações discursivas e conseqüentemente aos processos de identificação do sujeito.

Em AD, “a relação entre as significações de um texto e as suas condições sócio-históricas é constitutiva das próprias significações” (ORLANDI, 2002, p. 27), pensando-se a história não como uma sequência cronológica, uma sucessão de datas, mas como fatos que reclamam sentido. Assim, ao iniciarmos este capítulo versando sobre da história da AD, nos interessou entender como surgiram, em quais condições de produção, e como circularam os pressupostos teóricos basilares desse campo do conhecimento, que constituem o dispositivo teórico desta pesquisa, possibilitando-nos entender com maior propriedade questões como o descentramento do sujeito, a ideia de um sujeito clivado que funciona pelo efeito da ideologia, tendo a partir dela a ilusão de ser fonte do seu dizer.

É ainda pela compreensão da historicidade da AD que passamos a entender o funcionamento do discurso, entender que “as palavras, expressões, proposições, recebem seu sentido das formações discursivas nas quais se inscreve” (ORLANDI, 2004, p. 21) e que este se constitui na relação com o interdiscurso. Entendendo que em um mesmo texto há vários textos possíveis e que em AD não trabalhamos com as evidências, mas com os processos de produção das evidências (ORLANDI, 2004), procuramos, a partir do nosso dispositivo teórico, apreender do nosso arquivo, os programas matinais da rede Globo que tratam do implante coclear, as leituras/interpretações possíveis partindo do entendimento do discurso como um processo que se desenvolve de múltiplas formas e é atravessado por várias formações discursivas e da compreensão da significação como “um movimento contínuo, determinado pela materialidade da língua e da história” (ORLANDI, 2004, p. 30).

Importa ainda ressaltar que o discurso sobre o IC se utiliza, em geral, de uma linguagem formal, acadêmico/científica, destinada a especialistas na temática e quando trazido ao público em geral por meio dos programas matinais acaba passando por um processo de didatização do dizer, uma aproximação da temática com a realidade do público leitor, sem perder, no entanto, seu efeito-ciência, processo que se denomina de Discurso de Divulgação Científica – DDC. nas palavras de Orlandi (2012, p. 157), “o discurso de divulgação científica parte de um texto que é da ordem do discurso científico e, pela textualização jornalística organiza os sentidos de modo a manter um efeito-ciência”. Dessa forma, para uma melhor compreensão de nosso objeto de análise é fundamental tratarmos sobre as especificidades desse discurso.

1.5. A Mídia e o Discurso de Divulgação Científica

O saber científico tem se apresentado cada vez mais presente no cotidiano da sociedade. Nesse sentido, faz-se necessária uma democratização do conhecimento, o que possibilita ao Discurso de Divulgação Científica (doravante DDC) assumir um papel de protagonismo, fazendo circular o saber em diferentes campos midiáticos, principalmente na televisão, que por se utilizar da combinação entre o verbal e o não verbal tornou-se, conforme Dela-Silva (2008), uma das principais formas de comunicação midiática. De acordo com a autora, o modo como se dava a circulação

das informações foi profundamente alterado com o advento da televisão, provocando uma perda de espaço tanto da mídia impressa quanto da mídia radiofônica.

A televisão tornou-se rapidamente uma mídia de ampla circulação e um local de práticas discursivas, sendo necessário, para apreender seu funcionamento, segundo Gregolin (2007, p.13), “analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória”. Dessa maneira, é possível afirmar que a televisão afeta a forma de presença do conhecimento na sociedade, as formas de sua circulação e a forma como a sociedade participa da/na produção desse conhecimento. Além disso, atravessada pela lógica de mercado do sistema capitalista, esta tem ainda estabelece o que deve e o que não deve ser consumido.

Para Orlandi (2012, p.179), a televisão individualiza, ainda que pela globalização, e instantaneiza as informações por ela veiculadas, produzindo, segundo a autora, um acontecimento sem história uma vez que em seu processo produtivo não há deslocamentos de sentido, deslizos, rupturas, há apenas “uma reiteração do mesmo produzindo a ilusão do diferente, o variado” (ORLANDI, 2012, p.180). Para explicar essa questão da instantaneidade da mídia, Gregolin (2007, p. 16) utiliza os termos ‘história do presente’ e ‘história ao vivo’.

Para a estudiosa, é por meio desses construtos que a mídia tenciona em nós a questão da memória e do esquecimento, formatando a “historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente” (GREGOLIN, 2007, p.16). Nessa perspectiva, é importante pensar como o DDC funciona na mídia, em como ela faz o DDC circular em meio a um grupo heterogêneo de pessoas.

Nunes (2001) afirma que o DDC se apresenta de diversos modos conforme o domínio do saber e que ele estabelece uma relação imaginária entre o divulgador, o cientista e o público leitor, num entrecruzamento de diferentes espaços de significação. Entende-se por DDC a textualização jornalística do discurso científico, ou seja, a divulgação dos resultados das pesquisas científicas por meio de uma forma mais acessível e menos técnica para o público em geral.

Nesse discurso, há menos uma preocupação com a manutenção da cientificidade e mais com a divulgação. Não se pode, no entanto, como nos

esclarece Orlandi (2012, p.151), conceber o DDC como resultante da simples soma dos discursos científicos e jornalísticos. Trata-se de “uma articulação específica com efeitos particulares, que se produzem pela injunção a seu modo de circulação”. Este se dará pelo tripé: discurso científico, discurso jornalístico e discurso cotidiano, a partir do qual ocorrerá a formulação de um novo discurso, que segundo Grigoletto (2005) não causa uma ruptura, mas um deslocamento que mantém “o efeito de ressonância do discurso da ciência” (GRIGOLETTO, 2005, p.43).

O DDC não é um discurso “da” Ciência, mas um discurso “sobre” a Ciência. Há uma didatização do discurso científico e um efeito de terminologia que permite pôr em contato o discurso do senso comum e o da ciência, “ao lado da objetividade da ciência, vemos perfilarem-se uma série de atitudes não-científicas, que vêm reconfortar o leitor no momento da divulgação mediática” (NUNES, 2001, p. 33). É nesse sentido que funciona o mecanismo da menção em que não se diz “x”, mas sim “o cientista tal diz x”. Pela menção, o jornalista, ocupando a posição de jornalista científico, evoca os saberes da ordem da ciência para legitimar e dar credibilidade ao seu discurso.

Isso traria ao leitor padrão, segundo Orlandi (2012a), mais que uma informação, um efeito de verdade assegurado pelas descrições, sinônimos, perífrases, equivalências, etc. Assim, não há uma equivalência entre o que é dito no discurso científico e no DDC, não se tem um transporte de sentidos de um discurso para o outro, mas um deslocamento, uma transferência em que os sentidos se deslizam, produzindo outros efeitos de sentido.

Entende-se assim que o discurso jornalístico não é mero receptáculo, mas sim um meio e, portanto, não é indiferente aos sentidos, não é neutro, uma vez que “enunciar na mídia é enunciar segundo a interdiscursividade que determina as formulações da mídia” (GUIMARÃES, 2001, p.15). O próprio acontecimento enunciado pela mídia já é atravessado por questões ideológicas uma vez que, segundo Guimarães (2001), o acontecimento para a mídia diz respeito a uma relação da mídia com os eventos do mundo social e político, a partir da posição da qual ela enuncia. É por esse motivo que a alguns acontecimentos é dado destaque e a outros não.

Importante ainda salientar que o DDC se constitui numa zona de tensão entre a voz da ciência e a do senso comum, atravessada pela voz da mídia, havendo uma constante imbricação de vozes advindas desses lugares discursivos que são, por

sua vez, cercados por implicações ideológicas. O divulgador faz a ponte entre o cientista e o leitor, trazendo para dentro do DDC elementos que não caberiam no discurso científico. É no interior desse espaço discursivo da divulgação científica que os sujeitos se inscrevem e ocupam suas diferentes posições-sujeito.

Orlandi (2012) esclarece que o processo de produção do discurso implica três instâncias indissociáveis e igualmente relevantes: sua constituição, sua formulação e sua circulação, que ocorrem em certa conjuntura e segundo certas condições, mas que, uma vez postas em circulação, “jamais se estancam, instalando e/ou reinstalando-se em muitas e diferentes formas de linguagem” (MORELLO, 2003, p. 21), dentre elas, na divulgação científica, que faz circular junto à população, por meio da mídia, os discursos produzidos no interior das comunidades científicas. A ciência desloca-se de seu lugar de ciência, das universidades, dos laboratórios e centros de pesquisa, e se dirige ao cotidiano utilizando, para tanto, o espaço da mídia e a prática de reformulação, possibilitando que, pelo uso de uma linguagem do cotidiano, tal discurso circule de maneira mais abrangente,

Um tema [...] é considerado como assunto cotidiano, de modo que as discussões sobre ele podem ser sustentadas seja pelos cientistas, seja pelo grande público ou pelo jornalista. Há assim, uma abertura das questões científicas para o cotidiano do grande público (NUNES, 2003, p. 52).

Esta abertura é denominada por Orlandi (2012) como um efeito de exterioridade e a formulação do DDC corresponde ao efeito-leitor que “o institui e que o caracteriza no modo mesmo em que ele se apresenta na circulação dos sentidos” (ORLANDI, 2001, p. 22). Importante entender ainda que no processo de formulação e de circulação do DDC deve-se considerar a noção de silêncio (ORLANDI, 2007), pois entendendo que não há sujeito sem ideologia, que a mídia faz circular o conhecimento a partir da formação discursiva em que se encontra inserida e sob determinadas condições de produção e que em todo dizer há confronto do simbólico com o político, o estudo do silêncio possibilita-nos entender o que é dito, porque é dito e o que é deixado às margens do dizer.

É nessa perspectiva e fazendo uso desse aporte teórico que debruçar-nos-emos sobre a questão do implante coclear, sobre o modo como o discurso sobre este dispositivo circula e os efeitos de sentido que são produzidos. Para tanto, é preciso entender os diferentes dizeres sobre a surdez, sobre o surdo e, conseqüentemente, sobre o implante coclear.

CAPÍTULO II - OS DIFERENTES DIZERES SOBRE A SURDEZ

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010), 23,9% (cerca de 45 milhões) da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência. Deste percentual, 5,10% (cerca de 9,7 milhões) são de pessoas que possuem deficiência auditiva, sendo 1,12% (aproximadamente 2 milhões) de pessoas totalmente surdas, um número significativo de sujeitos, o que denota a relevância de se discutir sobre os dizeres que circulam acerca desse público e sobre os diferentes trabalhos que têm sido produzidos acerca da socialização e inclusão deste público.

Tratando especificamente sobre as pessoas com déficits auditivos, têm surgido diferentes trabalhos de caráter científico e diferentes propostas de socialização e inclusão centradas principalmente em duas abordagens: uma pautada na oralização e outra pautada no uso da língua de sinais. A primeira defende a utilização de tratamentos de reabilitação auditiva e de ferramentas tecnológicas, como os Aparelhos de Amplificação Sonora Individual (AASI) e os Implantes Cocleares (IC), que permitiriam, às pessoas com deficiência auditiva ou surdez, o aprendizado da língua oral e a possibilidade de ouvir, garantindo-lhes uma interação social pautada na língua oral majoritária.

A segunda, pautada no uso da Língua de Sinais, entende que as pessoas surdas se constituem numa comunidade e que, portanto, possuem identidade, língua e cultura diferentes das pessoas ouvintes, não necessitando aprender a língua oral, adquirir os mesmos modos e costumes que os ouvintes ou realizar qualquer tipo de reabilitação auditiva ou procedimento cirúrgico, como a colocação do implante coclear, uma vez que a aquisição e o uso de sua língua materna, de modalidade viso-espacial, permitiriam a estes o desempenho das mesmas funções proporcionadas por qualquer outra língua, de modalidade oral.

O corpo surdo é assim encarado a partir de uma perspectiva sócio-política e, inserido nesse contexto, o implante coclear assume diferentes significados dependendo do lugar discursivo a partir do qual é enunciado e da posição sujeito assumida pelo enunciador. Visto a partir do lugar ocupado pelos defensores deste procedimento, o Implante Coclear é um dispositivo que proporciona às pessoas com perda auditiva de grau severo ou profundo do tipo neurossensorial, que não possuem mais nenhum tipo de ganho com o uso dos aparelhos auditivos, uma

audição útil e uma maior habilidade quanto à comunicação oral (KOSLOWSKI, 1997; Pfeifer, 2015). Sua função é substituir as células ciliadas que, dado o grau e o tipo de surdez, estão danificadas e levar diretamente ao nervo auditivo a informação sonora previamente transformada em sinais elétricos. Nesse sentido, o IC fornece a possibilidade de perceber os sons. Ele se difere dos AASI, pois, enquanto estes apenas amplificam o som e fazem uso da audição residual, o IC substitui as funções da cóclea criando uma audição por impulsos elétricos, possibilitando que mesmo aqueles indivíduos que não têm resíduos auditivos possam perceber os sons.

Quando enunciado a partir da posição-sujeito que defende o uso da língua de sinais, o IC e os demais recursos tecnológicos são vistos como aparatos de normatização dos surdos tendo os ouvintes como os modelos a serem seguidos, uma vez que, para Foucault (2007) a normalização

consiste em primeiro colocar um modelo, um modelo ótimo que é construído em função de certo resultado, e a operação de normalização consiste em procurar tomar as pessoas, os gestos, os atos, conformes a esse modelo, sendo normal precisamente quem é capaz de se conformar a essa norma e o anormal quem não é capaz (FOUCAULT, 2007, p.75).

Nessa perspectiva e a partir desse lugar discursivo, o IC é definido como “um aparelho que tem o intuito de consertar o ouvido defeituoso dos surdos, trazendo uma possível audição de forma robotizada. Além disso, exige intensa reabilitação fonoaudiológica pós-cirurgia, pois é preciso exercícios para perceber e entender os sons” (REZENDE, 2012, p. 14). O IC é assim visto como um recurso nocivo à comunidade surda e à língua de sinais, algo que pode provocar sua extinção e que, além disso, faz circular no imaginário social a ideia de que os surdos são indivíduos defeituosos que precisam ser corrigidos e normalizados.

Nesse contexto, o corpo surdo é encarado como um instrumento de práticas sociais, metaforicamente equiparado a uma máquina que, por estar apresentando um defeito, deve ser consertada. Segundo Gregolin (2007), numa leitura de *Microfísica do Poder*, de Foucault, isso ocorre devido às vontades de parcelas da sociedade que a mídia reproduz e coloca em circulação. Nesse sentido, segundo a autora, conceitos como ‘normal’ e ‘anormal’ são construções discursivas estabelecidas pelos jogos dos micropoderes estabelecidos

pela ampla oferta de modelos difundidos e impostos socialmente por processos de imitação e formas ritualizadas [estabelecendo] paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem o sujeito na “comunidade imaginada (GREGOLIN, 2007, p. 17).

Dessa forma, entendendo que a posição-sujeito do surdo é deslocada a partir de distintas FD, constatamos que não há um discurso consensual acerca da surdez, do surdo ou mesmo do implante coclear, embora haja, entre os sujeitos de cada grupo, a tentativa de construção deste consenso, entendido por Orlandi (2010) como um “nós” coletivo que representaria as aspirações e desejos compartilhados pelos indivíduos que integram a sociedade seja no/pelo discurso médico ou no/pelo discurso sócio antropológico. Por esse motivo, discutiremos a seguir a forma como a surdez e as questões inerentes a ela significam a partir das perspectivas supracitadas.

2.1 Formação Discursiva e o uso da Língua de Sinais

A partir de uma FD, daquilo que pode e deve ser dito numa dada formação ideológica, os surdos são vistos não pela polarização do imaginário social de normal-anormal, mas pelo prisma da diferença que, ao invés de designar uma continuidade discursiva em que também encontraríamos o termo “deficiente”, “portador de necessidades especiais”, representa uma ruptura, uma posição possível, uma significação política e uma resistência à ideologia e à política do ouvintismo, entendido como as representações dos ouvintes sobre a surdez e sobre os surdos, o qual se caracteriza principalmente pela imposição do uso do método oral puro estabelecido como verdade, como tentativa de homogeneização (SKLIAR,2010). A partir dessa FD, aquela que enuncia sobre o uso da língua de sinais, os surdos são vistos enquanto sujeitos dotados de uma organização social, história e valores morais que lhes são próprios, disseminados e promovidos a partir do uso de uma língua que também lhe é própria, a língua de sinais.

Enquanto na sociedade ouvinte a surdez é estigmatizada e os indivíduos surdos são considerados deficientes, anormais tendo, em virtude de sua surdez, toda sua singularidade apagada, na comunidade surda, entendida aqui enquanto uma minoria linguística, política e social, a língua de sinais se configura como uma prática cultural que promove a formação desta comunidade, o que, por sua vez, possibilita a estes um processo de identificação, de pertencimento a um grupo, provocando uma ruptura com a posição de sujeito marginalizado, anormal, deficiente e que, por esse motivo, deveria procurar adequar-se à normalidade ouvinte, às

práticas corretivas que colocam os surdos numa condição de submissão, onde aqueles que não se adequam ao padrão social exigido são vistos como incapazes.

Costa (2009), em sua pesquisa sobre as diferentes posições-sujeito assumidas pelos surdos ao longo do tempo, destaca que estes foram historicamente inscritos em posições que os tinham como incapazes de aprender e de se desenvolver moral e intelectualmente, de construir pensamento e expressar sentimentos. A partir do século XVI, com o advento de alguns defensores da capacidade do surdo de se comunicar e de aprender, começou a haver um deslocamento na posição-sujeito surdo. A partir desse momento, o surdo começou a ser visto como apto, especialmente, quando sujeito da /à língua de sinais. Entre os principais defensores do uso da língua de sinais como forma de instrução e comunicação com os surdos destaca-se o abade Frances Charles Michel de L'Épée, que entendia que um ensino pautado na oralização tomava muito tempo dos alunos e não obtinha, ou obtinha muito pouco sucesso, enquanto o uso da língua de sinais possibilitava a estes uma educação equiparada a dos ouvintes.

Apesar disso, após duas reuniões entre educadores de surdos, no I e no II Congresso Mundial para discutir a educação destes, ocorridas respectivamente em Paris e em Milão, e compostas majoritariamente por ouvintes, já que os surdos foram proibidos de participar e votar em ambos os congressos, houve a prevalência da ideologia ouvintista que defendia o aprendizado da oralização pelo surdo, pautando-se na ideia de um modelo único de ser, na reabilitação do corpo e na medicalização da surdez. Isso fez com que o surdo voltasse a ser visto e significado pela característica que o distingue dos outros sujeitos, o não ouvir, o que acarreta o surgimento de escolas enquanto instituições de normalização/normatização. Sobre a exclusão dos surdos de participarem ativamente das discussões acerca do processo educacional de seus pares, Graham Bell afirmou que “aqueles que são, eles próprios, incapazes de falar não são juízes indicados para avaliar o valor da fala para os surdos” (LANE, 1992, p. 113).

Se por um lado houve, segundo Rezende (2012), um desempoderamento das línguas de sinais e uma exclusão, o que discursivamente entendemos como apagamento/silenciamento, dos discursos que defendiam o uso e o aprendizado desta, os quais eram enunciados principalmente por pessoas surdas, por outro lado, a surdez e os surdos passaram a ser significados a partir de discursos pautados na

medicina, visto por Foucault (2006), como uma estratégia biopolítica que visa controlar, regular e normatizar o indivíduo para a promoção de sujeitos normais.

Para a autora, a escola, a família e a igreja, enquanto Aparelhos Ideológicos do Estado, se posicionariam e enunciariam partindo desse entendimento discursivo para, segundo ela e a partir de uma perspectiva ideológica, exercer o controle sobre o surdo e seu corpo. Sobre isso, Althusser (1983) afirma que os AIE embora funcionem principalmente através da ideologia, a ideologia da classe dominante, também podem atuar de forma repressiva, ainda que de maneira mais atenuada, dissimulada ou mesmo de forma simbólica como através da censura, do silenciamento. Nesse sentido, apesar dos esforços de deslocar a construção da imagem do sujeito surdo daquela já constituída no imaginário social, estes continuaram a serem vistos a partir do lugar da estranheza, da anormalidade, que vê no ouvinte o modelo do outro a ser seguido, copiado.

Há, por esse entendimento, a fabricação do sujeito deficiente auditivo, cuja identidade, constituída “por um ‘a mais’ ou um ‘a menos’ em relação à estética humana” (BARBAI, 2016, p.39), é reduzida a um aspecto de seu corpo, significada por aquilo que lhe falta, deixando assim “de ser vistos segundo o seu sexo, sua idade, [...] ou sua raça” (COURTINE, 2011, p. 259). Os sujeitos surdos, enquanto deficientes, passam a figurar no hall das enfermidades, no discurso da medicalização (BARBAI, 2016). Desse modo, os surdos são tomados como indivíduos a serem corrigidos, seja: pelo Estado, pela disponibilização de um procedimento cirúrgico que lhes possibilitem ouvir; pela família, encarregada de acompanhá-lo em suas terapias; ou por qualquer outro aparelho ideológico do Estado.

Os discursos formulados a partir desse entendimento foram amplamente difundidos no Brasil, de forma irrestrita, até a promulgação da Lei 10.098/2000, primeira lei que trata diretamente sobre a questão da surdez. Se até então os sentidos produzidos acerca dos surdos se davam a partir de uma posição que desconsiderava a existência da língua de sinais bem como a possibilidade da formação de uma comunidade surda, a partir desta lei, que trata sobre questões básicas para a acessibilidade, há uma preocupação com a eliminação das barreiras comunicativas e, para tanto, assume-se a língua de sinais como a melhor alternativa para o acesso à informação, à comunicação, ao trabalho e à educação das pessoas

surdas, o que possibilita a construção de novos sentidos acerca da surdez e do surdo.

Uma vez iniciado, este processo de deslocamento da significação e da posição sujeito a partir da qual se enuncia sobre a surdez e o surdo é aprofundado com o surgimento da Lei 10.436/2002 e do decreto 5.626/2005. A primeira reconhece a língua de sinais como o meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas, defende o uso e difusão da Libras pelo país e reconhece os surdos como pertencentes a uma comunidade dotados, portanto, de uma identidade, caracterizando, conforme Orlandi (2008, p.54), um movimento “tanto no seu modo de funcionamento (entre o eu e o outro) como em sua historicidade”. O Decreto, por sua vez, além de ratificar a lei supracitada, detalha a forma como deve se dar a inclusão, o uso e difusão da Libras. Nesse decreto, também se percebe a construção da imagem da pessoa surda como pertencente a uma comunidade dotada de uma cultura e identidade.

A identidade surda é definida como um conjunto de características da comunidade surda. Um conjunto de tradições, costumes, interesses culturais e linguísticos desenvolvidos e vividos pelo povo surdo (PERLIN, 2010; ROSA, 2012; STROBEL, 2015). A identidade surda⁶, como aqui é entendida, está pautada no caráter social da surdez, vista como diferença e não no aspecto clínico, em que ouvintes concebem a surdez como algo que falta. Lane (1992) afirma que a projeção da identidade surda encobre as diferenças de idade, classe social, sexo e etnias que seriam mais perceptíveis nas sociedades ouvintes, uma vez que, enquanto minoria linguística, há entre estes uma propensão para a tomada de decisões em grupo, pois estes se veem como uma família, uma família de surdos.

Desse viés, a comunidade surda passa a ter sua própria cultura, sua própria história, estrutura social e forma de arte o que, mais uma vez, possibilita aos surdos a ruptura com a sociedade ouvinte, com a ideia de uma universalização cultural e homogeneidade linguística, permitindo que se construa a ideia de uma heterogeneidade que possibilite diferentes formas de ver, fazer, compreender e explicar a realidade que os circunda. Dessa forma, os indivíduos surdos podem

⁶ Pêcheux (2014, p. 198) afirma que “a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se realiza pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina”. Nesse sentido, entendemos ‘identidade surda’ como um processo de identificação do sujeito com uma formação discursiva que enuncia a partir de uma posição que concebe a surdez pelo viés socioantropológico, compreendendo os surdos como sujeitos dotados de língua, cultura e identidade.

assumir uma posição diferente daquelas que historicamente lhes foram permitidas, a saber a posição de deficiente, enfermo, sujeitos dignos de nossa compaixão e assistência. Essas posições são muito mais um construto do imaginário social que uma questão biológica. Por conseguinte, ser surdo, para a comunidade surda, deixa de ser algo negativo e se torna motivo de orgulho, uma forma diferente de ser e viver, um privilégio na cultura dos surdos. Rezende (2012, p.09) afirma que ser surdo é

pulsar, questionar, pensar, escolher, sempre no paradigma da nossa diferença. [...] Ser surdo não é uma falta isolada, pois as faltas todos apresentam uma ou outra. Então, a ordem é moldar a identidade na diferença. [...] a identidade surda se apresenta como o lugar de origem dos surdos, o ponto de partida para as interações.

Para a construção dessa identidade, no entanto, é essencial o encontro surdo-surdo, pois, é “no grupo que a identidade floresce, abraçando os elementos culturais existentes na cultura surda. É a comunidade surda que fornecerá os alicerces fundamentais para o empoderamento do surdo enquanto sujeito” (ROSA, 2012, p.23). Strobel (2015, p.112) acrescenta que é a partir desse encontro do surdo com outro surdo que também utiliza a língua de sinais que “se faz brotar novas probabilidades de subjetividades, de compartilhar a cultura, de aquisição de conhecimentos, que não são plausíveis por meio da língua oral e da cultura ouvinte”. Isto porque é o outro, o semelhante, alguém com as mesmas necessidades e aptidões que permitirá ao surdo descobrir-se enquanto tal, identificando-se enquanto sujeito surdo e assumindo essa posição sujeito e desidentificando-se do modelo ouvinte, como único possível.

Perlin (1998) salienta que a construção da identidade surda não é um processo rápido, mas um processo que passa por influências e modificações e que tem como principal elemento o uso da língua de sinais tida como a língua natural das pessoas surdas e que deve ser aprendida o mais cedo possível, uma vez que o aprendizado desta garante aos surdos o atendimento de todas as suas necessidades comunicativas e cognitivas. “A língua de sinais é uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois [...] capta as experiências visuais dos sujeitos surdos e [...] proporciona-lhe a aquisição do conhecimento” (STROBEL, 2015, p. 53).

Nessa conjuntura, o aprendizado da língua de sinais pelo surdo configura-se numa prática ideológica capaz de provocar alterações nas relações de força e de poder entre surdos e ouvintes, possibilitando aos surdos uma identificação entre

seus pares e o pertencimento a uma minoria linguística, o que, por conseguinte, produz o fortalecimento de suas identidades e sua cultura que são historicamente, conforme Strobel (2015), combatidas e diminuídas em detrimento à língua oral nacional utilizada pela maioria ouvinte.

Strobel (2015) alerta para a dificuldade da sociedade em aceitar a existência de uma cultura surda, entendida como o jeito surdo de conceber o mundo e de modificá-lo, a qual engloba não apenas a língua de sinais e sua característica visoespacial, como as ideias, as crenças, os costumes e hábitos partilhados e construídos pelo povo surdo. E isso ocorre, como mencionamos anteriormente, pela não aceitação do outro, por não considerar os sujeitos surdos enquanto diferentes, mas enquanto deficientes, que necessitam, para terem uma vida normal, apropriar-se do modo de ser do ouvinte, cuja cultura, por ser a dominante, acaba sendo imposta para os surdos. Para Lane (1992), essa subjugação física, que ocorre pela imposição dos aparelhos auditivos e do implante coclear, essa imposição de uma língua e de uma cultura sobre a comunidade surda, se configura no mesmo processo de colonialismo vivenciado pelos povos africanos durante as grandes colonizações.

Assim como os colonizadores europeus viam os povos colonizados como atrasados, ignorantes e preguiçosos, o que, sob o argumento de torná-los civilizados e desenvolvidos, justificava a invasão daquele território e a imposição de sua língua, cultura e costumes, assim também a sociedade ouvinte impõem sobre os surdos seus desejos pautados principalmente na aquisição da língua oral, sob o argumento de que os surdos são impulsivos, agressivos, antissociais, de que sua linguagem é pobre e de que seu desenvolvimento intelectual é retardado, sendo estes incompetentes em seus aspectos social, comportamental e emocional, Lane (1992) ressalta que esses traços atribuídos aos surdos refletem não a característica destes, mas a posição paternalista assumida pelos ouvintes ao fazerem essas atribuições. Destaca-se, sob essa perspectiva paternalista com a qual o surdo é tratado, a necessidade de mantê-los numa relação de dependência em que os ouvintes, benfeitores, assumiriam o papel de educadores sendo os surdos beneficiários desprovidos de língua e cultura.

Ainda no âmbito da analogia entre os surdos e os povos colonizados, é possível salientar que assim como os colonizadores tinham, sob o pretexto de civilizar e modernizar os povos da África, o objetivo de assegurar lucros, isso

também pode ser percebido no que se refere à comunidade surda quando pensamos o fato de que constrói no imaginário social a necessidade de os surdos devem fazer uso do aparelho auditivo, do implante coclear e dos inúmeros tratamentos de reabilitação, discurso este que tem em sua base inúmeras empresas que investem nessa área, uma área que é controlada por ouvintes e que obtém muitos lucros.

Sobre isso, Pfeifer (2013) destaca que os inúmeros investimentos na área de aparelhos auditivos têm permitido que estes se tornem menores, mais discretos e coloridos, tornando-os, em suas palavras “desejados” e “úteis”. Tais ferramentas passam a ser desenvolvidas em várias cores e modelos, tornando-as mais discretas e menos incômodas no intuito de atrair o público infanto-juvenil. Dessa forma, não veremos partir desses sujeitos um discurso que incentive o uso da língua de sinais, ao contrário, teremos cada vez mais forte o incentivo, tanto para crianças quanto para adultos surdos, para o uso de aparelhos auditivos, terapias de fala, reabilitação e para a correção cirúrgica. Tais procedimentos não apenas possibilitam a validação do modelo de enfermidade atribuído à surdez, como também “pretende acabar com a reivindicação da comunidade surda respeitante a uma linguística legítima e o reconhecimento da sua comunidade como sendo uma minoria cultural com direito de determinar o seu próprio presente e futuro⁷” (LANE, 1992, p. 82).

Há uma tentativa de apagamento do surdo, de sua historicidade e, conseqüentemente, de sua identidade a partir da construção de um discurso que constrói no imaginário social a imagem dos surdos como sujeitos deficientes, incompletos. Orlandi (2008), em sua pesquisa sobre a construção do imaginário social acerca do brasileiro, destaca que há no discurso sobre este um efeito ideológico colonialista que continua a acarretar, mesmo após o fim da colonização, a reprodução de um discurso que se estabelece a partir da relação colonizador-colonizado e que, nesse sentido percebe o Brasil como um país dependente, submisso. Deslocando esse pensamento para a realidade da comunidade surda, parece-nos possível dizer que o mesmo acontece. Mesmo após inúmeros estudos que tratam sobre a questão da importância do aprendizado da língua de sinais pelas pessoas surdas, da necessidade do contato entre surdos e da participação dos surdos na comunidade surda ainda são muitos os discursos que negam as questões

⁷ Esta obra é uma tradução para o Português de Portugal o que implica algumas construções que diferem do português brasileiro.

culturais, históricas e linguísticas dos surdos e que os significam a partir de uma imagem negativa, dependente, sendo as próteses auditivas e as intervenções cirúrgicas mecanismos que possibilitam a desconstrução dessa imagem e a possibilidade de se alcançar a normalização, a independência.

Essas alternativas, no entanto, são vistas pela comunidade surda como tentativas de normalização/normatização e controle do corpo surdo. Rezende (2012) afirma que vivemos uma época de normalização dos sujeitos, de “ciborguização” do humano e de regulação do corpo a partir das relações de poder às quais estão submetidas. Nesse sentido, o corpo não se limita às questões orgânicas, mas está imerso em questões políticas e é construído historicamente, investido por relações de poder e de dominação e que pode, pela autoridade, ser manipulado, modelado, treinado. Foucault (2014, p.134) afirma que “em qualquer sociedade o corpo está preso no interior de poderes muito apertados que lhe impõe limitações, proibições ou obrigações” e que o controle social estabelecido sobre os indivíduos começa pelo corpo.

Ao tratar sobre a temática, ele nos traz a imagem do soldado que produzia, a partir de seu corpo, o sentido de bravura, honra e integridade. O autor destaca que se até o século XVII era preciso identificar, entre os homens que compunham a sociedade, corpos que transmitissem tais características e que estariam, assim, aptos para o exercício do ofício, a partir do século XVIII, tais corpos passavam a ser fabricados com treinamentos que transformavam e aperfeiçoavam os corpos dos futuros oficiais excluindo destes qualquer tipo de murmúrio e promovendo uma obediência sem questionamentos, o que fora denominado por Foucault (2014) como corpo dócil. Há, a partir dessa ideia do corpo dócil, um controle de seus comportamentos e imposição dos desejos daqueles que o dominam. Nesse sentido, não se trata de cuidar do corpo, mas de exercer sobre ele uma coerção.

Lunardi (2004) ressalta que as instituições de coerção se desenvolveram a partir dos modelos dos conventos que, ao imobilizar, isolar e transformar os indivíduos para responder a um ideal de perfeição face à glória divina, produziam sujeitos dóceis e úteis. Para aqueles que tratam a questão da surdez a partir de uma perspectiva cultural, o mesmo tem ocorrido com os sujeitos surdos. Para eles, há, sobre os corpos surdos, uma tentativa de controle, de coerção, que se apresenta pela tentativa de normalização/normatização dos surdos através da medicina, da biotecnologia, do implante coclear. Uma vez implantado os surdos estariam sob o

controle dos ouvintes “obrigados a uma vida regrada pelas práticas sociais e culturais dos que ouvem” (REZENDE, 2012, p. 47) e submetidos a constantes processos de intervenções e vigilâncias que controlam e reabilitam o corpo surdo a fim de torná-lo dócil e útil.

Por esse motivo, os surdos usuários da língua de sinais e a comunidade surda da qual estes fazem parte, não veem o implante coclear como algo benéfico, mas como uma intervenção, uma tentativa de adestramento e erradicação do surdo representando, portanto, uma ameaça à cultura, à construção da identidade surda e ao uso da língua de sinais. Além disso, o surdo uma vez implantado deve ser constantemente submetido a tratamentos de (re)habilitação de fala, a consultas e exames, que além de não o permitir construir sua identidade em meio à comunidade surda, o impede de ter uma vida plena como uma pessoa ouvinte.

Para Rezende (2012), a surdez vista enquanto deficiência bem como os estereótipos construídos a partir desta visão são invenções da medicina. Para ela, “foi nesse campo da medicina que se inventou a surdez como deficiência, que se produziram discursos e saberes sobre os surdos como deficientes e necessitados e que se inventaram técnicas de correção” (REZENDE, 2012, p.35). Esse discurso foi, ainda segundo a autora, amplamente apoiado pela família, um aparelho ideológico institucionalizado para vigiar, controlar e corrigir os corpos surdos, e pela mídia, que utiliza estratégias que minimizam a surdez e que a colocam como algo a ser combatido, assumem um regime de verdade e passam a produzir no imaginário social significados que se estratificam materializando a hegemonia ouvinte e legitimando sobre o saber cultural e linguístico do surdo o saber clínico.

O objetivo daqueles que se posicionam no lugar discursivo que trata da surdez a partir da perspectiva da diferença é o de desconstruir o discurso médico sobre o surdo. Por não se considerarem indivíduos a corrigir, mas ao contrário, indivíduos dotados de uma língua, cultura e identidade que lhes são próprios, os surdos propõem uma outra forma de significar o sujeito surdo que, a partir de uma perspectiva socioantropológica, valoriza o surdo enquanto sujeito que usa a língua de sinais e que resiste às tentativas de controle e submissão do corpo surdo que “se empodera ao lutar, ao produzir e emitir discursos, ao confrontar-se e preparar-se para o confronto” (REZENDE, 2012, p. 18).

O corpo surdo, no discurso sobre a surdez, constitui-se como um material simbólico atravessado por discursos conflitantes. Hashiguti (2015) afirma que no

corpo há uma materialidade cuja representação constrói um lugar de fala, uma posição discursiva e que este é constituído pelo olhar, um olhar discursivo, que significa, que tem espessura material. É o olhar que constitui o sujeito historicamente, posicionando-o e significando-o. Nesse sentido, o olhar sobre o corpo surdo a partir de diferentes posições resulta em diferentes significações sobre estes. Desta forma, discutiremos agora sobre o modo como a surdez e as questões a ela imbricadas significam a partir de uma formação discursiva que se posiciona favoravelmente ao uso das tecnologias como possibilidade para a percepção da audição.

2.2 Formação Discursiva e o uso das novas tecnologias auditivas

Os sujeitos que se inscrevem na FD que enuncia sobre o uso das novas tecnologias auditivas entendem a surdez não como uma minoria linguística dotada de uma cultura e identidade, mas como uma deficiência que “prende as pessoas numa bolha de solidão e silêncio. [...] e derruba o ânimo e a alegria de viver daqueles que convivem com ela” (LOBATO, 2014, p.09). Isso porque, para estes, a surdez, na maioria dos casos, impede ou dificulta o aprendizado de sua língua materna, a Língua Portuguesa, tanto na modalidade oral quanto escrita, sendo as novas tecnologias o auxílio necessário para uma melhor qualidade de vida e inclusão social através da oralização.

Sob esse viés, a língua de sinais não é vista como um instrumento de poder, apenas como mais uma língua que pode ou não ser aprendida pelo indivíduo com deficiência auditiva/surdez. Pfeifer (2013, p.30), por exemplo, afirma ser contra o que ela chama de militância surda, pois estes tentam impor sobre as crianças surdas o ensino de Libras como única alternativa disponível a elas, embora “qualquer surdo só tem a ganhar em oportunidades profissionais, educativas e pessoais caso domine o português”.

Nesse sentido, para a autora, ser apenas usuário da língua de sinais seria como viver em função da deficiência, restrito a um grupo de pessoas e eternamente dependente. Associar os deficientes auditivos à língua de sinais se constitui, dessa forma, para a autora, num estereótipo, um mito que precisa ser esclarecido uma vez que a surdez é uma deficiência heterogênea não havendo uma única significação

disponível, principalmente quando considerados os vários graus e tipos de perda auditiva.

Lobato (2014) explica que, embora a Libras seja uma língua oficialmente reconhecida e que tenha um grande número de adeptos em todo o país, ela não representa a única possibilidade de comunicação para os deficientes auditivos, uma vez que existem pessoas que possuem deficiência auditiva leve ou moderada e que lidam com ela a partir dos AASI; existem ainda aqueles que apresentam surdez severa ou profunda que não fazem uso dos AASI por não apresentam ganhos satisfatórios com os mesmos, mas que também não utilizam a língua de sinais optando pelos tratamentos de reabilitação fonoaudiológica que estimulam a oralização e a leitura labial, tendo ou não feito a cirurgia para a colocação do IC, os chamados surdos oralizados. Em geral, os surdos oralizados apresentam surdez pós-lingual, ou seja, adquiriram a surdez após o desenvolvimento das habilidades auditivas e da linguagem oral, embora existam casos de indivíduos que nasceram surdos, ou que ficaram surdos antes da aquisição da língua oral, e adquiriram a oralidade com tratamentos fonoaudiológicos.

Há entre os autores que enunciam a partir desta FD (PFEIFER, 2013; 2015; Lobato 2014), o discurso de que no Brasil ocorre uma tentativa de homogeneização da deficiência auditiva e imposição àqueles que são deficientes auditivos da língua de sinais, quando, na verdade, existiriam outras alternativas comunicativas tão ou mais eficientes que a língua de sinais, tais como as tecnologias de transmissão fechada de som (Sistema FM ou Aro de Indução Magnética), os aparelhos auditivos e o implante coclear. Pfeifer (2013), acerca disso, afirma que os surdos oralizados devem ajudar a desmistificar a ideia errada de que a deficiência auditiva é sinônimo do uso de Libras e contribuir com a propagação das informações acerca das tecnologias voltadas aos deficientes auditivos.

O recurso tecnológico mais difundido e utilizado pelas pessoas com deficiência auditiva são os Aparelhos de Amplificação Sonora Individual. Estes possibilitam às pessoas com resquícios auditivos a percepção de alguns sons que, mesmo escassos, podem contribuir com um melhor desenvolvimento dos níveis emocional, mental e cognitivo das pessoas com esta deficiência. A princípio, o uso dos AASI pode, em alguns casos, causar dor e desconforto momentâneos, mas seu uso constante possibilitará maior confiança, segurança e autonomia àqueles que os utilizam, sendo necessário, para tal, persistência na adaptação aos aparelhos. É

relevante esclarecer, no entanto, que os AASI apenas amplificam os sons, o que significa que o uso dos AASI deve vir acompanhado de treinamentos fonoaudiológicos. Isso, no entanto, não se constitui como um entrave para seu uso, pois, segundo Lobato (2014, p. 93), “ouvir era algo que, em todos os sentidos, valia a pena!” e que, por esse motivo, os deficientes auditivos devem “correr atrás, tentar oralizar o máximo que conseguirem” (PFEIFER, 2013, p.119).

Por ser uma tecnologia que ‘apenas’ amplifica o som, os AASI não são recomendados em todos os casos de surdez, mas àqueles indivíduos que possuem resquícios auditivos e mesmo para estes não há a possibilidade de discriminação dos sons da fala. Além disso, em alguns casos, a amplificação dos sons pelos AASI vem acompanhada de ruídos e chiados. Pfeifer (2015), esclarece que as constantes pesquisas na área de biotecnologia permitiram, no entanto, o surgimento de uma tecnologia que possibilita aos deficientes auditivos (re) escutar de forma clara, sem os chiados constantes dos AASI e com a possibilidade de discriminação dos sons da fala humana, esta tecnologia é o implante coclear.

Este dispositivo tem como principal propósito, segundo seus defensores, o de melhorar a qualidade de vida dos deficientes auditivos que não se beneficiam dos aparelhos auditivos. Ele é composto por dois componentes, um interno e outro externo. O componente interno é fixo e inserido cirurgicamente no osso do crânio com a colocação de 22 eletrodos na cóclea, enquanto o componente externo é móvel e composto pelo processador de fala e pela antena.



Fonte: YAMADA; VALLE (2014, p.23)

Para saber se está apto ao IC, o candidato com deficiência auditiva é submetido a uma série de exames feitos por uma equipe multidisciplinar composta

por médicos, fonoaudiólogos, psicólogos e assistentes sociais. “Alguns exames visam atestar a gravidade da surdez, para que não se indique o IC cedo demais; outros, como os de imagem, servem para ver se o implante é viável ou se há algum impedimento para a cirurgia. Ele não é indicado em todos os casos de deficiência auditiva” (PFEIFER, 2015, p. 38).

Albernaz (2008), adverte que além de não ser indicado para todos os casos de surdez, os resultados obtidos pelos implantados é particular e depende de uma série de fatores, tais como: a idade em que se recebe o implante, o tempo que se ficou sem ouvir, o número de eletrodos inseridos na cóclea, uso prévio dos AASI, o grau de comprometimento do implantado com os tratamentos de reabilitação fonoaudiológicos, condições socioeconômicas, etc. É um processo gradual e lento que exige do implantado paciência e força de vontade para (re)aprender os sons. Observa-se, nesse sentido, a necessidade de uma postura realista do deficiente auditivo frente às conquistas que pode alcançar com o IC.

Apesar disso, os surdos aptos ao procedimento veem no IC a possibilidade de mudar de vida, de ter acesso ao som, uma forma real de auxílio. “Mesmo que meu IC não tivesse sido um sucesso, ainda assim eu preferiria fazê-lo e ouvir qualquer som que fosse a passar o resto dos meus dias na companhia do silêncio” (PFEIFER, 2015, p. 76). Observa-se que a surdez aqui é significada pela falta, pela ausência de um sentido, como algo que deve ser combatido. Nessa perspectiva, tecnologias como o IC, que se propõem a dar aos sujeitos surdos limiares auditivos semelhantes aos de uma audição normal, têm sido cada vez mais difundidas. Yamada e Valle (2014) destacam que embora o IC não cure a surdez, provê aos implantados a sensação de audição com a qualidade necessária para a percepção dos sons da fala, o que acarreta em melhorias não apenas nos aspectos linguísticos, mas em aspectos comportamentais e afetivos que possibilitam um melhor ajuste destes indivíduos à vida cotidiana.

Se para os defensores da identidade surda e da língua de sinais, o IC se constitui como uma tentativa de controle do corpo surdo, sendo a família uma instituição de normatização, vigilância e correção dos corpos destes, para os defensores do uso de tecnologias como o IC, a família representa o apoio e o suporte necessário para que os deficientes auditivos submetidos ao procedimento cirúrgico se desenvolvam e adquiram a autonomia e a independência proporcionadas pelo som. Yamada e Valle (2014, p. 53) salientam que um dos

critérios necessários para o sucesso do IC é exatamente o nível de envolvimento da família especialmente em caso de crianças, pois “é com a família que a criança permanece a maior parte do tempo [...] o desempenho das crianças varia de acordo com o envolvimento, a autoeficácia e a interação de cada mãe com suas crianças”.

Pfeifer (2015) esclarece que a autorização de colocação do IC não se constitui como uma tentativa de extermínio da cultura ou da comunidade surda, mas como uma possibilidade de ampliação da comunicação com o outro. Isso porque nem todos os surdos são candidatos ao procedimento e mesmo aqueles que são implantados podem aprender a língua de sinais e participarem da comunidade surda, se assim desejarem, muito embora esta não seja uma prática desejada nem pelos familiares dos deficientes auditivos (YAMADA; VALLE, 2014), nem pelos surdos (LANE, 1992).

Entendendo que os enunciados são social e historicamente determinados e que é no/pelo discurso que a ideologia se materializa, percebemos, o discurso sobre o IC como um discurso heterogêneo que abriga diferentes sujeitos e diferentes vozes que enunciam a partir de diferentes lugares discursivos acarretando confrontos e diferentes possibilidades de significação, em meio a relações de força e poder.

2.3. Designações em torno das expressões Surdo e deficiente auditivo

Pfeifer (2013/2015) e Lobato (2014) referem-se aos sujeitos surdos pela expressão *deficientes auditivos*, pois entendem que são expressões que remetem ao não ouvir, ao ouvir com dificuldade e ao ouvir a partir de instrumentos tecnológicos. Strobel (2015), Skliar (2010) e Rezende (2012) se referem a esses mesmos sujeitos como *surdos*, pois entendem que eles são dotados de uma língua e uma identidade que os constitui enquanto uma minoria linguística. Observamos nesse sentido que, na constituição das formulações linguísticas acerca da surdez, o uso de diferentes termos para designar os surdos produz diferentes significações, diferentes recortes de memória.

Entendemos como designação o conceito tal como proposto por Guimaraes (2005). Este esclarece que a designação não é, embora assim apareça em diferentes situações, sinônimo de nomeação e referência. A nomeação é “o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome” (GUIMARAES, 2005, p.

09). A referência é “a particularização de algo na e pela enunciação” (GUIMARÃES, 2005, p.09). Em contrapartida, a designação não seria apenas a nomeação de algo, seria, a construção do sentido daquilo que é nomeado tomado na história, ou seja, dotado de historicidade. A designação seria assim o modo pelo qual o real é significado na linguagem.

Dessa forma, entendendo que, segundo Guimarães (2005), a significação é produzida enunciativamente no/pelo acontecimento da enunciação e que “o sentido de um elemento linguístico tem a ver com o modo como este elemento faz parte de uma unidade maior ou mais ampla” (GUIMARÃES, 2005, p.07), designar o sujeito como *deficiente auditivo* ou como *surdo* é uma prática que rememora diferentes dizeres e afeta a produção de sentidos sobre o sujeito surdo, uma vez que relaciona a surdez a diferentes lugares discursivos, possibilitando o confronto discursivo. É preciso, portanto, compreender o sentido dessas expressões na conjuntura social e política em que funcionam, em seu espaço de enunciação.

Designar o sujeito surdo enquanto *deficiente auditivo* produz a partir dos pré-construídos de que o surdo precisa ser oralizado, de que apenas através da comunicação oral ele obterá uma real inclusão, um efeito de memória que significa o indivíduo surdo e a surdez a partir daquilo que lhe falta, a partir da percepção que se tem do mundo semanticamente normal.

Assim, os sujeitos surdos são significados como sujeitos incapazes de ter acesso à língua majoritária, de desempenhar de maneira plena seu papel na sociedade, bem como passíveis de desenvolverem problemas psicossociais que afetariam sua qualidade de vida e daqueles que os circundam. Observa-se, portanto, no dizer sobre o sujeito surdo, a partir dessa designação, a existência de um efeito parafrástico, ou seja, a manutenção dos sentidos, apesar das mudanças de formulações nos discursos legais, que apregoam a inclusão e o direito à acessibilidade, no âmbito da esfera da língua oral como única capaz de possibilitar ao sujeito as condições necessárias para uma vida saudável e normal em sociedade.

É possível observar a retomada desses enunciados nos discursos pautados no uso de instrumentos tecnológicos, como o IC, enquanto alternativas que possibilitariam aos surdos a aquisição da língua oral. Guimarães (2005) afirma que é preciso pensar as palavras nas suas relações com outras palavras, o que nos permite observar que ao dizer *deficiente auditivo* poder-se-ia utilizar, por um

processo de reescrituração, outras palavras que constituem o mesmo espaço de significação, tais como a palavra *doença*, colocando procedimentos como o IC como necessários, uma vez que a surdez seria vista como “uma das condições mais incapacitantes, pois limita a ação do seu portador ou o impede de desempenhar seu papel na sociedade de maneira plena” (ALBERNAZ, 2008, p. 09).

Em contrapartida, e concebendo o enunciar enquanto uma prática política, designar o sujeito surdo enquanto *surdo* é posicionar-se numa tentativa de pautar a surdez a partir de uma diferença linguística e cultural. Lopes (2004, p.37) afirma que “a concepção de sujeito a partir da centralidade da cultura exige a compreensão desse como uma invenção que se dá a partir do olhar do outro e de si sobre si”. Nesse sentido, ver o sujeito surdo a partir de suas relações sociais, a partir de sua incompletude constitui-se como um outro dizer sobre a surdez e sobre o sujeito surdo, que os significa a partir de suas relações culturais e não por uma limitação, uma deficiência. Desloca-se o sujeito surdo do lugar da não-normalidade para o lugar que o concebe como uma materialidade significativa em suas múltiplas identidades.

Guimarães (2005) afirma que os objetos são criados pelos nomes que os designam. Nesse sentido, podemos afirmar que há uma criação da surdez enquanto deficiência que fala do sujeito surdo e de sua condição a partir de um lugar da não-normalidade e uma que o diz enquanto diferença, que desloca os sentidos para uma perspectiva linguístico/cultural. Esse confronto de sentidos possibilita diferentes dizeres, que ao localizar os sujeitos surdos neste ou naquele lugar discursivo, possibilitam diferentes formas de representação e de construção de efeitos de sentidos sobre os mesmos.

CAPÍTULO III - ARQUIVO

Ao propormos uma discussão sob o viés da análise de discurso de linha francesa pecheutiana, continuada no Brasil por Eni Orlandi, não trabalharemos com a noção de *corpus*, como fazia a análise de discurso tal qual pensada por Pêcheux a partir da AAD 69, mas com a noção de arquivo, tal qual formulada por ele e por outros pesquisadores a partir da proposta de renovação da problemática do discurso. Em Courtine (2014), entendemos que a noção de *corpus* pressupõe um conjunto de sequências dominadas por um estado supostamente estável e homogêneo das condições de produção, que desconsidera a heterogeneidade do discurso e que apaga os gestos de interpretação do analista sob a justificativa da garantia, ao estudo, de um rigor científico. Além disso, por trabalhar com a ideia de condições de produção preestabelecidas deixa de considerar ou negligencia-se, nos instrumentos analisados, a atuação do interdiscurso, ou seja, o já- dito e esquecido, que constitui o novo dizer.

O arquivo, por outro lado, possibilita uma nova forma de organização do corpus discursivo, uma vez que passa a refletir a heterogeneidade e a representatividade de determinado acontecimento a partir de uma proposta não subjetiva de leitura, da introdução de um sujeito interpretante dotado de uma capacidade heurística e da compreensão de diferenciados modos de leitura permitindo aos analistas “ler os traços da memória histórica tomada no jogo da língua” (MALDIDIER, 2003, p.90), entendendo por história não o tempo cronológico, mas a filiação, a produção de sentidos já que, segundo Orlandi (1998), a interpretação é função da historicidade.

Pêcheux (2014) ao definir o arquivo como um campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão não propõe que pensemos o arquivo excluído de sua historicidade, mas ao contrário, entende o arquivo como dotado de uma materialidade discursiva que traz marcas de constituição dos sentidos. Para ele, “é esta relação entre língua como sistema sintático intrinsecamente passível de jogo, e a discursividade como inscrição de efeitos linguísticos materiais na história, que constitui o nó central de um trabalho de leitura de arquivo” (PÊCHEUX, 2014, p.66). Isso possibilita múltiplas possibilidades de leitura e amplia o escopo dos materiais passíveis de serem analisados sob a ótica da AD. Dela-Silva (2016) destaca que a noção de arquivo possibilita a apreciação das materialidades, de suas regularidades, permitindo ao analista o estabelecimento de critérios para a

constituição de seu corpus discursivo, um recorte no interior do arquivo, que possibilitará a análise discursiva.

O debate sobre a questão do uso do arquivo, em detrimento ao uso de *corpus* na Análise de Discurso inicia-se, segundo Malidier (2003), no início da década de 1980, a partir da reflexão de textos escritos por Pêcheux (2014) e seu grupo de Análise de Discurso e Leitura de Arquivo (ADELA), destacando-se textos como os de Guilhaumou e Malidier (2014) e o trabalho de Courtine (1981). Este, a partir da noção de memória discursiva, rompe com a concepção de formação discursiva como um lugar estabilizado e fechado, uma vez que, segundo ele, há deslocamentos, confrontos e atravessamentos de sentidos. A partir disso, Courtine apresenta novos modos de compreensão do *corpus* na análise de discurso. Para ele, não poderá ser considerado como um corpus discursivo

um conjunto fechado de dados que emergem de uma certa organização; ela fará do corpus discursivo, ao contrário, um conjunto aberto de articulações cuja construção não é efetuada já no estado inicial do procedimento de análise: conceber-se-á, aqui um procedimento de análise do discurso como um procedimento de interrogação regulado de dados discursivos que prevê as etapas sucessivas de um trabalho sobre corpora ao longo de todo o procedimento. Isso implica que a construção de um corpus discursivo possa perfeitamente ser concluído apenas no final do procedimento” (COURTINE, 1981, apud SARGENTINI, 2005, p.04).

É nessa perspectiva que Guilhaumou e Malidier (2014) ressaltam que o arquivo nunca é dado *a priori*, mas construído a partir de gestos de leitura, de interpretação e compreensão do seu próprio objeto de investigação, que não pode ser dissociado de seus modos de constituição e que tem um funcionamento opaco, uma vez que se abre para diferentes interpretações. O arquivo não é apenas um conjunto de documentos previamente delimitados, pois permite uma leitura que evidencia dispositivos e configurações significantes, considerando a materialidade da língua e a memória do discurso, permitindo uma visão mais ampla do tema estudado, além disso, “o analista de discurso dirige-se ao arquivo textual considerando as suas condições de produção, com vistas a perceber as evidências de sentidos que produz e as discursividades que nele se constituem” (DELA-SILVA, 2016, p. 260). É por esse motivo que a exaustividade da pesquisa deve se dar em relação à temática analisada e não ao material linguístico em si.

Orlandi (1998) destaca ainda que o material de análise deve ser organizado em função de um princípio teórico e não empírico, numa relação de ir e vir entre o

corpus e a teoria, uma vez que não há análise de discurso sem a mediação teórica permanente em todos os passos da análise, sendo a própria constituição do arquivo a ser analisado já um gesto de interpretação, uma vez que este é feito a partir da identificação do sujeito e de suas filiações de sentido, com o material de análise “daí a necessidade de que a teoria intervenha a todo momento para ‘reger’ a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação” (ORLANDI, 2015, p. 62). Somente quando finalizamos a análise se torna possível distinguir o quadro teórico, o *corpus*, as análises e os resultados alcançados.

Assim posto, o foco de nossa pesquisa é o discurso sobre o Implante Coclear, mais especificamente os efeitos de sentidos produzidos no/pelo discurso sobre IC veiculados pela Rede Globo de televisão por meio dos programas matutinos. Orlandi (2008) destaca que o discurso *sobre* é uma das formas cruciais da institucionalização dos sentidos, pois este organiza as diferentes vozes do discurso *de*, colocando-se como intermediário entre o discurso de origem e o interlocutor. Entendendo que a produção de sentidos está ligada ao lugar de onde se enuncia e que é esse lugar que autoriza a dizer de uma forma e não de outra, concordamos com Costa (2014, p.34), quando esta afirma que “o discurso *sobre* constitui uma interpretação [...] ao mesmo tempo ele intervém na construção imaginária do interlocutor, do sujeito e do dizer”.

No discurso *sobre* há uma organização, uma disciplinarização do dizer, que atua no efeito de linearidade e de homogeneização da memória e que, segundo Mariani (1996), representa um lugar de autoridade, em que ao se falar *sobre* efetua-se a transmissão de conhecimento, de um assunto já conhecido e dominado pelo interlocutor que se utilizará de um processo de didatização, que tratamos neste trabalho como Divulgação de Discurso Científico, para tornar o acontecimento o mais compreensível possível ao leitor. Este, como outrora mencionamos, não é um discurso *da* ciência, mas um discurso *sobre* a ciência que permite pôr em contato o discurso do senso comum e o da ciência e garante ao jornalista a possibilidade de ocupar um lugar de credibilidade, de autoridade.

Ante o exposto, selecionamos para compor o arquivo que constitui essa pesquisa 08 programas das atrações matinais da Rede Globo, a saber: Mais Você; Bem-Estar e Encontro com Fátima Bernardes. A seleção destes foi feita com base nos resultados obtidos quando inserimos o sintagma nominal “implante coclear” tanto na rede social ‘Youtube’ quanto na página da Globo Play, uma plataforma de

vídeos da emissora Globo. A partir dessa busca, encontramos oito ocorrências sobre a temática do IC nos programas matinais supracitados, sendo a mais antiga de maio de 2009 e a mais recente de novembro de 2016.

3.1 Nosso arquivo e seus desdobramentos

3.1.1 Sobre a Rede Globo

A Rede Globo é uma emissora de televisão pertencente ao grupo das Organizações Globo, de propriedade da família Roberto Marinho, formada por cinco emissoras próprias e outras 118 emissoras afiliadas, alcançando, segundo dados da própria emissora, uma média de 170 milhões de telespectadores brasileiros. Além disso, está presente em mais de 100 países através da Globo Internacional. Esses números grandiosos, no entanto, contrastam com aqueles obtidos pela emissora, então Canal 4, no período de sua fundação e dos anos imediatamente seguintes.

O nascimento daquela que se tornaria uma das maiores emissoras de televisão do mundo e a maior emissora da América Latina, segundo Munhoz (2008), inicia-se a partir da aprovação, em meados de 1957, pelo então presidente da República, Juscelino Kubitschek, do pedido de concessão para uma estação de televisão requerido pela Rádio Globo, no início de 1951. Surge, assim, o Canal 4, no Rio de Janeiro. Este, inicia suas atividades em abril de 1965, a partir de uma associação entre o Canal e o grupo norte americano Time-Life, que segundo Borgerth (2003), constituiu-se numa espécie de agente para o financiamento a longo prazo para a construção do prédio e compra dos equipamentos utilizados pela emissora, que receberia como contrapartida parte dos futuros lucros obtidos.

Esse acordo, no entanto, do ponto de vista constitucional foi, segundo Memórias Globo (2004), alvo de inúmeras críticas e tido pela Diários Associados, uma instituição que reunia as principais mídias da época, sob a liderança de João Calmon, como ilegal, uma vez que, segundo estes, a parceria entre o Canal 4 e o grupo Time-Life feria o Artigo 160 da Constituição Brasileira de 1946, vigente à época, que proibia a participação de capital estrangeiro na gestão ou propriedade de empresa de comunicação.

As críticas dos principais meios de comunicação da época à emissora desencadearam a formação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), que

culminou na criação do Decreto 236, de fevereiro de 1967, que passou a estabelecer claras restrições aos empréstimos e contratações de assistência técnica de empresas estrangeiras, mas por não possuir um caráter retroativo, o Canal 4 foi inocentado da acusação. A parceria entre o Canal 4 e a Time-Life durou até o ano de 1971.

Na década de 60, não existiam no Brasil emissoras de alcance nacional. Nesse sentido, a concessão recebida pela emissora de Roberto Marinho restringia-se ao estado do Rio de Janeiro. Em 1965, Roberto Marinho compra o Canal 5, em São Paulo e, em 1968, compra a TV Belo Horizonte. Nesses anos iniciais, não havia uma padronização na programação, esta se dava de forma avulsa, as “agências de publicidade traziam o seu programa pronto ou o roteiro do que queriam, suas marcas fazendo parte, frequentemente, do nome do programa” (BORGERTH, 2003, p.44).

Além disso, como não existia ainda o sistema de emissoras afiliadas, estes programas eram vendidos de forma avulsa e a garantia de sua transmissão nas emissoras locais estava condicionada ao recebimento dos malotes de fitas e “se alguma intempérie ocorresse no caminho, e o malote de fitas com o capítulo da novela não chegasse a tempo, era comum ser anunciado ao telespectador “atendendo a pedidos, vamos reprisar o capítulo de ontem” (MUNHOZ, 2008, p. 34).

A autora afirma ainda que a partir de 1969, as transmissões da programação da, agora, Rede Globo do Rio de Janeiro para outros lugares passa a ocorrer através das torres terrestres de transmissão e recepção de sinais de micro-ondas criadas pela Empresa Brasileira de Telecomunicações (Embratel) e colocadas a uma distância máxima de 60km uma das outras para garantir a transmissão do sinal. É a partir desse cenário que, em setembro de 1969, estreia o Jornal Nacional, criado para, além de competir com o Repórter Esso da TV Tupi, gerar o efeito de uma programação uniforme para todo o país; efeito, pois, apesar do adjetivo ‘nacional’, o Jornal cobriria inicialmente poucas cidades.

Borgerth (2003) salienta que o Jornal Nacional foi o último programa remanescente do sistema de patrocínios, sendo patrocinado pelo Banco Nacional de Minas Gerais. Memórias Globo (2004, p.13), ao tempo em que afirma que “naquela época era comum as agencias interferirem na elaboração e até na orientação dos programas jornalísticos”, ressalva, quando se trata do jornal nacional, que “o telejornal já se chamava 'Jornal Nacional', eles é que identificaram uma oportunidade

de se associar [...] E nós conseguimos, com o tempo e com o sucesso do Jornal Nacional, nos desvincular totalmente do banco (MEMÓRIAS GLOBO, 2004, p. 21).

No final da década de 1960 e início da década de 1970, iniciam-se, no Brasil, as transmissões via satélite, oriundas da instalação de uma torre de transmissão via satélite no Rio de Janeiro, a qual captava os sinais do satélite Intelsat III, o que além de permitir a transmissão de notícias internacionais representava um melhoramento no sistema de transmissão em rede. Utilizando esse recurso, a Rede Globo transmitiu o voo da Apollo 9, a chegada do homem à lua, entrevistas com o papa Paulo VI, direto de Roma, a Copa do Mundo de futebol que aconteceu no México, entre inúmeras outras notícias que asseguraram à emissora a liderança de audiência e o domínio do mercado de mídia, espaço que antes era controlado pela TV Tupi, TV Rio e TV Excelsior (MEMÓRIAS GLOBO, 2004).

Munhoz (2008) salienta que a grande diferença entre a Rede Globo e as outras emissoras de televisão que iniciaram a operação em rede nacional à mesma época foi o fato dela ter melhor entendido e aproveitado o poder de capital da televisão comercial. Borgerth (2003), ao comentar sobre o sucesso que a rede Globo vinha adquirindo, afirma que isso se deveu à compreensão de que a televisão só existe se tiver alguém assistindo, ela não existe independentemente de seu leitor. Esse entendimento fez com que a emissora fizesse, desde muito cedo, pesquisas de opinião que lhes permitisse decidir o que transmitir.

Outro aspecto importante que podemos destacar como responsável pelo sucesso da emissora, de acordo com o Grupo Globo (s.d.), foi seu pioneirismo em expandir-se para todas as regiões do Brasil, através da compra de emissoras locais e do uso do sistema de emissoras afiliadas. Apesar disso, em 1971, a partir de uma concessão outorgada pelo presidente João Goulart, a Rede Globo inaugura mais uma sede de sua emissora em Brasília (DF) e, em abril de 1972, compra a emissora das organizações Victor Costa, em Recife, a qual passa a se chamar TV Globo Nordeste, objetivando expandir sua cobertura pela região que à época restringia-se à Bahia, ao Ceará e ao Maranhão. Com isso, a emissora passa a contar com cinco emissoras próprias (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Recife), além de uma vasta rede de afiliadas.

Tendo conseguido levar a transmissão de seus programas a praticamente todo o território nacional, as atenções da Globo estendem-se ao mercado internacional, a princípio, com a instalação de escritórios de jornalismo em Nova York e em Londres

para cobrir aquilo que acontecia pelo mundo e noticiar o que fosse de interesse do brasileiro bem como para dar maior veracidade as notícias internacionais. Hoje, além dos escritórios de jornalismo e de inúmeros correspondentes internacionais espalhados pelo mundo a emissora conta com a TV Globo Portugal e com a IPCTV, do Japão, uma emissora japonesa filiada a TV Globo cuja programação está destinada aos brasileiros que vivem naquele país (GRUPO GLOBO, s.d.).

3.1.2 Por que a Rede Globo e seus programas matutinos?

O discurso enquanto prática social historicamente determinada por meio da materialidade linguística e ideológica, entende a mídia, segundo Gregolin (2007), enquanto objeto de análise, como uma prática discursiva que faz circular os sentidos e local onde se constroem, no imaginário social, os efeitos de verdade através a ilusão de homogeneização, da literalidade e da univocidade dos sentidos. Para a autora a mídia é o principal dispositivo discursivo da sociedade contemporânea, pois é ela a responsável pela mediação entre os leitores e a realidade, pela construção de identidades, pela circulação de representações, bem como pela produção de deslocamentos e desterritorialização.

Por esse motivo, não entendemos a mídia e o discurso midiático como um discurso neutro e imparcial que retrata fielmente a realidade, mas como um discurso dotado de uma capacidade interpretativa que busca atrair consumidores, que utiliza os mecanismos de antecipação, tal como pensados por Pêcheux, para ajustar seu discurso a um público alvo. É por esse motivo que Mariani (1996, p.58) destaca que no “como se diz’ já se encontra embutido o ‘quem vai ler” e que além disso a mídia “pode perceber tendências de opinião ainda tênues e dar-lhes visibilidade, tomando-as eventos-notícias” (p.62). Isso implica dizer que ao relatar os acontecimentos, os jornais já possibilitam uma determinação dos sentidos.

Entre os instrumentos de mídia, a televisão se constitui como o principal meio de comunicação no Brasil. De acordo com o último resultado da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2015, pelo IBGE, relativo ao número de Telefones Fixos e Celulares, Microcomputadores, Internet, Rádio e Televisão, constatou-se que 97,1% dos domicílios brasileiros possuem pelo menos 1 aparelho de televisão, o que possibilita o alcance das informações veiculadas a

milhões de espectadores, bem como a “capacidade de circulação em meio a uma grande massa heterogênea de sujeitos” (ORLANDI, 2012, p.179).

Segundo o Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) (2015), entre as emissoras de sinal aberto, a Rede Globo de televisão é a que apresenta o maior alcance nacional, veiculando sua programação para 5.490 municípios, o que representa 98,33% dos municípios do território brasileiro. Isso se dá por um sistema de contrato com emissoras locais já existentes, que se tornam emissoras afiliadas à Rede Globo, uma vez que, das 123 emissoras que a compõem apenas 5 são emissoras próprias tendo, portanto, 118 emissoras afiliadas. Além disso, a Globo é, a emissora com a maior audiência domiciliar entre as TVs abertas do Brasil, tendo uma audiência maior que a das outras três emissoras somadas.

Este cenário se mantém, também, quando observados apenas os programas matutinos. Além disso, ainda de acordo com o IBOPE (2015), as mulheres correspondem à maior parcela dos expectadores de televisão, o que permite às mídias, em posse desses dados, através do mesmo processo de antecipação anteriormente mencionado, organizar e direcionar sua comunicação ao público potencialmente consumidor das informações veiculadas, a saber: as mulheres. Desse modo, no que se refere aos programas matinais da Rede Globo (Mais Você, Bem-Estar e Encontro com Fátima Bernardes), nota-se que estes são voltados ao público feminino, mais especificamente, à mulher dona de casa, em particular.

Acerca disso é importante destacar que, historicamente, foi delegada à mulher a responsabilidade pelo lar e pelo cuidado com os filhos. Ela deveria ser a mantenedora dos valores morais e educadora dos novos cidadãos. Enquanto ao pai cabia prover a existência material da família, a mulher “deveria ser mãe e esposa devotada, dominada pelo marido e responsável pela unidade da família” (VASCONCELLOS, 2013, p. 37). Havia, neste conceito de família nuclear, uma divisão hierárquica bem estabelecida. Apesar da ruptura com esse modelo nuclear e tradicional de família e com o papel social que a mulher deveria ocupar, a concepção da mulher enquanto representante da moral, responsável pela felicidade do casamento e principalmente pelo cuidado e pela saúde dos filhos parece-nos ainda permanecer no imaginário social.

Isso ocorre porque, segundo Mariani (1996), há uma cristalização de determinado sentidos em detrimento de outros. Essa cristalização ocorre a partir dos processos discursivos que contribuem para a homogeneização de uma memória

histórica, sendo o discurso jornalístico/midiático um dos principais responsáveis por essa institucionalização social dos sentidos, “o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado bem como na construção da memória do futuro” (MARIANI, 1996, p.64).

Isso se reflete quando observamos a relação entre a mulher/mãe e o nascimento de um filho que se desvia do construto social de sujeito semanticamente normal. De acordo com Paniagua (2004) e Yamada e Valle (2014), é ainda mais acentuada a responsabilidade delegada à mulher/mãe de se responsabilizar pelos cuidados básicos diários, educativos, médicos e terapêuticos de seu filho quando este apresenta alguma necessidade especial. No âmbito da surdez, isso significa que, cabe, portanto, a ela a estabilização dos embates acerca dos discursos sobre a surdez, sobre seu filho ter ou não uma identidade surda, sobre este fazer ou não a cirurgia de IC, para o que os programas matinais parecem-nos contribuir para a produção de efeitos de sentido.

3.2 Recorte do arquivo

Com o intuito de compreender os efeitos de sentidos produzidos no/pelo discurso sobre o IC veiculado pela TV Globo através dos programas matinais foram selecionados programas que trataram sobre a temática do implante coclear entre os anos de 2009 e 2016. Como anteriormente mencionado, a seleção de tais programas se deu como resultado da inserção do sintagma nominal ‘implante coclear’ em plataformas de vídeo disponíveis na internet, totalizando 08 programas, assim dispostos:

| PROGRAMA | DATA : | |
|-----------|------------|--|
| MAIS VOCÊ | 19/05/2009 |  |

| | | |
|-------------------------------|------------|--|
| | | |
| BEM ESTAR | 18/09/2012 |  |
| BEM ESTAR | 11/09/2014 |  |
| BEM ESTAR | 03/10/2016 |  |
| ENCONTRO COM FÁTIMA BERNARDES | 11/11/2013 |  |

| | | |
|--|---|--|
| <p style="text-align: center;">ENCONTRO COM FÁTIMA BERNARDES</p> | <p style="text-align: center;">07/10/2014</p> |  |
| | <p style="text-align: center;">21/10/2014</p> |  |
| | <p style="text-align: center;">31/03/2015</p> |  |

Utilizando-nos do dispositivo teórico metodológico da análise de discurso, propomo-nos a realizar alguns gestos de interpretação acerca dos programas supracitados, salientando que estabelecemos como recorte os blocos que tratam especificamente sobre a temática do IC. Além disso importa dizer que os trechos dos vídeos utilizados ao longo desse trabalho são transcritos segundo as normas propostas pelo Projeto de Estudos da Norma Linguística Urbana Culta de São Paulo (Projeto NURC/SP), formulado por Preti (2009). Esse projeto de transcrição propõe a manutenção “dos fenômenos pragmáticos que ocorrem em maior quantidade na fala do que na escrita” (PRETI, 2009, p. 307). Quando destinada a análises linguísticas, como é o caso do nosso trabalho, esse sistema de transcrição permite maior fidelidade ao texto oralizado.

CAPÍTULO IV- CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Entendendo o discurso como efeito de sentido entre locutores, assumindo que o lugar a partir do qual o sujeito fala é constitutivo daquilo que ele diz e compreendendo que há no encontro entre diferentes formações discursivas confronto de sentidos, assumimos que o discurso sobre o implante coclear produz diferentes significações na sociedade o que torna mister, para a compreensão do discurso acerca dessa temática, entender a conjuntura que possibilita a produção de tais sentidos e que caracteriza o processo discursivo da mídia, especificamente dos programas matinais da rede Globo sobre o IC, uma vez que o discurso não pode ser desvinculado de seu aspecto histórico e ideológico.

Na tentativa de explicitar os processos discursivos na sociedade, Pêcheux (1990) se utiliza do conceito de condições de produção, conceito que embora tenha sido inicialmente discutido por Courtine (2014), teve Pêcheux (1990) como o principal responsável por sua definição epistemológica. Nas palavras de Courtine (2014, p.49), “a noção de CP conhece sua primeira definição empírica geral nos trabalhos de Pêcheux”. Este é um dos conceitos centrais de seus estudos e que já aparece desde AAD 69 quando ele inicia a construção do dispositivo teórico da análise de discurso. Para ele, um discurso é sempre enunciado a partir de condições dadas e mesmo quando estas são apresentadas, especialmente pela mídia, como transparentes, homogêneas e estáveis, deve-se compreendê-las como dotadas de opacidade e atravessadas por uma série heterogênea de outros discursos que possibilitam a ocorrência do equívoco.

Courtine (2014) salienta que a noção de Condições de Produção do discurso apresenta um conteúdo ao mesmo tempo empírico, heterogêneo e instável que depende tanto do sujeito falante quanto do contexto situacional. O autor entende que a noção de CP é oriunda de três ordens: da análise de conteúdo, praticada pela Psicologia Social, que se ocupava em analisar as condições de produção dos textos; da Sociolinguística, que considera as diferentes situações de comunicação e as variáveis sociolinguísticas responsáveis pelas CP do discurso; e do texto de Harris, que apesar de não utilizar o termo CP, utiliza o termo situação correlacionado ao termo discurso para tratar das questões extralinguísticas.

A análise de discurso pecheutiana, no entanto, se desloca das perspectivas supracitadas, ao entender que o termo *produção* possa, a partir de uma perspectiva

epistemológica, evocar diferentes significados. Pêcheux (2015) não utiliza esse termo tal como os linguistas ou psicolinguistas que se referem à produção de uma frase ou expressão, tampouco como os economistas que trabalham com a ideia de produção de um determinado produto, modos de produção, mas sim a partir de uma noção proposta a partir dos trabalhos de Althusser que entende a ‘produção’ como produção de efeitos, das condições pelas quais esses efeitos são ou não produzidos. É importante esclarecer ainda que as condições de produção de um discurso não funcionam como filtros ou freios que impedem o livre funcionamento da linguagem, mas que determinam a caracterização dos processos discursivos. Nas palavras de Pêcheux (2015, p.215)

Atribuir as condições de produção de um discurso é atribuir a natureza dos lugares que são sustentados por A e B em relação a R. Convém precisar que essas propriedades não devem ser entendidas como as propriedades individuais de um locutor individual [...] Trata-se da posição que é atribuída ao emissor, produtor do discurso, no interior de uma estrutura social suscetível de ser descrita cientificamente como devendo comportar os lugares A e B e o referente R.

Orlandi (2015) salienta que não há discursos que não se relacione com outros. Isso implica dizer que os analistas de discurso não podem analisar um discurso em si mesmo, mas, ao contrário, devem trabalhar considerando os outros discursos análogos a este, bem como as condições que o determinaram. Isso demanda consideração, pelo analista de discurso, dos discursos prévios, das filiações históricas e das memórias convocadas, considerando a relação entre “o que é dito aqui (em tal lugar), e dito assim e não de outro jeito, com o que é dito em outro lugar e de outro modo, a fim de se colocar em posição de ‘entender’ a presença de não-ditos no interior do que é dito” (PÊCHEUX, 1990b, p. 44). Dessa forma, entendemos que os discursos prévios, as formulações, os silenciamentos, os esquecimentos, etc., se constituem como condições de produção de um determinado discurso, em outras palavras, o discurso é determinado pelo exterior.

Lopes (2009) afirma-nos que Pêcheux entende como pertencente às condições de produção além dos diferentes contextos e situações, as formações imaginárias e as posições- sujeito. As formações imaginárias, segundo Pêcheux (1993), designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro e a imagem que fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Observa-se, dessa maneira, que o discurso não é entendido como uma transmissão de informação entre A e B, tal qual a teoria da

comunicação de Jakobson, mas como efeitos de sentido produzidos entre A e B, o que possibilita, por meio desse jogo de imagens, o mecanismo da antecipação que se torna constitutivo do discurso; as relações de força, que embora exteriores à situação do discurso, marcam o discurso uma vez que o lugar do qual se enuncia é constitutivo para que se diga de uma forma e não de outra e se produzam as relações de sentido.

Orlandi (2015) destaca ainda que as CP de um discurso podem ser analisadas em sentido estrito, referindo-se às condições imediatas do dizer, e em sentido amplo, considerando-se as questões sócio-históricas e ideológicas. Nas palavras da autora,

Em sentido estrito ela [as condições de produção] compreende as circunstâncias da enunciação, o aqui e o agora do dizer, o contexto imediato. No sentido lato, a situação compreende o contexto sócio-histórico, ideológico, mais amplo. Se separamos contexto imediato e contexto em sentido amplo é para fins de explicação, na prática não podemos dissociar um do outro, ou seja, em toda situação de linguagem esses contextos funcionam conjuntamente (ORLANDI, 2006, p.15).

Partindo do nosso arquivo, propomos uma discussão acerca das CP do discurso sobre o implante coclear veiculado pela Rede Globo de televisão a partir de seus programas matinais, como anteriormente apresentados.

4.1 Condições de Produção do discurso sobre o implante coclear

O discurso sobre o implante coclear é um discurso historicamente polarizado que encontra, desde seu surgimento, adeptos e críticos ao procedimento, seja entre especialistas ou entre leigos. Entendido como um dispositivo eletrônico composto por partes internas e externas, que uma vez inserido possibilitaria aos sujeitos surdos melhores condições de captação do som, em comparação aos aparelhos auditivos convencionais uma vez que o IC “não usa a audição residual, mas cria audição por impulsos elétricos e, portanto, evitava que o som fosse distorcido” (LOBATO, 2014, p. 73).

O IC existe há pouco mais de 50 anos, embora os estudos sobre a estimulação auditiva por correntes elétricas remontem ao fim do século XIX (BLUME, 2010). A primeira cirurgia de IC ocorreu, em 1961, na cidade de Los Angeles, nos Estados Unidos e foi realizada pelo médico otologista William Fouts House e pelo

neurocirurgião John Doyle que, juntamente como o engenheiro eletrônico Jim Doyle, desenvolveram um dispositivo capaz de transformar as vibrações sonoras em estímulos elétricos enviados diretamente ao cérebro através da implantação de um eletrodo na cóclea. O pioneirismo do procedimento, no entanto, resultou em alguns percalços e os dois primeiros surdos implantados sofreram um processo de rejeição ao dispositivo, que culminou na retirada dos mesmos.

Apesar disso, a continuidade das pesquisas e o avanço da tecnologia permitiu o aprimoramento do dispositivo, diminuindo-se o tamanho dos componentes eletrônicos e permitindo-se um aperfeiçoamento e maior qualidade no material utilizado, minimizando-se, assim, as chances de rejeição pelo organismo e possibilitando que outros pacientes fossem implantados com sucesso. O avanço das pesquisas do Dr. William House e a possibilidade da criação de um mercado consumidor da tecnologia promoveu um aumento no número de pesquisadores interessados pela questão do IC, o que possibilitou um aprimoramento cada vez mais constante dos componentes utilizados neste procedimento, quais sejam: o receptor interno, o microfone, a antena de transmissão e o processador de fala. Tais avanços culminaram na realização da Primeira Conferência Internacional de Estimulação do Nervo Auditivo para Tratamento da Surdez Neurosensorial de Grau Profundo, a qual reuniu os principais pesquisadores da temática e introduziu definitivamente na literatura médica o termo *implante coclear* (MUDRY; MILLS, 2013).

O avanço das pesquisas permitiu que o IC de um eletrodo fosse substituído por outros dispositivos de múltiplos eletrodos, o que proporcionaria aos implantados melhores captações e discernimento dos sons. Albernaz (2008, p. 146) destaca que

nos implantes atualmente em uso existem um receptor interno, que é implantado pelo cirurgião, e um processador externo, que contém um microfone e um processador de sinais cujo grau de complexidade é variável – nos modelos mais novos, trata-se de um computador extremamente complexo. A parte externa contém também as baterias necessárias ao funcionamento do sistema. Do processador interno partem os eletrodos, que são introduzidos pelo cirurgião no interior da cóclea.

No desenvolvimento dos IC com múltiplos eletrodos, destacou-se o otologista australiano Graeme Clark, o primeiro a desenvolver um dispositivo comercializável, o qual fora denominado de Cochlear/Nucleus. Mudry e Mills (2013) apontam que outros grupos de pesquisa começaram a realizar novos experimentos de

estimulação do nervo auditivo desenvolvendo novos dispositivos de IC, criando novas empresas especializadas em sua produção. Dentre elas, podemos citar a Nucleus (Cochlear) Corporation com sede na Austrália, a Advanced Bionics e a 3M Company nos Estados Unidos, a Med-El na Áustria, a Chorimac na França, dentre outras.

Blume (2010) esclarece que, apesar das pesquisas e dos procedimentos cirúrgicos terem se iniciado no início da década de 1960, foi somente na década de 1980 que a Food and Drug Administration (FDA), responsável pela regulamentação das questões de saúde nos Estados Unidos, começou a regular os assuntos relativos ao IC, aprovando o procedimento inicialmente apenas para adultos e posteriormente para crianças surdas a partir dos 12 meses de vida, embora a primeira cirurgia em crianças tenha sido realizada em 1989, pelo Dr. House, em uma criança surda de 05 anos.

No Brasil, a primeira cirurgia de IC foi realizada, segundo Albernaz (2008), em outubro de 1977, no Hospital Israelense Albert Einstein, em São Paulo, pelo médico otorrinolaringologista Dr. Pedro Luiz Mangabeira-Albernaz e sua equipe, utilizando-se da mesma técnica praticada nos EUA, pelo Dr. House. Isso porque foi com o Dr. House que o médico brasileiro aprendeu sobre o IC, tendo inclusive participado em fevereiro do mesmo ano, em Los Angeles, nos Estados Unidos, da 1ª Conferência Internacional de IC organizada pelo otologista americano, a qual reuniu os principais pesquisadores da temática. A equipe brasileira foi composta além do Dr. Mangabeira-Albernaz, pelo engenheiro eletrônico Dr. Chao Chi Chun, pela fonoaudióloga Marlene Mangabeira Albernaz e pela psicóloga Eva Ocougne. Observa-se que já nessa época a cirurgia de IC era considerada de alta complexidade e especificidade, demandando uma equipe com multiprofissionais.

A regulamentação do procedimento em nosso país ocorreu a partir da Portaria nº 1.278, de outubro de 1999, do Ministério da Saúde, que delimitou os critérios de indicação e contraindicação do procedimento e estipulou as normas para o cadastramento dos centros e núcleos para a realização do IC. Essa Portaria foi revogada pela Portaria nº 2776, de dezembro de 2014, que ampliou e incorporou novos procedimentos para a atenção às pessoas com deficiência auditiva no Sistema Único de Saúde (SUS). Além dessas, é importante ainda destacar a Portaria nº 18, de junho de 2014, da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, órgão subordinado ao Ministério da Saúde, que incorpora, ao SUS,

procedimentos relativos ao implante coclear e às próteses auditivas ancoradas ao osso.

Observa-se, nesse sentido, que o ano de 2014 foi um ano significativo para os usuários de IC e para aqueles interessados no procedimento, uma vez que foi neste ano que o Ministério da Saúde alterou, através da publicação das referidas portarias, os procedimentos cirúrgicos do IC realizados pelo SUS passando, a partir do ano em questão, a garantir aos interessados o implante bilateral, antes havia a cobertura do procedimento cirúrgico em apenas uma orelha, bem como a possibilidade de manutenção e troca dos componentes do IC, o que não era garantido pela Portaria anterior.

Quando olhamos para os programas que constituem nosso arquivo, percebemos que é exatamente em 2014 que há o maior número de ocorrências de quadros que tratam da temática. Isso nos remonta à Mariani (1996), quando esta afirma que a mídia tanto pode lançar direções de sentidos a partir do relato de determinado fato quanto pode perceber tendências de opinião e dar-lhes visibilidade.

Lopes (2009) destaca que a mídia se coloca como aquela que se interpõe entre os fatos e o leitor, divulgando a notícia sob o efeito de isenção e imparcialidade. Como discutimos anteriormente, para a AD, é impossível pensar em objetividade da linguagem uma vez que todo dizer é dito por sujeitos em posições determinadas o que, por sua vez, reclama uma FD, que determina o que pode e deve ser dito. Dessa forma, a mídia, enquanto órgão institucional, inserida em uma determinada FD, seleciona os acontecimentos que devem ser levados ao conhecimento do grande público priorizando, assim, determinadas notícias em detrimento de outras. Guimarães (2001, p. 15) ressalta, no entanto, que isso se dá pela “interdiscursividade que determina as formulações da mídia, por mais que os jornalistas possam ainda afirmar que eles se pautam pela objetividade dos acontecimentos”.

O discurso sobre o IC é tomado pelos programas matinais como um acontecimento enunciável pela primeira vez em nosso arquivo no programa Mais Você, um programa que, segundo o Grupo Globo (s.d.), é voltado para o público feminino e trata de temas como moda, culinária, comportamento, saúde e trabalho, no ano de 2009, período em que se comemora uma década da inclusão do procedimento na tabela do SUS e quando o Hospital das Clínicas da Faculdade de

Medicina da USP, primeira instituição credenciada a realizar a cirurgia de IC pelo SUS, alcançaria a marca de 500 procedimentos realizados por esse mesmo sistema de saúde (COCLEAE NEWS, 2017). Observamos, nesse sentido, que o contexto histórico cria condições para que sejam produzidos gestos de leitura sobre discurso do IC, embora Guimarães (2001) ressalte que a mídia coloque a notícia como um efeito do presente e da intenção do jornal tomando “um conhecimento produzido por uma longa história como se ele fosse um acontecimento do presente” (GUIMARÃES, 2001, p. 20).

Outro aspecto que propiciou condições pertinentes para que o discurso sobre o IC pudesse ser noticiável pelos programas matinais foi a mudança na programação da Rede Globo. Até o ano de 2011 a emissora dedicava sua programação matutina à exibição de programas infantis, tendo como público alvo notadamente as crianças. Somente a partir de 2011 (GRUPO GLOBO, s.d.), as atrações infantis começaram a ser substituídas por programas que se destinavam às mulheres, donas de casa e que, conseqüentemente, poderiam ser o público-alvo de programas sobre o IC.

Em 2011, estreou o programa matinal Bem-Estar, um programa jornalístico que se dedica a assuntos relacionados à saúde e à qualidade de vida e que, embora mediado por jornalistas, conta diariamente com a participação de médicos e/ou especialistas contratados pela emissora para compor o *staff do programa*, para tratar das questões abordadas pelo matinal. Fazem parte da equipe de especialistas, segundo o Grupo Globo (s.d.), um pediatra, um infectologista, um psiquiatra, um ginecologista, um dermatologista, um cardiologista, um endocrinologista e um preparador físico. Ainda segundo a emissora, o matinal

usa uma linguagem direta e didática para abordar temas como cuidados com o corpo, melhorias nos hábitos alimentares e mudanças nos ambientes de casa e de trabalho. [...] uma das preocupações da equipe de produção é deixar a atração com um ar descontraído, fazer com que ele lembre um bate-papo. [...] O público participa do programa por meio de entrevistas feitas nas ruas ou mensagens recebidas pela produção via Internet (GRUPO GLOBO, s.d.).

O programa matinal Encontro com Fátima Bernardes, por sua vez, que também compõe nosso arquivo, teve sua estreia em 2012. É um programa ao mesmo tempo jornalístico e de entretenimento, que, assim como o programa anterior, é produzido em um tom informal privilegiando a conversa. “O programa enfoca histórias comuns relacionadas a assuntos do dia a dia e fatos ocorridos no Brasil e no mundo”

(GRUPO GLOBO, s.d.). Este também conta, entre seus consultores fixos, com especialistas da área de saúde, tais como: psicólogo, psiquiatra, neurocirurgião, terapeuta da família, entre outros, que participam da atração sempre que se discute sobre assuntos específicos às suas especialidades. Além de temáticas relacionadas à saúde também são recorrentes no programa matérias jornalísticas que tratam sobre a questão da tecnologia, como o caso do IC, já que, segundo Guimarães (2001), são justamente os mais discutidos pela mídia.

Há, como se observa nos matinais da Rede Globo, uma priorização pelo discurso da saúde e um cuidado em proporcionar à temática uma abordagem didática e interativa, o que converge para a afirmação de Vogt (2001, p.112), qual seja, “as notícias mais valorizadas são aquelas relacionadas a problemas da vida cotidiana, sobretudo de saúde. Muitas pessoas utilizam os meios de comunicação como fonte primária de informação sobre hábitos de vida saudáveis”.

Acerca disso, Macedo (2001) afirma que a internet, por se utilizar de diversas mídias simultaneamente, e por possibilitar um contato direto entre médicos e pacientes de forma interativa, tornou-se um importante meio no que diz respeito à comunicação em saúde, um “elemento estratégico de esclarecimento à população para a prevenção de doenças e incentivo a uma vida saudável” (MACEDO, 2001, p. 259).

Embora trabalhem com os discursos veiculados pela mídia, especificamente a televisão, é possível afirmar que esses postulados também funcionam em nosso material de análise. Isso porque, assim como Macedo (2001), percebemos que a veiculação de questões sobre saúde pelos matinais da emissora não se reduz à mera transmissão de informação, há uma preocupação com a interação com o público leitor que se dá a partir do envio de mensagens de texto pelas redes sociais, caso do Mais Você e do Bem Estar, ou de entrevistas, na plateia ou nas ruas, caso do Encontro, proporcionando assim um diálogo entre os especialistas e os leitores acerca do tema abordado.

Foucault (1970) 2014) afirma que os discursos são séries regulares e distintas de acontecimentos que devem ser entendidos sempre no âmbito da materialidade, pois é nesse âmbito que eles se efetivam e produzem efeitos. Afirma ainda que nas sociedades há uma espécie de desnivelamento entre os discursos, havendo discursos que se dizem e no decorrer dos dias, passam, e discursos que permanecem ditos e produzindo novos dizeres, podendo o discurso científico ser

localizado nesse segundo grupo. De acordo com Dela-Silva (2008) a escolha dos acontecimentos que merecem ser notícias na imprensa se baseia em critérios como “ineditismo”, “improbabilidade”, “interesse”, “apelo”, “empatia” e “proximidade”. Nesse sentido,

A notícia, desta forma, é avaliada de acordo com a novidade que representa, a sua probabilidade de ocorrência, e o interesse que supostamente provocará nos leitores, seja em razão de seu apelo ou da sensibilidade que possa despertar no leitor, em razão da proximidade com que ocorre (DELA-SILVA, 2008, p. 15).

Isto posto, é possível afirmar que o discurso sobre o IC se constitui num acontecimento enunciável para a mídia uma vez que esta temática é constantemente abordada pela Rede Globo em seus programas matinais, discutida pelo menos uma vez por ano desde 2011, quando foram iniciadas as modificações na programação matinal da emissora. Por esse motivo, entendemos que embora a emissora em seus princípios editoriais afirme que “o Grupo Globo será sempre independente, apartidário, laico e praticará um jornalismo que busque a isenção, a correção e a agilidade, como estabelecido aqui de forma minuciosa” (GRUPO GLOBO, s.d.), não há imparcialidade no texto jornalístico, ainda que os repórteres e os editores se comportem “como se estivessem imunes à sua própria subjetividade e como se a empresa (jornalística) não tivesse interesses (do financeiro e político ao poder de influência)” (SEIXAS, 1995, p. 05).

CAPÍTULO V - DOS PROCESSOS DE PRODUÇÃO DE SENTIDOS

5.1 O Implante Coclear e o Discurso de Divulgação Científica

Orlandi (2016) esclarece que para se fazer Ciência do discurso é preciso estabelecer relações consistentes entre a teoria, o método, os procedimentos e o objeto de análise. É preciso, mantendo a relação de entremeio, relacionar língua e ideologia, compreendendo que os sujeitos não são empíricos, mas subjetivos e que carregam consigo marcas ideológicas, sociais e históricas. É preciso compreender ainda que eles enunciam a partir de uma determinada posição, definida pela interpelação desses pela ideologia e em determinada época.

Por esse motivo, na análise de discurso à qual nos filiamos, trabalhamos sob a perspectiva de um sujeito clivado, não autônomo que, todavia, apresenta uma ilusão de completude e de transparência, pois acredita ser a origem do seu dizer, quando, na verdade, tem o seu discurso e os significados que estes evocam determinados pela maneira como se inscreve na língua e na história.

Orlandi (2012) salienta que não somos animais em interação, mas sujeitos simbólicos vivendo espaços histórico-sociais, o que torna significativo pensar como se constitui o conhecimento em nossa sociedade, mas, principalmente, como ele circula e proporciona a democratização do saber, especialmente no que concerne às questões voltadas aos avanços tecnológicos que produzem consequências tanto para o sujeito quanto para a sociedade, como é o caso do Implante Coclear. Entre os diferentes trajetos do dizer na sociedade, o jornalismo científico e, a partir dele, o Discurso de Divulgação Científica (doravante DDC) ocupam, através da mídia, o protagonismo na mediação deste tipo de conhecimento.

O DDC, como dissemos anteriormente, é entendido como a textualização jornalística do discurso, a socialização/popularização de resultados de pesquisas científicas de forma mais clara e acessível ao público leitor. Orlandi (2012) destaca que embora o DDC possa ser visto como uma versão do texto científico, pela forma como se apresenta e circula, há uma didatização do discurso da Ciência, uma acentuação do aspecto técnico do discurso, que põe o discurso da Ciência em contato com o discurso do senso comum, propiciando uma maior identificação junto

ao leitor. Em nosso material de análise, isso pode ser percebido, entre outros momentos, no trecho a seguir:

o implante coclear também é conhecido como ouvido biônico... mas isso não tem nada de ficção é uma cirurgia da vida real... pra você saber melhor como isso funciona é preciso conhecer o nosso sistema auditivo... entender como os sons chegam até o cérebro e são traduzidos... o sistema auditivo tem várias partes... primeiro o ouvido externo... constituída pela orelha e pelo canal do ouvido... depois vem a orelha media composta pela membrana do tímpano e por três pequenos ossos de nomes engraçados... martelo... bigorna e estribo... a orelha interna é formada pela cóclea... que é a parte que vai ser substituída por um aparelho na cirurgia... a cóclea contém células com pequenos pelinhos chamadas de cílios... ela parece um caracol... são esses pequenos pelos que transformam a vibração em sinais elétricos... os nervos auditivos recebem esses sinais e os levam direto para o cérebro onde são interpretados... nas pessoas surdas essa parte do ouvido... a cóclea... foi danificada... é como se houvesse uma falha na transmissão do som até o cérebro... o que os médicos fazem é substituir a parte danificada por um equipamento eletrônico.
(IMPLANTE COCLEAR. **Programa Mais Você**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 19 de maio de 2009. Programa de TV).

Há, como se percebe, no discurso do narrador sobre o IC, uma justaposição entre termos do discurso científico e do discurso cotidiano, tornando-os equivalentes, não havendo, assim, privilégio a um ou a outro termo. Nunes (2001) salienta que nesse tipo de discurso, o divulgador traz para dentro de seu dizer aquilo que não caberia em um texto científico. Enunciados como “ouvido biônico”, “cirurgia da vida real”, “três pequenos ossos de nomes engraçados” e “pequenos pelinhos”, são exemplos da didatização e da aproximação do discurso da Ciência sobre o IC a um discurso do cotidiano, uma tentativa de aproximação do leitor à temática tratada.

Pêcheux e Gadet (2010, p. 55) esclarecem que é pelo equívoco que “um segmento possa ser ao mesmo tempo ele mesmo e um outro” através da metáfora, dos deslizamentos e dos jogos de palavras. Pêcheux (2014) afirma ainda que é pela metáfora que os sentidos são apreendidos das palavras, uma vez que o sentido “existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formações de sinônimos), das quais certa formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório” (PÊCHEUX, 2014, p. 240). Desse modo, podemos perceber no recorte acima entre as expressões ‘implante coclear’ e ‘ouvido biônico’ um deslizamento de sentidos. Designado como ‘ouvido biônico’, o implante coclear é inscrito em uma memória discursiva, que ‘invoca’ pré-construídos, traços existentes em outros enunciados, que o significa não apenas como um avanço da medicina, mas como uma

construção tecnológica que, de tão futurista, precisa ser esclarecido que não se trata de uma ‘ficção’, mas de ‘uma cirurgia da vida real’.

Outra marca que caracteriza o DDC no recorte supratranscrito é a presença da oração subordinada adjetiva explicativa no trecho “*que é a parte que vai ser substituída por um aparelho na cirurgia*”. Este é um recurso que, segundo Grigoletto (2005), possibilita ao divulgador trazer ao seu dizer o discurso da Ciência, deslocando-o, no entanto, a partir do gesto de interpretação que este lhe atribui para que haja a compreensão daquilo que está sendo dito por parte do público leitor. Esse recurso também pode ser identificado em outros recortes de nosso material.

você vai lá e coloca um pequeno eletrodo DEntro da cóclea... que é o nosso órgão interno da audição... e:: vai fazer então a pessoa escutar porque vai estimular o nervo auditivo que vai conduzir lá pro cérebro. (IMPLANTE COCLEAR. **Bem Estar**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 03 de outubro de 2016. Programa de TV).

Guimarães (2001) ressalva, no entanto, que nem tudo que se refere à Ciência torna-se acontecimento enunciável para a grande mídia. É por esse motivo que o autor se abstém da ideia de considerar o acontecimento como um fato empírico entendendo que “o acontecimento, enquanto acontecimento para a mídia, diz respeito a uma relação da mídia, a partir de uma posição da qual ela enuncia, com os eventos do mundo social e político” (GUIMARÃES, 2001, p. 14).

O autor destaca ainda que a ciência só é notícia quando apresenta um aspecto utilitário, quando possibilita respostas aos problemas sociais, especialmente, quando se refere aos cuidados com a vida humana, a partir dos avanços da Medicina, e quando apresenta desenvolvimentos tecnológicos, como os desenvolvimentos da área de informática. O IC torna-se, nesse sentido, um acontecimento que contempla ambas as áreas, o que o torna passível de ser enunciado.

(...) quem tem alguma perda auditiva... ou quem já tem uma perda total auditiva...desde nascença... não consegue nem perceber o que/que é o silêncio... (...) a BOA notícia pra/ quem tem esse tipo de problema é que a medici::na tem soluções muito importantes para resolver tudo isso... com cirurgias... com implantes... a gente vai falar sobre isso... preste atenção. (IMPLANTE COCLEAR. **Bem Estar**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 11 de setembro de 2014. Programa de TV).

O Bem Estar, enquanto um programa jornalístico que trata especialmente de assuntos relacionados à Saúde e das novas tecnologias surgidas para essa área,

corroborar a afirmação de que há uma valorização desse tipo de acontecimento para a mídia. Além disso, é possível perceber um apagamento do sujeito sobre quem se enuncia. Não se diz surdo, fala-se de ‘alguém’ que tem perda auditiva, evitando-se, por esse modo de enunciar, uma fuga para sentidos indesejados, para uma outra formação discursiva que não significa o ser ‘surdo’ como sinônimo de necessidade de tratamento. Sobre isso, ao enunciar que a medicina “tem soluções muito importantes para resolver tudo isso”, trata-se o corpo surdo como uma máquina, passível de reparos estando, em decorrência disso, como afirma Foucault (2014), diretamente mergulhado num campo político investido por relações de poder e dominação ligados à sua utilização econômica. Observa-se ainda, a partir do imperativo “*a gente vai falar sobre isso, preste atenção*”, uma convocação do público leitor para a adesão ao discurso publicizado. Isso também pode ser constatado no seguinte trecho:

então PREsta atenção... que eu vou falar com aquele médico ali ...((apontando para o médico)) e depois a gente te explica porque já tem uma operação pelo SUS que você pode voltar a ouvir (IMPLANTE COCLEAR. **Mais Você**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 19 de maio de 2009. Programa de TV).

Este trecho dista do anteriormente citado pelo fato da apresentadora não se direcionar diretamente ao público, mas a um funcionário deficiente auditivo que trabalhava no estúdio, durante a veiculação da matéria. Apesar disso, por entendermos que os sujeitos e os sentidos são definidos como práticas discursivas, consideramos que este sujeito ocupa, na estrutura enunciativa do DDC, o lugar destinado ao público leitor, o que reforça a assertiva de que há uma convocação para a adesão ao discurso do IC como alternativa para as questões relacionadas à surdez.

Segundo Vogt (2001), a maioria das pessoas utiliza os meios de comunicação como fonte primária de informação sobre os assuntos relacionados à Saúde, o que significa que a mídia exerce um papel protagonista na formação do indivíduo. Isso lhe permite, a partir das condições de produção que a determinam, dizer para o público leitor o que é importante e o que não é, remontando à ideia de Foucault (2014, p.08) de que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo

controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos”.

Nesse sentido, como a mídia não se constitui como um veículo de comunicação neutro e transparente, podemos afirmar que as notícias veiculadas estão imbricadas com valores e crenças e atravessadas por questões ideológicas. E, no que tange à circulação de informações do DDC, podemos dizer ainda que estas “representam negócios e interesses específicos de grandes grupos econômicos” (CALDAS, 2003, p. 73). Authier-Revuz (1998) acerca dessa tratativa afirma que, por ser o DDC uma reformulação do discurso científico, pode haver nesse processo uma adaptação a um ou outro nível, que se antecipa acerca do leitor, e na direção de um ou outro grupo social.

Sobre isso, deve-se ainda acrescentar que a enunciação do DDC se constrói apoiada no discurso científico utilizando-se, para isso, o mecanismo da menção. Dessa forma, o discurso da ciência aparece como uma retomada. Assim, segundo Authier-Revuz (1998, p.111) “pessoas, datas, lugares, modalidades e circunstâncias” estão presentes constantemente nos textos do tipo DDC, mesmo que estas referências sejam vagas. Como se vê em

segundo os médicos... a cirurgia é simples e em muitos casos o paciente vai pra casa no mesmo dia.
(IMPLANTE COCLEAR. **Mais Você**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 19 de maio de 2009. Programa de TV).

(...) pra falar sobre isso... hoje aqui no programa dr. Tany Sanches... Otorrinolaringologista (...) e também dr. Ana Escobar... nossa pediatra.
(IMPLANTE COCLEAR. **Bem Estar**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 11 de setembro de 2014. Programa de TV).

Outra característica do DDC perceptível em nosso arquivo diz respeito à interlocução que se estabelece entre os diferentes sujeitos presentes no discurso que, em geral, tem o jornalista enquanto mediador e responsável por informar o leitor sobre o fazer do cientista através de um discurso do cotidiano, como em

(...) o Pietro e o Vitório vieram com uma deficiência auditiva... o Pietro fez o implante coclear... que é::... a colocação de u::ma parte...de um implante mesmo no interior:: do ouvido... ne doutor ((olhando para o médico))... conectado com uma outra parte externa. /falei direitinho?
(IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 21 de outubro de 2014. Programa de TV).

e o especialista como fonte do saber,

falou direitinho... exatamente... faz a transformação do som... um impulso elétrico... que vai então estimular a cóclea... que estimula o nervo... que chega a informação no cérebro. (IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 21 de outubro de 2014. Programa de TV).

Observa-se aqui a manutenção e estabilização do imaginário social construído acerca da Ciência e do cientista tido como como lugar do rigor, de seriedade, do detentor do poder de verdade, daquele a quem podemos e devemos nos submeter. Grigoletto (2005) afirma que o jornalista projeta a imagem do cientista como o único com autoridade para poder dar explicações, fato este evidenciado no recorte acima nos dizeres, *'né doutor?'* e *'falei direitinho?'*.

Acerca da estrutura enunciativa do DDC, Authier-Revuz (1998) afirma que os discursos partem de três diferentes lugares: o primeiro, ocupado pela Ciência, é representado pelos diferentes profissionais devidamente identificados que garantem a integridade e seriedade ao discurso; o segundo, é ocupado pelo divulgador, responsável pela didatização do discurso da Ciência e pela mediação entre os especialistas e o leitor que também ocupa um lugar, o terceiro, na estrutura constitutiva desse tipo de discurso. A autora salienta ainda que é próprio do DDC propor o lugar a ser ocupado pelo público leitor.

Importa dizer, contudo, que diferente de outros tipos de discurso, como o discurso ritualístico (FOUCAULT, 2014), em que tanto as qualificações que os indivíduos devem possuir quanto as posições que estes devem ocupar são previamente marcadas, no DDC não há uma relação direta entre esses lugares e os sujeitos que as ocupam. Assim, tanto o cientista pode falar a partir do lugar destinado ao discurso do cotidiano como os não-cientistas podem enunciar a partir do lugar da Ciência.

5.2 As diferentes posições-sujeito presentes no discurso sobre o IC

Como outrora mencionamos, o sujeito na análise de discurso não se refere ao indivíduo enquanto detentor de uma materialidade empírica, mas enquanto ocupante

de um espaço sócio-ideológico atravessado por questões históricas. Nesse sentido, o sujeito é uma posição entre outras possíveis. É essa possibilidade de ocupar diferentes posições que possibilita a produção de uma multiplicidade de sentidos, que impede que eles sejam estanques. Acerca dos sentidos, Orlandi (2004) acrescenta estes não são evidentes, não são dados *a priori*, estão sempre em curso e não existem sem interpretação, uma vez que todo sujeito é instado a interpretar.

Costa (2014, p. 39) destaca que “o sujeito ouve, fala, vê, lê, escreve em determinadas condições de produção, e por meio desses gestos, é impelido a interpretar, a significar”. Isso porque há sempre interpretação, não podemos evitá-la, ela está presente em qualquer manifestação de linguagem, que, por sua vez, estabelece uma relação necessária com a história, uma vez que o sujeito é interpelado por ela. Por esse motivo, assim como os sentidos, a interpretação não é evidente, não é transparente, ela é um “gesto, ou seja, é um ato no nível do simbólico” (ORLANDI, 2004, p. 18).

Visto como uma relação necessária entre o sujeito e o mundo, os gestos de interpretação, como nos esclarece Orlandi (2004), permitem a um único texto a existência de diferentes possibilidades de sentido, cada uma refletindo o compromisso com o lugar a partir do qual se enuncia, com a posição sujeito e com os diferentes recortes de memória suscitados. Por esse motivo, apesar da multiplicidade de sentidos possíveis a um texto estes não podem ser quaisquer um, uma vez que são historicamente determinados, regidos por sua por sua relação com a exterioridade, com a formação discursiva em que se inscrevem. No caso do discurso para o qual ora propomos um gesto analítico, importa ainda destacar que o mesmo se dá pela mídia que, enquanto um lugar de interpretação que funciona pelo ibope, homogeneiza os sentidos e anula a memória impedindo, ou tentando impedir, que os sentidos derivem para outros possíveis, mas não desejados.

Orlandi (2004) afirma ainda que os gestos de interpretação atribuídos por um sujeito a determinado texto são resultados da sua relação com a memória, com o interdiscurso, com os sentidos aos quais se encontra filiado. No caso do nosso arquivo, no processo de construção dos sentidos acerca do IC, é muito recorrente a fala de médicos e fonoaudiólogos que, deslocados para o simbólico, assumem a *posição-sujeito profissional da saúde/cientista* uma posição historicamente filiada a uma rede de sentidos que entende a surdez a partir de uma perspectiva patológica.

Nessa perspectiva, a surdez é vista como uma condição incapacitante ao ser humano uma vez que “limita a ação de seu portador ou o impede de desempenhar seu papel na sociedade de maneira plena. Além disso, acarreta sérias implicações psicossociais para sua qualidade de vida e daqueles que convivem com ele no dia-a-dia” (ALBERNAZ,2008, p.09). Afirmações como a supracitada são constantemente utilizadas em nosso arquivo como justificativa para a realização da cirurgia do IC, posto como única alternativa possível aos surdos.

a relação custo benefício desse aparelho é maior do que um marca-passo cardíaco... por exemplo... porque... uhn::... você vai sociabilizar uma criança que [ia ficar a vida inteira=
[no::ssa
= dependendo de alguém=
[claro
= não ia ter uma profissão, não ia poder estudar [ia ser um::... praticamente=
[não aprende a falar
=um pária da sociedade. (IMPLANTE COCLEAR. **Mais Você**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 19 de maio de 2009. Programa de TV).

(...) a criança tem uma infância normal... isso é uma realidade hoje em dia... (há) tempos atrás essa criança teria toda... uhn::: uma atenção diferenciada (IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 31 de março de 2015. Programa de TV).

Como se observa nos fatos descritos acima, na *posição-sujeito profissional da saúde/cientista*, o discurso do IC é enunciado a partir de um lugar que o considera como única alternativa possível para os casos de surdez em que não há mais ganhos satisfatórios com o uso dos aparelhos auditivos, como único instrumento capaz de dotar a pessoa com surdez de uma vida normal, entendida pela concepção social que se tem do que é semanticamente normal e que funciona pela dicotomia normal – anormal, em que ser surdo, portanto, seria um problema social passível de ser combatido pelo uso do IC.

É possível destacar ainda que, na forma como os discursos do recorte acima são enunciados, o IC aparece não apenas como um dispositivo capaz de curar a surdez, como também de fazê-lo de forma rápida e eficaz, quando, na verdade, segundo Pfeifer (2015, p. 34), o IC “não ‘cura’ ninguém do silêncio, apenas conseguem nos dar várias horas de som todos os dias, estando sujeitos a falhas como qualquer aparato tecnológico; quando são desligados, a surdez ainda está ali” e que, além disso, trata-se de um “processo gradual e lento, leva anos para se ter

uma audição razoavelmente próxima da audição de um ouvinte” (LOBATO, 2014, p. 89). Sobre isso, remontamos a Orlandi (2007) para dizer que silêncio nas palavras, ou seja, elas produzem silêncio, nesse caso, não pela ausência do dizer, mas pelo excesso, dizendo o IC de um modo que não permite que se deixe falar de outra forma (ORLANDI, 2007).

Observa-se, dessa forma, que os sentidos atribuídos pelo *sujeito profissional da saúde/cientista* à surdez são resultantes de sua inscrição em uma formação discursiva que concebe a surdez a partir de um construto da medicina, portanto, algo passível de cura. A formação discursiva é o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito, é nela que o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade, especificidades, limites que o configuram e o distinguem dos outros (ORLANDI, 2012). As diferentes maneiras sob a qual as FDs se relacionam com a ideologia possibilitam a existência de diferentes FDs. Assim sendo, um dizer evoca diferentes efeitos de sentido dependendo da FD em que se encontra inscrito.

É por esse motivo que, na FD em que o *sujeito profissional da saúde/cientista* se encontra filiado, a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), é colocada à margem, não significa enquanto alternativa possível às pessoas com surdez. Em nosso arquivo, há uma única menção ao uso da Libras pela pessoa surda, mas ainda assim trazida por oposição para fundamentar o uso do IC

essas pessoas até então:... elas pra se comunicar... usava/ a linguagem de sinais que é a Libras que todo mundo conhece (...) só que:: ehn::... isso pra vida normal das pessoas é difícil porque se você vai na padaria comprar um pão... ninguém vai poder falar com você. (IMPLANTE COCLEAR. **Mais Você**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 19 de maio de 2009. Programa de TV).

Fala-se da Libras para instituir a imagem do IC. A partir deste dizer, duas apreensões podem ser levantadas: a primeira é a tentativa de apagamento da Libras enquanto materialidade significativa para o surdo e para a comunidade surda⁸. Mais uma vez, temos em evidência o discurso da normalização que pressupõe que, para que o surdo seja incluso na sociedade, faz-se necessário uma homogeneização dos indivíduos, um apagamento da especificidade e uma remissão do diferente ao mesmo. Tenta-se, para isso, criar no imaginário social a ideia de que a Libras,

⁸ Composta não apenas pelos surdos, mas por todos aqueles que compartilham dos mesmos interesses que estes tais como os familiares, os intérpretes, os professores, os amigos, entre outros.

apesar de ser amplamente conhecida, não é suficiente para possibilitar a estes indivíduos reais condições de inclusão.

Compreendendo que a ideologia tem materialidade, que ela contribui para a reprodução das relações sociais e que é pelo discurso que temos acesso a ela, podemos, ainda, acerca do trecho acima transcrito, discorrer sobre o uso do termo 'linguagem de sinais' em detrimento do termo *língua de sinais* e do que isso significa neste dizer. A Lei Federal nº 10.436/2002 reconhece a Libras como o meio legal de comunicação e expressão das pessoas surdas no Brasil, dotada de uma estrutura gramatical própria e que deve ter seu uso e difusão apoiado tanto pelo poder público como pelas empresas concessionárias de serviço público, caso dos sistemas de rádio e TVs no Brasil.

Há no uso da expressão 'linguagem de sinais', ao mesmo tempo, a retirada do escopo de língua da Libras e, conseqüentemente, a diminuição de sua importância para as pessoas surdas, e o silenciamento/apagamento de sentidos que poderiam convergir para uma outra FD, indesejada. O silêncio aqui é expressado não pela ausência de palavras, mas exatamente pelo oposto "se diz 'x' para silenciar 'y', este sendo, como já dissemos, o sentido indesejado, descartado, que se inscreveria em 'outra' formação discursiva" (ORLANDI, 2008, p. 60).

O discurso funciona, como se percebe, como um instrumento de prática política, cuja principal função está na reformulação do imaginário social acerca do surdo, da Língua de Sinais e do IC. Além disso, o apagamento do não-dito impede que o sujeito se filie a outras FDs, e que ocupe posições diferentes daquelas que, por meio da antecipação, se espera dela. Outrossim, há uma determinação do local de onde estes sujeitos devem falar não sendo dada voz àqueles que não ocupam tais lugares. Por esse motivo, não há em nenhum dos programas que compõem nosso arquivo um dizer contrário ao IC, silenciando assim qualquer forma de resistência a esse.

Isso nos mostra a forte atuação da mídia nos discursos por ela veiculados. O que nos permite dizer que esta se constitui como uma reguladora social do saber e que exerce forte influência no funcionamento dos aparelhos ideológicos do Estado como a família, por exemplo. Isso porque, ao permitir que circulem apenas dizeres favoráveis ao IC e evidenciar apenas experiências exitosas do Implante, a mídia

pode construir no imaginário familiar “expectativas altas e permeadas por mitos e fantasias” (YAMADA; VALLE, 2014, p.34). Por esse motivo, as autoras destacam a importância da família em não se ater apenas a uma fonte de consulta, incentivando-as a buscar o maior número de informações possíveis.

É importante salientar que em nosso arquivo, os critérios necessários para que um indivíduo seja considerado um candidato à cirurgia, as etapas a serem seguidas até a realização do procedimento, os fatores que podem inviabilizar a colocação do dispositivo não são elencados, ao contrário, enuncia-se o IC como uma tecnologia gratuita, possível a qualquer pessoa, em qualquer idade, com garantias de melhorias na qualidade de vida do implantado.

- tem alguma idade para fazer esse tipo de implante?
 - NÃO
 - pode fazer a partir do momento em que se descubra?
 - a partir do momento em que você tem certeza da perda de audição
 - (...)
 - aqui no Brasil... é possível fazer essa cirurgia pelo sistema único de saúde?
 - é possível sim... é possível sim (...) é possível sim... o SUS paga.
- (IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 07 de outubro de 2014. Programa de TV).

Embora o recorte acima, ao reiteradas vezes dizer *é possível sim*, não deixando espaço para a falha, para o real, Yamada e Valle (2014), no entanto, asseveram que o IC não se trata apenas de um procedimento cirúrgico, mas de um processo multifatorial que se inicia na fase pré-cirúrgica, em que o candidato é submetido a uma bateria de exames realizada por uma equipe multiprofissional, continuando por toda a vida do sujeito implantado e, diferente do que foi apresentado no trecho recortado, a idade é um fator essencial para a realização ou não do procedimento, mas além disso, “o tempo de privação sensorial, o envolvimento da família, as características individuais da criança” (YAMADA; VALLE, 2014, p. 28) também são fatores que precisam ser considerados.

Além das questões supracitadas, as questões socioeconômicas também precisam ser consideradas. Yamada e Valle (2014), Lobato (2014) e Pfeifer (2015) ressaltam que as condições financeiras das famílias podem interferir nos resultados a serem obtidos pelos surdos implantados, uma vez que não deve ser considerado apenas o processo cirúrgico, mas todo o processo pré e pós-operatório, que incluem exames de rotina e terapias, tais como:

audiometria, emissões otoacústica, que é o teste da orelhinha e o BERA, que é um exame mais de parte neurológica da criança. [...] Esses são os básicos, o mínimo, a partir daí a gente tem outros dois exames que também é crucial para chegar até o implante coclear que é a tomografia e a ressonância magnética do ouvido, que são exames caríssimos e que só quem tem convênio que pode fazer, porque é em torno de R\$ 1.200,00 o exame. [...] mesmo após a cirurgia do implante coclear, as crianças implantadas necessitam de reabilitação, fototerapia e apoio familiar quanto à estimulação auditiva e aos exercícios de fala por um intenso e longo período de tempo (REZENDE, 2012, p. 92-94).

Apesar da necessidade desses procedimentos pré e pós-operatórios não assegurados pelos Sistema Único de Saúde – SUS, o que se observa, pela repetição de “é possível sim” e pelo enunciado “o SUS paga”, é que há não apenas um apagamento dessa necessidade para além da cirurgia como também uma tentativa de propor à sociedade a ideia de que o Estado está arcando com as despesas necessárias para resolver, pelo uso do capital, algo que é da ordem do simbólico, que é da natureza da linguagem: o não escutar e o não falar.

Além do *sujeito médico/cientista* foi possível constatar que as vozes que falam a partir da *posição-sujeito beneficiado*, que compreende os surdos implantados e/ou seus familiares, também enunciam de uma FD favorável à colocação do IC, por perceberem-no como a única alternativa possível, ainda que tal procedimento não lhe traga resultados satisfatórios.

o Enzo nunca vai escutar 50...60%... o:: pouco resíduo de audição que ele tem é que ele possa FALAR e se comunicar com o mundo... (...) eu sempre pensei que... o pouco que ele pudesse ter... era ali que eu ia me agarrar. (...) meu objetivo de vida é fazê-lo falar... se comunicar com o mundo... ter interação... ter entendimento... porque isso pra mim sempre foi o mais importante (IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 11 de novembro de 2013. Programa de TV).

Segundo Pêcheux (2014), há em nosso discurso duas formas de esquecimento: o primeiro é um esquecimento ideológico, da ordem do inconsciente que nos dá a ilusão de sermos fontes de nosso dizer, de termos controle sobre ele; o segundo, da ordem da enunciação, nos traz o efeito de que escolhemos o nosso dizer, de que temos livre trânsito pelos sentidos quando, na verdade, a seleção daquilo que dizemos dá-se a partir da FD à qual estamos filiados. Assim sendo, nosso discurso é desde já, um discurso determinado que significa a partir da posição que ocupamos em relação à ideologia que nos interpela. Como nos diz Courtine

(2014), somos conduzidos sem perceber e assumimos o lugar que nos é designado a assumir, tendo a impressão de que o fazemos por nossa livre vontade.

Nesse meandro, vemos no recorte acima, que mesmo numa condição de não plenitude, o discurso do semanticamente normal, que busca possibilitar às pessoas surdas a capacidade de ouvir e falar, como se a fala oral fosse a única maneira possível para as pessoas se comunicarem, permitindo-lhes um modo de vida semelhante ao das pessoas ouvintes mantém-se e se sobrepõe a outros discursos possíveis, mas indesejáveis, como o discurso que concebe a existência da cultura e da identidade surda e que entende que as pessoas com surdez não precisam ser oralizadas para serem inclusas na sociedade, uma vez que a Libras enquanto uma língua natural possibilitaria aos seus usuários iguais condições socialização.

Além disso, quando entendemos que as palavras são atravessadas de silêncio e que elas produzem silêncio e silenciam, compreendemos que há em todo dito uma relação necessária com o não-dito. Dessa forma, ao aderir ao procedimento de colocação do IC, mesmo ciente que o resultado após a implantação não será equiparável ao das pessoas ouvintes ou mesmo a de outros surdos implantados, tem-se um apagamento da Libras não apenas enquanto alternativa possível às pessoas surdas, mas de sua própria existência.

Este silenciamento/apagamento, que é do nível da ideologia, é considerado por Orlandi (2007) como a forma mais eficaz de violência, uma vez que se expressa de forma indireta, apreensível apenas no campo do discurso. Ao tempo em que se apaga a Libras, e, conseqüentemente, a possibilidade de reconhecimento da existência de uma cultura e identidade surdas, estimula-se a busca pela homogeneização dos sujeitos, pela domesticação das diferenças como única possibilidade de dotar os sujeitos outrora marginalizados da condição de cidadão.

Isso provoca no *sujeito beneficiado* uma busca constante pelo seu reconhecimento enquanto sujeito, tal qual concebido pelo imaginário social que significa a imagem do sujeito calcada em uma sociedade ouvintista. Esta necessidade de reconhecimento pode ser percebida a partir da valorização de atividades que só poderiam ser desempenhadas por pessoas ouvintes, o que se nota em.

Hoje a Emily tem 6 anos. Conversa no telefone, ajuda os pais...até canta.
(IMPLANTE COCLEAR. **Mais Você**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 19 de maio de 2009. Programa de TV).

A gente liga o som pra ele, ele dança. Desliga ele para de dançar.
(IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 21 de outubro de 2014. Programa de TV).

Pra mim o mais marcante foi ver ele cantando no coral.
(IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 11 de novembro de 2013. Programa de TV).

Observa-se, a partir dos trechos acima transcritos que os *sujeitos beneficiados* entendem que ações como cantar e dançar são essenciais para o reconhecimento dos mesmos enquanto sujeitos semanticamente normais em um mundo semanticamente normal em que há a fala e, portanto, partícipes, de forma plena e ativa, da sociedade ouvinte. Por esse motivo, o alcance da capacidade para a realização de tais ações constitui-se elemento imprescindível e possível de ser alcançado desde que se realize a colocação do IC.

Este sentido pode ser apreendido pela presença do advérbio de modo ‘até’, na primeira sentença, que ao enunciar ‘até canta’ reforça, no imaginário social, por oposição, que esta não é uma capacidade que se espera de uma pessoa surda, mas que pode ser adquirida pelo uso do IC que se constitui, ainda pela presença do advérbio, como um instrumento de inclusão capaz de minimizar ou mesmo extinguir os infortúnios ocasionados pela surdez. O IC é colocado assim como um instrumento capaz de construir uma unidade. Iartes (2015, p.15), ao relatar histórias de pessoas que foram submetidas ao IC, fortalece esse discurso ao dizer, por exemplo, “Em 2002 Valéria conquistou sua nacionalidade de brasileira de volta. Ela colocou seu Implante Coclear”.

Strnadová (2000), Strobel (2015) e Rezende (2012) são autores que se inscrevem numa FD que entende a surdez como uma construção ideológica de uma sociedade majoritariamente ouvinte que objetiva erradicar a surdez e “provocar a extinção da cultura surda, da língua de sinais” (REZENDE, 2012, p. 28). Nesta FD, a surdez é vista como um artefato cultural e ser surdo “é uma dádiva preciosa” (STROBEL, 2015, p.28), que possibilita às pessoas pertencer a um grupo dotado de uma língua, cultura e identidade construída e representada “pela língua de sinais,

pelo modo diferente de ser, de se expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico” (STROBEL, 2015, p.45).

Sendo o limite de uma FD aquilo que a distingue de outra temos, em contrapartida, autores como Pfeifer (2013; 2015) e Lobato (2014) que entendem a surdez como uma condição incapacitante, uma deficiência que “rouba a independência e a autoestima” (PFEIFER, 2015, p.26), e que impedem as pessoas de participarem ativamente da sociedade da qual fazem parte. Nesta FD, o IC é visto, não apenas como uma tecnologia capaz de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas, mas como um instrumento capaz de “curar o isolamento da alma” (LOBATO, 2014, p. 145), de proporcionar “uma leveza de espírito” (PFEIFER, 2015, p. 11). Ser surdo, para esta FD, é como estar morto e o IC representa a possibilidade de (re)nascimento (PFEIFER, 2015). Em nosso arquivo, é exatamente este o discurso produzido por aqueles que enunciam a partir da posição *sujeito beneficiado*.

O implante Coclear pode ser considerado um renascimento, porque com a surdez profunda a gente morre e aí, quando o IC é ativado a gente renasce. (IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 21 de outubro de 2014. Programa de TV).

Eu tô muito feliz, porque eu tô escutando. É muito diferente. Eu renasci...eu renasci. Eu tô muito feliz. (IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 03 de outubro de 2016. Programa de TV).

Mais uma vez, evidencia-se o IC como um dispositivo isento de falhas, como único capaz de devolver às pessoas surdas a felicidade outrora perdida no caso daqueles que ficaram surdos ao longo do tempo, caso da primeira transcrição, ou de proporcioná-la pela primeira vez àqueles que nunca escutaram, caso da segunda transcrição. Acerca disso, Yamada e Vale (2014, p. 73) afirmam que o diagnóstico da surdez “representa um dos momentos mais tristes vividos pelos pais” e que o IC representa um impacto positivo na família possibilitando que ela se tornasse uma família normal e produzindo “uma melhora no relacionamento pais-filho” (YAMADA; VALE, 2014,p.60).

Ainda nesse meandro, o Instituto de Artes do Brasil (IARTES) promoveu uma obra que foi intitulada “Em alto e bom som – sensibilização pela Arte” (2015), resultado de uma série de entrevistas, 25 pessoas no total, com pessoas submetidas à cirurgia de implante coclear. Uma das perguntas comuns a todos os entrevistados

foi: “Se você tivesse que escolher apenas uma palavra para definir o que o implante representa para você?”; como resposta a palavra “vida” apareceu em seis oportunidades e a palavra “renascimento” em outras duas, o que reforça no imaginário social o constructo de que é impossível viver enquanto surdo, mas que o IC pode curar o surdo, lhe devolver (ou lhe dar) a vida.

Orlandi (2011b) salienta que todo discurso é incompleto e seu sentido é intervalar, ou seja, um discurso tem sempre relação com outros discursos, “é constituído pelo seu contexto imediato de enunciação e pelo contexto histórico-social, e se institui na relação entre formações discursivas e ideológicas” (p.240). Além disso, segundo Orlandi (2015), todo dizer se faz na tensão entre o mesmo e o diferente, entre a paráfrase e a polissemia. No que se refere especificamente à questão do IC, como acabamos de apresentar, percebemos, ainda, uma retomada do discurso religioso⁹ por meio do texto bíblico, a partir do qual o IC corresponderia, por paráfrase, ao milagre (a cura) proporcionado àqueles que têm fé (que se submetem à cirurgia). Tal como em

E um da multidão, respondendo, disse: Mestre, trouxe-te o meu filho, que tem um espírito mudo; (...) E Jesus disse-lhe: Se tu podes crer, tudo é possível ao que crê. E logo o pai do menino, clamando, com lágrimas, disse: Eu creio, Senhor! ajuda a minha incredulidade. E Jesus, vendo que a multidão concorria, repreendeu o espírito imundo, dizendo-lhe: Espírito mudo e surdo, eu te ordeno: Sai dele, e não entres mais nele (BIBLIA, Marcos, 9, 17).

Por outro lado, como aquilo que é mais importante nunca se diz (Orlandi, 2007), novamente deixa-se de dizer, que “é preciso muito esforço pessoal e dedicação após a cirurgia” (PFEIFER, 2015, p.13), que ela “não é indicada em todos os casos de surdez” (PFEIFER, 2015, p.13), que mesmo nos casos em que ela é recomendada “o resultado não é garantido a ninguém” (PFEIFER, 2015, p.13) e que há a necessidade de um bom aporte financeiro devido as despesas com o tratamento (Yamada e Valle, 2014). Além disso, o fato de surdos adultos relatarem, a partir da ocupação da *posição-sujeito beneficiado*, suas experiências bem-sucedidas com o IC, cria-se no imaginário coletivo a ideia de que a cirurgia para a colocação do aparelho pode ser realizada em qualquer idade e com as mesmas garantias de sucesso, o que é refutado pela literatura específica. Albernaz (2008) e Kozlowski (1997), por exemplo, afirmam que a cirurgia deve ser feita o mais cedo

⁹ Definido por Orlandi (2011, p. 242) como “aquele em que fala a voz de Deus: a voz do padre – ou do pregador, ou em geral, de qualquer representante seu”.

possível, antes dos 2 anos de idade, e que quanto mais velho o candidato à cirurgia, menor o ganho adquirido com o dispositivo.

Ferreira (2007) salienta que o sujeito é assujeitado tanto ao seu inconsciente quando às circunstâncias histórico-sociais que o moldam. No caso dos trechos supracitados, é interessante perceber o assujeitamento dos *sujeitos beneficiados* à FD em que se inscrevem e, nesse sentido, ao discurso da sociedade ouvintista que, sob a ilusão de origem do seu dizer, defende a necessidade social de que todo surdo deve ser como o ouvinte, deve ser ‘consertado’ para tornar-se ouvindo, argumentando-se ser esta a única condição capaz de proporcionar a felicidade.

Há entre o dizer daqueles que enunciam da posição-sujeito *medico/cientista* e daqueles que enunciam da posição sujeito *beneficiado* um discurso de mediação proferido por aqueles que, no DDC, ocupam a posição de *sujeito divulgador*. Grigoletto (2005) afirma que esta posição é assumida pelo jornalista a quem cabe o papel de administrador de sentidos da informação científica. Afirma ainda que este é determinado tanto pelo poder/verdade da mídia quanto pelo poder/verdade da Ciência, fazendo-o trabalhar no entremeio destes dois discursos. Não se pode entender, contudo, que o discurso do *sujeito divulgador* é mera repetição uma vez que, segundo Grigoletto, ao se inscrever discursivamente o jornalista/divulgador elabora “modos de discursivizar o discurso-outro” (2005, p. 167).

Desta forma, pode-se dizer que o discurso enunciado a partir da *posição-sujeito mediador* não é mero receptáculo, não é um discurso neutro é, ao contrário um discurso que apresenta identificações com seu lugar empírico de jornalista, com os saberes advindos da Ciência, com o poder/verdade da mídia e com os saberes do leitor o que, por sua vez, afeta a discursivização do seu dizer, garantindo-lhe um caráter de heterogeneidade, as diferentes vozes evocadas para legitimar a posição a partir da qual se enuncia. No caso do nosso arquivo, há um movimento de identificação do *sujeito mediador* com o discurso médico/científico acerca do IC e há, além disso, por um efeito de transferência, uma tentativa de construção da adesão deste discurso pelo leitor, a saber

Quero te convidar para assistir agora conosco a história da Mariane. [...] a gente chorou 17 vezes conhecendo a história da Mariane. Foi muito emocionante. [...] Ela fez o implante coclear e se emocionou com palavras que a gente ouve todo dia. Você vai se emocionar também.

(IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 03 de outubro de 2016. Programa de TV).

Ao demonstrar proximidade com o acontecimento relatado, produzindo enunciados como ‘a gente chorou’ e ‘foi muito emocionante’, o *sujeito divulgador* ao tempo em que fortalece o discurso da surdez como um problema, como uma deficiência que impede o indivíduo de realizar tarefas executadas diariamente por pessoas ouvintes também produz, como efeito de sentido, uma sensibilização que ele espera, pelo processo de antecipação de imagens que constituem o discurso, que seja compartilhada pelo leitor, fortalecendo no imaginário social a importância e a necessidade do IC.

Quanto à identificação do *sujeito divulgador* tanto aos saberes oriundos da Ciência quanto àqueles de ordem cotidiana, Grigoletto (2005) afirma que embora haja no discurso deste a manutenção, no imaginário coletivo, do caráter de seriedade da Ciência há uma realização de recortes de elementos oriundos do discurso cotidiano que são colados no discurso da Ciência para produzir o efeito de didatização esperado do DDC. O uso de elementos oriundos do cotidiano aproxima o *sujeito divulgador* do público leitor, bem como os comentários por ele proferidos acerca da temática tratada o aproxima do discurso científico.

Ele tem dois anos e ele nasceu com uma deficiência auditiva muito severa e ele fez esse implante que instala exatamente um dispositivo que vai permitir que ele ouça.

(IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 07 de outubro de 2014. Programa de TV).

A partir da posição em que se encontra inscrito, o *sujeito divulgador* explica o que é o IC, o que denota a adesão desse sujeito ao saber da Ciência, ao discurso científico. Esta explicação, no entanto, diferente daquelas advindas do lugar da Ciência, utiliza-se de uma linguagem coloquial e de fácil compreensão, o que caracteriza a identificação do *sujeito mediador* com o discurso cotidiano e, portanto, uma aproximação com o público leitor.

Por fim, importa dizer que ao se identificar com o discurso da Ciência, que entende o IC como única alternativa possível às pessoas com surdez, os *sujeitos divulgadores* desidentificam-se e apagam outros dizeres disponíveis acerca da temática. Para Orlandi (2007), esta é uma característica do jogo ideológico da

constituição dos sentidos, apagam-se as FD diferentes daquela desejada para a ilusão da homogeneização dos sentidos.

5.3 Memória discursiva

Para entendermos o funcionamento e a regularidade de um discurso é preciso considerar sua historicidade, considerar que o sujeito é historicamente constituído, que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos e que é pela ideologia que se naturaliza aquilo que é produzido pela história (ORLANDI, 2004). É preciso entender que todo discurso remete a um outro discurso, já-dito e esquecido, mas que está na base do dizer. Esquecidos para que surjam novos sentidos, mas também para que se apaguem sentidos evitados (ORLANDI, 2015).

Pêcheux (2015, p. 46) propõe a esses dizeres, retomados ou não, atualizados ou não, o termo memória discursiva, pensada não em seu aspecto individual, psicologista, mas em seu aspecto coletivo, social e histórico, entendendo-o como “aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem reestabelecer [...] os pré-construídos [...] de que sua leitura necessita”. Em outras palavras, a memória discursiva, é o já-dito que permite, segundo Lopes (2009, p. 80), inscrito na rede de formulações existentes em uma FD, “o aparecimento, o esquecimento ou a deriva de sentidos”. A FD é, portanto, o lugar de constituição dos sentidos.

Quando pensada em relação ao discurso, a memória discursiva é trabalhada pela noção de interdiscurso e, segundo Pêcheux (2014), compreende todo o complexo dominante das FD. É no interdiscurso que se constituem os pré-construídos, construções anteriores que aparecem na enunciação como se já estivesse ali, os quais são apropriados pelos sujeitos para a formulação de seu dizer. Orlandi (2015, p.29) esclarece que o interdiscurso “disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”. Isso porque não existem ‘sujeitos do discurso’, mas posições sujeito que enunciam a partir de uma FD que, por sua vez, já apresentam uma rede de formulações possíveis de serem enunciadas, logo, “o enunciável se constitui como exterior ao

sujeito que enuncia” (COURTINE, 2014, p.101), não tendo o sujeito controle sob o modo pelo qual os sentidos se constituem em seu dizer.

Courtine (2014) designa como efeito de memória a relação entre o interdiscurso e o intradiscurso. O interdiscurso, como dissemos, é a incorporação dos elementos pré-construídos no interior de uma FD que possibilita tanto a retomada/repetição quando o apagamento/esquecimento dos enunciados, elementos do saber próprio de uma FD, que por ela circulam. Para o autor, estes enunciados constituem uma rede de formulações possíveis que remetem à uma dimensão vertical (eixo da constituição), indefinidamente repetível.

O intradiscurso, por sua vez, são as formulações dos enunciados possíveis àquela rede de formulações. Diferente do interdiscurso que são estratificados ou desnivelados, o intradiscurso é sequencial, linearizado e, por isso, apresenta uma dimensão horizontal (eixo da formulação). Nas palavras de Courtine (2014, p.101), “o intradiscurso [...] é o lugar onde se realiza a sequencialização dos elementos do saber, onde o desnivelamento interdiscursivo dos [E]¹⁰ está linearizado, colocado em uma superfície única de [e]¹¹ articuladas”. Dessa forma, a apreensão dos efeitos de memória nos acontecimentos só é possível a partir da relação entre o interdiscurso e o intradiscurso. A partir disso, que discursos sobre o surdo e a surdez foram ditos e permanecem ditos e por dizer? O que deve ser lembrado e repetido? O que, ao contrário, deve ser esquecido?

5.3.1 Memórias no/do discurso sobre a surdez

O discurso sobre a surdez foi, historicamente, enunciado a partir de diferentes lugares com suas diferentes redes de formulações possíveis. Isso significa que houve, e ainda há, uma variedade de dizeres disponíveis acerca dessa temática dependendo da FD de que parte este dizer. Nas sociedades antigas, por exemplo, imperavam os enunciados que partiam de uma FD normalista. Nesse sentido, a surdez era vista como uma anormalidade que precisava ser erradicada da sociedade. Moura (2000) destaca que sociedades como as dos gregos e romanos

¹⁰ Enunciados.

¹¹ Formulação.

consideravam que os surdos, por não falarem, não poderiam ser considerados seres humanos competentes. Isso porque acreditava-se que a fala estava diretamente atrelada ao pensamento, logo, por não falarem, os surdos não poderiam desenvolver suas faculdades intelectuais e, por conseguinte, não poderiam ser considerados humanos.

Essa forma de pensar estava embasada na crença de Aristóteles (MOURA, 2000, p. 16) que considerava a linguagem como aquilo “que dava condição de humano para o indivíduo, portanto, sem a linguagem, o surdo era considerado não humano. Para ele, também, o surdo não tinha possibilidade de desenvolver faculdades intelectuais”. Este discurso que relaciona a fala à natureza humana mantém-se durante o período medieval, quando os discursos passam a ser enunciados a partir de uma FD cristã.

A igreja entendia que era pela expressão oral dos sacramentos que a alma humana alcançava a imortalidade. A incapacidade para emitir sons inteligíveis representaria, portanto, para a igreja, não apenas um ser desprovido de inteligência, mas de alma. Sacks (2010) ressalta que há uma exaltação bíblica da voz e do ouvido como o único e verdadeiro modo da relação entre o homem e Deus, “A fé vem pelo ouvir” (Rm 10:17^a); “No princípio era o verbo” (JO 1:1a). A surdez, por outro lado, na rede de formulações da FD cristã, é vista como uma maldição, um empecilho que afasta o homem de Deus, “E Jesus, vendo que a multidão concorria, repreendeu o espírito imundo, dizendo-lhe: Espírito mudo e surdo, eu te ordeno: sai dele, e não entres mais nele” (Mc 9: 25).

Devido a essa concepção que circulava sobre a surdez, as pessoas surdas foram por muito tempo consideradas incapazes de aprender e, por conseguinte, impossibilitados de “herdar bens, contrair matrimônio, receber instrução” (SACKS, 2010, p. 20). Segundo Lane (1989), santo Agostinho é um dos autores que defendiam essa máxima. Para ele, a surdez inviabilizava a aquisição de uma língua e isso, por sua vez, impedia que estes pudessem professar sua fé e conseqüentemente serem considerados cristãos. Dada a necessidade de ser cristão, ou seja, estar inscrito na FD cristã, para ser considerado cidadão, no período medieval, os surdos continuavam a ser excluídos da sociedade.

Há, no entanto, na passagem da Idade Antiga para a Idade Média, uma mudança no tratamento dado às pessoas com surdez, a qual precisa ser destacada. Enquanto aqueles tratavam a surdez, e as deficiências em geral, com violência, abandonando os indivíduos à própria sorte ou mesmo sacrificando-os, para estes, dado o conteúdo da doutrina cristã, que era voltada para a caridade e amor ao próximo, tais práticas passam a ser condenadas e passam a surgir instituições de caridade e hospitais para o acolhimento deste público, para que estes pudessem, ainda que à margem da sociedade e sem qualquer direito dado aos cidadãos, ter condições de sobreviver.

Sob a influência da religião cristã e graças aos seus preceitos de mansidão, de caridade e de respeito a todos os semelhantes [...] várias organizações de caridade ou de assistência a pobres, a deficientes abandonados e a doentes graves ou crônicos foram estabelecidas, [...] Todos os envolvidos rei e bispos - viam-se quase que forçados pelas decisões conciliares [...] a dar abrigo e ajuda aos pobres e àqueles doentes que eram abandonados pelos seus parentes (SILVA, 1987, p.120).

No final da Idade Média e início da Idade Moderna, com o advento do Renascimento, que proporcionou uma ruptura com as estruturas medievais, começaram a surgir propostas que defendiam a educação dos surdos. Segundo Moura (2000), entre os primeiros a defenderem publicamente este pensamento está o médico italiano Girolamo Cardano, que afirmava que os surdos podiam e deveriam ser instruídos. Para ele, “os nascidos surdos profundos poderiam ser ensinados a ler e a escrever sem fala” (MOURA, 2000, p. 17).

Essa mudança no discurso sobre a surdez estava destinada, no entanto, apenas aos surdos oriundos da nobreza e da corte, os surdos pobres continuavam sem acesso à educação e recolhidos por instituições especiais de caridade, onde lhes eram ensinados “alguns conhecimentos que lhes possibilitarão ser servidos” (LOPES, 2011, p. 43). Os surdos nobres, por outro lado, deveriam ser educados, a partir de uma metodologia oral, para que mantivessem assegurados seu direito à herança, à manutenção dos bens da família. Em Lopes (2011, p.41) lemos que “era necessário que os filhos surdos de nobres aprendessem a falar, ler, escrever, fazer contas, rezar, assistir à missa e confessar-se mediante o uso da palavra oralizada. A palavra falada conferia a visibilidade necessária a um nobre”.

Moura (2000) afirma que na decisão de educar ou não o surdo, a perda dos direitos à herança pesou mais que as implicações religiosas e que a própria escolha

pelo oralismo está igualmente atrelada à necessidade de tornar o indivíduo surdo um indivíduo semanticamente normal e, portanto, merecedor de seus direitos enquanto cidadão, “o aluno surdo, do sexo masculino e primogênito, poderia ascender nas categorias jurídicas e passar a ser o responsável por sua assinatura, por seu testemunho diante da lei, por sua herança” (LULKIN, 2000, p. 54). Inicialmente, foi a igreja quem assumiu a responsabilidade de educar os surdos filhos da nobreza. O primeiro professor de surdos na história e cujo trabalho serviu de base para outros educadores foi o monge beneditino Pedro Ponce de Leon.

Ele os ensinou a falar, ler, escrever, a rezar e conhecer as doutrinas do Cristianismo. Alguns aprenderam latim, outros aprenderam a entender o italiano através do grego e do latim. Os que aprenderam filosofia natural e astrologia, segundo o próprio Ponce de Leon, manifestaram, através do uso das faculdades intelectuais que possuíam, o que Aristóteles negava. [...] Desta forma ele demonstrou a falsidade de todas as crenças, religiosas, filosóficas ou medicas existentes até aquele momento sobre os surdos (MOURA, 2000, p.17).

A educação destes surdos acontecia no monastério de Oña, onde Ponce de Leon vivia. Para Lopes (2011), embora não se desejasse a formação de grupos surdos, este monastério se constituiu no primeiro local de agrupamento de surdos, ou em outras palavras, na primeira escola para surdos. Este agrupamento de surdos, de acordo com Lulkin (2000), propiciou que os sinais caseiros que as crianças surdas traziam fossem ganhando complexidade e se tornando uma língua comum entre os surdos, dada a frequência de uso entre eles. Apesar disso, o ensino era pautado na oralização entendida, nessa FD, como única forma de garantir aos surdos o status de cidadão.

Lulkin (2000) destaca ainda que manter a educação dos filhos surdos da nobreza em espaços reservados, como monastérios e conventos, implicava convidar a estes espaços, sob a justificativa de atestar a eficácia e a qualidade do ensino, as autoridades da nobreza e da realeza, o que trazia a estes ambientes e aos professores prestígio e reconhecimento social. Ponce de Leon, por exemplo, teve sua fama espalhada por todo o reino e o monastério de Oña recebeu visitas dos reis da Espanha, da França, da Hungria, e do Papa (LULKIN, 2000).

O oralismo fora adotado como método de ensino durante todos os séculos XVI, XVII e até meados do século XVIII, quando Charles-Michel de L'Épée propõe o uso da língua de sinais para a educação dos surdos e cria a primeira instituição para este

público, considerando a língua de sinais como método de instrução. Lane (1989, p. 05) afirma que “O Instituto Nacional para Surdos-Mudos foi a primeira escola pública de surdos na história do mundo e fonte de inspiração e modelo para centenas de outras que logo surgiram¹² (tradução nossa).

L’Epée objetivava ensinar os surdos de sua instituição a ler e a escrever em Francês, língua em que os discursos circulavam, mas diferente dos educadores que o antecederam, que também objetivavam ensinar aos surdos a língua majoritária de sua sociedade, utilizou como meio para este fim o uso da língua de sinais. Para ele, os surdos que chegavam à instituição já estavam dotados de uma linguagem e utilizá-la como método de ensino seria a forma mais fácil e eficaz de instruí-los quanto ao Francês.

Para tanto, L’Epée aprendeu com os surdos a língua de sinais francesa. “Foi o abade l’Epée, filho do arquiteto do rei, que primeiro se voltou para os pobres, desprezados, analfabetos e disse: ‘Ensine-me’¹³ (LANE, 1989, p. 63). Moura (2000) salienta que além de reconhecer a língua de sinais como forma de comunicação entre os surdos L’Epée possibilitou a passagem da educação individual para a educação coletiva, permitindo que surdos que não pertenciam à nobreza que estes tivessem acesso à educação. O instituto de L’Epée recebeu professores de vários países da Europa para aprenderem sua metodologia e implantarem-na em seus respectivos países. No ano da morte de L’Epée, em 1789, já existiam dezenas de escolas de surdos na França e em toda a Europa, as quais já atendiam quase dois mil alunos surdos (LANE, 1989).

O discurso dos opositores da metodologia de L’Epée ganhou força com sua morte e apesar da comprovada eficácia do método, que possibilitou aos surdos tornarem-se matemáticos, químicos, pintores, escultores, poetas, marinheiros, soldados, etc, (LANE, 1989), tem-se uma retomada dos princípios oralistas, considerado um método acima de todos os métodos, e do discurso que parte desta FD oralista. O principal argumento era o de que, ainda que aprendessem a língua de sinais, os surdos estariam restritos e limitados a conversarem apenas entre si ou

¹² “the National Institution for Deaf-Mutes it was the first public school for the deaf in the history of the world and the inspiration and model for hundreds that would soon follow”.

¹³ “It was the abbé l’Epée, son of the king’s architect, who first turned to the poor, despised, illiterate deaf and said ‘Teach me’.

num restrito grupo de usuários falantes dessa língua, enquanto o aprendizado da língua oral permitiria a eles se relacionarem com os que ouvem.

Os enunciados formulados a partir dessa FD consideram que “somente a fala pode suprimir todas as barreiras e dar acesso a carreiras onde a perda de audição não é um obstáculo absoluto. [...] somente a oralização é a arca sagrada que pode conduzi-los ao meio social que aspiram” (INES, 2013, p.10). Para tanto, era necessário evitar que os surdos tivessem acesso à língua de sinais uma vez que, segundo estes, o aprendizado da língua de sinais prejudicaria o aprendizado da oralização e da leitura labial. Segundo INES (2013, p. 75), o discurso que circulava era: “não se sirva de um sinal quando ele pode ser substituído por uma fala. Tome cuidado para que a criança faça o mesmo”.

O discurso oralista torna-se hegemônico e fonte dos dizeres e dos sentidos acerca da surdez, numa perspectiva mundial, a partir do Congresso Internacional de Educação para Surdos realizado, em Milão, em 1880, em que o método oralista alcança o status de único e verdadeiro método para o ensino de surdos. Os participantes desse congresso entenderam que somente com o uso do método oral puro os surdos conseguiriam atingir o mesmo nível de desenvolvimento que as pessoas ouvintes e que os métodos que utilizavam a língua de sinais deveriam ser abandonados uma vez que, segundo estes, a linguagem de sinais impede o progresso da linguagem (INES, 2011).

Deve-se renunciar o uso de sinais. [...] Para transformar um bebe surdo em um ser humano falante, dê a ele o que as nossas mães nos deram: a linguagem. [...] de todos os movimentos para expressão de ideias, o labial é o mais perfeito. A fala é o melhor e único método possível (INES, 2011, p. 24).

As deliberações do congresso de Milão, como ficou conhecido, foram amplamente seguidas pelas instituições que atendiam às pessoas com surdez em todo o mundo. Além disso, os dizeres proferidos nesse evento foram cristalizados no imaginário social e passou-se a produzir, pelo interdiscurso, novos dizeres que, por manterem o mesmo sentido, produzem a atualização de uma memória do discurso sobre o surdo, a surdez e sobre a oralização.

5.3.2 A memória discursiva no discurso sobre o IC

Em nosso arquivo, é possível perceber que há no discurso sobre o IC uma retextualização de memória, uma retomada e atualização dos discursos já ditos, principalmente no que tange à importância da oralização às pessoas surdas e à insuficiência da Libras para tal propósito. Pode-se perceber ainda que o discurso de divulgação científica se utiliza dos sentidos já cristalizados no imaginário social acerca da surdez para produzir outros efeitos de sentido acerca do IC, que estimulem a adesão ao mesmo.

Os programas que foram veiculados, por exemplo, contribuem para o apagamento da surdez enquanto identidade de um grupo dotado com uma língua, e reforçam a ideia desta enquanto uma deficiência, um problema que precisa ser combatido e que pode ser minimizado ou mesmo sanado pelo uso das novas tecnologias. Dessa forma, ressalta-se o IC e, conseqüentemente, apaga-se a Libras. Isso pode ser percebido no recorte a seguir

A gente vai começar hoje com umas historias incríveis, inspiradoras de pessoas que estão usando a tecnologia para superar limitações físicas. Ontem foi o dia nacional de combate e prevenção à surdez, por isso, eu vou começar com a história desse menino lindo aqui, o Enzo [...] o Enzo nasceu com uma surdez profunda e a pouco mais de um ano ele fez um implante coclear
(IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 11 de novembro de 2013. Programa de TV).

Embora existam datas que marquem socialmente a discussão sobre a surdez e sobre a Língua de sinais, tais como 24 de abril (Dia Nacional da Libras) e 26 de setembro (Dia nacional dos surdos), os programas de nosso arquivo foram notadamente veiculados em datas que se inscrevem em FD que possibilitam, pela rede de formulações disponíveis, dizeres que compreendem a surdez como uma limitação física que tem sido alvo das novas tecnologias, como o IC, para a solução do problema. Além do recorte supracitado que remete ao dia 10 de novembro, dia nacional do combate e prevenção à surdez, pode ser ainda mencionado o programa veiculado no dia 21 de outubro, data em que se celebra o Dia Nacional de Valorização da Família.

Diferente do programa veiculado no dia 11 de novembro que faz menção à data comemorativa a que se refere, no programa exibido em 21 de outubro esta não

se encontra explicitamente mencionada, mas a temática do IC é trazida a partir da história e do cotidiano de uma família nuclear tradicional, pai, mãe e filhos, que descobriram, após o nascimento de trigêmeos, que duas das três crianças nasceram com surdez e as submeteram à cirurgia para a colocação do IC. Mostra-se, durante a tratativa da questão, cenas do cotidiano familiar dos pais interagindo com os filhos implantados. Nesse mesmo programa, é trazida ainda uma outra história, de uma surda adulta, que também se submeteu à cirurgia do IC e que por conta desse procedimento conseguiu a chance de formar uma família nuclear. Percebe-se que, embora a data do dia 21 de outubro não tenha sido explicitada nos dizeres do sujeito divulgador, ela é constitutiva da formulação de todo esse programa.

Um terceiro programa que também nos possibilita uma atualização da memória corresponde ao exibido no dia 11 de setembro. Este traz como tema principal de discussão a importância da audição e das tecnologias existentes para o combate à surdez o que nos permite, não apenas pela data de veiculação, mas também pela temática, uma retomada dos discursos enunciados no congresso de Milão que decidiu, no dia 11 de setembro de 1880, pela sobreposição do método oral a qualquer outra metodologia de ensino, uma vez que somente a fala poderia proporcionar às pessoas com surdez condições efetivas de inclusão social e de perspectivas de futuro, dizeres que aparecem atualizados em todo o nosso arquivo

É toda uma mudança de futuro que ela pode ter por ouvir bem a partir de agora. (IMPLANTE COCLEAR. **Bem Estar**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 03 de outubro de 2016. Programa de TV).

(...) no início pra gente foi um grande susto... mas:: ainda bem que eles são dessa era da tecnologia... e eles podem ouvir. (IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 07 de outubro de 2014. Programa de TV).

Como se observa, somente a fala é considerada como alternativa às pessoas surdas. Outras possibilidades, como o uso da língua brasileira de sinais, embora não estejam necessariamente apagadas nos dizeres acima recebem, pelo uso das expressões ‘mudança de futuro’ e ‘ainda bem’ uma conotação negativa, uma possibilidade que não se espera utilizar. Acerca disso, Rezende (2012) afirma que, em geral, a língua de sinais é considerada apenas em último caso, quando todas as outras alternativas para o alcance da língua oral falharam. Pfeifer (2015), em contrapartida, argumenta que o IC é uma questão de garantia da acessibilidade e

que a precocidade na realização do procedimento é um fator fundamental para seu sucesso e que, portanto, deve ser prioridade.

Essa valorização dada ao ouvir e ao falar representa uma retomada e a manutenção dos sentidos já atribuídos aos sujeitos surdos, especialmente aqueles que os consideram como dependentes, infelizes e frustrados por serem incapazes de oralizar e viver numa sociedade majoritariamente ouvinte. Mantêm-se em circulação ainda os discursos que colocam sobre as pessoas surdas a responsabilidade pelo aprendizado da língua oral. INES (2013, p.90) destaca que “é habito dos professores que ensinam pelo método oralista afirmar para seus alunos que, se eles se esforçarem em aprender a falar, poderão evitar serem vistos como surdos-mudos”.

a capacidade auditiva de uma pessoa, ela vai também dá vontade de aprender, de superar e o Enzo é uma pessoa extremamente aberta a novos conhecimentos. [...] o Enzo tem essa característica porque ele quer mais e mais e mais as fônos. A pedagoga sempre fala que ele foca muito na terapia, ele presta atenção, ele quer muito (IMPLANTE COCLEAR. **Bem Estar**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 11 de novembro de 2013. Programa de TV).

Uma vez imputada sobre o sujeito surdo a responsabilidade pela aquisição da língua oral e pelo sucesso das terapias aplicadas, nega-se a possibilidade de insucesso dos recursos investidos e mantém-se o discurso desses tratamentos, como a cirurgia de IC, por exemplo, como infalíveis, uma vez que as falhas, se devem ao não comprometimento do indivíduo com o tratamento e não à tecnologia e/ou às terapias aplicadas. Lane (1989) refuta esse argumento quando relata as dificuldades enfrentadas por um surdo quanto à sua oralização. Ele diz (Lane, 1989, p.16):

“Taa, daaa, teee, deee”, ele me fez gritar repetidas vezes, mas contorcendo meu rosto como podia, lutando contra as lágrimas, procurando desesperadamente, em pânico, pelo lugar na minha boca com precisão para colocar minha língua, atento à minha respiração - não obtive êxito”.¹⁴.

Ainda sobre essa questão, Resende (2012) ressalta que o IC não é a cura para a surdez, que sua colocação não significa acesso imediato às habilidades da fala e do ouvir, ao contrário, uma vez implantado o surdo necessita de constantes e

¹⁴ ‘Taa, daaa, teee, deee’, he made me screech again and again, but contort my face as I would, fighting back the tears, search as I would desperately, in a panic, for the place in my mouth accurately to put my tongue, convulse as I would my breathing – I succeeded no better”

intensos tratamentos com fonoaudiólogos e que, ainda assim, podem, em muitos casos, não surtir os efeitos esperados pela equipe médica e pela família, gerando frustrações. Por esse motivo, Pfeifer (2015, p. 42) orienta que antes de se resolver pelo IC é preciso que o candidato ou seus familiares “vá [estejam] sabendo o que é implante coclear, como funciona, o que se pode esperar dele, quem pode e quem não pode fazer, quais são os custos envolvidos”.

Apesar disso, o IC é continuamente tratado, em nosso material de análise, como um recurso isento de falhas e, em geral, recomendado a todos os sujeitos que apresentarem surdez bilateral de grau severo ou profundo, apagando-se assim o fato de que existem casos em que, mesmo que o surdo tenha este tipo e grau de surdez, este dispositivo não é recomendado. Percebe-se ainda que o IC é tratado como o recurso tecnológico que historicamente se buscou para um efetivo tratamento da surdez. Isso pode ser percebido quando comparamos o discurso dos defensores do método oral e de suas tecnologias proferidos no final do século XIX com o discurso proferido pelos sujeitos analisados em nosso arquivo:

“oralizar a quem não fala é prestar-lhe um grande serviço; mas para obter esse resultado não poderíamos, desde já recorrer aos métodos científicos [...] e se estes métodos não são ainda suficientemente práticos, não seria útil pesquisar os meios de atingir esse resultado” (INES, 2013, p. 19).

“O senhor pode salvar a vida de muitas crianças por ai tendo um cidadão produtivo, né, que vai se integrar na sociedade (IMPLANTE COCLEAR. **Bem Estar**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 19 de maio de 2009. Programa de TV).

Observa-se, por um lado, a manutenção do discurso da oralização como única alternativa viável às pessoas com surdez e, por outro, o alcance de uma tecnologia, tão almejada no final do século XIX e início do século XX, que pode dotar os sujeitos surdos com aquilo que os tornará úteis à sociedade, a fala. Entendendo que a língua serve para comunicar e para não comunicar e que se diz de uma forma para não se dizer de outra, podemos perceber que, no trecho recortado de nosso arquivo, ser surdo e não ser oralizado é ser incapaz, improdutivo, dependente de benefícios sociais, em contrapartida, ser implantado denota independência, capacidade para contribuir socialmente. Além disso, evidencia-se, ainda, a importância do IC e a urgência de sua utilização uma vez que é um procedimento que pode ‘salvar vidas’

Outro aspecto presente em nosso arquivo que aproxima o discurso sobre o IC veiculado pelos programas matinais da Rede Globo dos discursos oralistas

cristalizados em nosso imaginário social, possibilitando uma atualização de memória, diz respeito à maneira como o assunto é abordado, em geral, a partir da exposição das histórias de vida de pessoas que foram submetidas à cirurgia para a colocação do aparelho e, principalmente, pela demonstração do momento em que este foi ativado.

(...) um mês depois chegou o dia de ativar o implante... antes a Mariane tira o aparelho auditivo que usa no outro ouvido... a fonoaudióloga então liga o implante... primeiro com sons bem baixinhos... (...) e ela começa a escutar (IMPLANTE COCLEAR. **Bem Estar**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 03 de outubro de 2016. Programa de TV).

(...) a gente ver o momento em que ele... ouve pela primeira vez... e é exatamente a voz da mãe a Fabiana que tá aqui junto com o Darlison que é o pai dele (IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 07 de outubro de 2014. Programa de TV).

A doutora Maria vai fazer essa ativação gente... NESSE momento aqui no palco do encontro... então vai ser a primeira vez... que:: o:: Vitória vai ouvir algum tipo de som (IMPLANTE COCLEAR. **Encontro**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 07 de outubro de 2014. Programa de TV).

Lulkin (2000) afirma que no final do século XIX e até meados do século XX era comum a prática de mostras públicas nas instituições educadoras de surdos, especialmente entre aqueles que se utilizavam de métodos pautados no oralismo. Estas se constituíam principalmente de espetáculos artísticos e mostras escolares que induziam os surdos à oralização diante de uma plateia como forma de demonstrar a capacidade que estes tinham de adquirir a linguagem oral e a qualidade do método utilizado. Salienta-se que, embora a discussão seja fomentada pela mídia e não pela escola, mantém-se a prática das mostras públicas como determinante para a possibilidade de uma adesão social.

Percebe-se ainda, em nosso arquivo, além da memória discursiva que é recorrente em todo o material analisado, a presença de uma memória simultaneamente de arquivo e metálica. Orlandi (2006) distingue três noções de memória: memória discursiva, memória de arquivo e memória metálica. A primeira, como já discutimos anteriormente, se constitui pelo esquecimento e reside no fato de que algo fala sempre antes em outro lugar, independentemente. São os dizeres já ditos ou possíveis que garantem a formulação de um novo dizer. A memória de arquivo, diferente da primeira, é aquela que não se esquece, aquela que as instituições “praticam, alimentam, normatizando o processo de significação, sustentando-o em uma textualidade documental” (ORLANDI, 2006, p. 05).

Por fim, a memória metálica é aquela produzida pelo atravessamento da tecnologia, especialmente pela mídia. Esta diz respeito à circulação, que não se produz pela historicidade, mas pela repetição, reprodução. Diferente da memória discursiva que se localiza no eixo da constituição (o eixo vertical), a memória metálica se localiza no eixo horizontal. Essa memória trabalha com quantidade, sua significação se dá pela circulação da informação. Em nosso arquivo, há a ocorrência de uma memória ao mesmo tempo de arquivo e metálica porque ao tempo em que ela representa uma textualidade documental também se dá pela repetição, ao passo em que um programa matutino apresenta uma matéria sobre o IC que se trata de uma retomada de uma matéria veiculada há tempos atrás pelo Fantástico, um programa noturno, exibido pela Rede Globo nas noites de domingo.

A gente vai ver, rever alguns personagens que emocionaram a gente numa reportagem feita pelo fantástico há pouco tempo atrás. Eram pessoas surdas que voltaram a escutar (IMPLANTE COCLEAR. **Bem Estar**. Rio de Janeiro: Rede Globo, 18 de setembro de 2012. Programa de TV).

Segundo Orlandi (2004), a mídia utiliza-se da memória metálica para, pela repetição, fazer circular determinado discurso e assim dar-lhe maior visibilidade. Considerando que a mídia trabalha em função da audiência e que esta produz seus programas pela antecipação de seu público-alvo, parece-nos possível dizer que ao reproduzir em um programa matutino uma matéria sobre o IC que já havia sido veiculada num outro programa a emissora visa garantir que este dizer seja alcançado pelos sujeitos que, pelo jogo imagético das formações imaginárias, acredita-se que sejam os mais interessados, a saber: as mulheres mães de crianças surdas, assistentes dos programas matutinos da Rede Globo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sob a perspectiva teórica à qual nos filiamos, o discurso é entendido como efeito de sentido entre locutores, produzido sob determinadas condições e a partir da relação entre a língua, a ideologia e o sujeito que, por sua vez, é entendido como assujeitado, afetado pelo real da língua, e da história, “não tendo controle sobre o modo como elas o afetam” (ORLANDI, 2015, p.18). Entendemos ainda que os sentidos não estão colados às palavras, dicionarizados, eles apresentam relação com a exterioridade, sendo necessário para sua apreensão considerar as condições em que eles são produzidos e o lugar discursivo ocupado por aqueles que enunciam.

Sendo assim, procuramos ao longo deste trabalho compreender os efeitos de sentido produzidos no/pelo discurso sobre o implante coclear veiculado pela TV Globo por meio dos programas matinais. Para tanto, e compreendendo que “cada material de análise mobiliza conceitos que outros analistas não mobilizariam” (ORLANDI, 2015, p. 25), estabelecemos como dispositivo teórico-analítico de nossa pesquisa os conceitos de sujeito, formação discursiva, memória discursiva e silêncio, postos em funcionamento através do discurso de divulgação científica. Com base nesse dispositivo, empreendemos um gesto de interpretação que nos permitiu atravessar “o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito” (ORLANDI, 2015, p. 59).

Nesse sentido, percebemos o discurso sobre o IC como um instrumento de prática política em que há um confronto de sentidos oriundos dos diferentes sentidos que circulam acerca dessa temática em virtude dos diferentes lugares a partir dos quais se enuncia. Identificamos que essa produção se dá, principalmente, a partir de duas FD: uma favorável ao uso da língua de sinais e outra favorável ao uso das novas tecnologias auditivas. Para aqueles que se inscrevem na primeira FD, o implante coclear é visto como um instrumento regulador do corpo surdo, prejudicial à comunidade surda, uma vez que o aumento no número de implantados acarretaria, conseqüentemente, numa diminuição dos usuários da língua de sinais. Ao contrário destes, os que se identificam com a segunda FD entendem que o IC possibilitaria uma melhor qualidade de vida às pessoas com surdez, pois garantiria uma real acessibilidade.

Quando trazido para o âmbito da televisão, por meio do discurso de divulgação científica que implica a didatização da informação pelo uso de uma linguagem do cotidiano, percebemos, por sua vez, uma tentativa de apagamento dos sentidos pela sobreposição de um discurso a outro (ORLANDI, 2008). Fala-se amplamente sobre o IC, o que é, como funciona, os benefícios àqueles que se realizam a cirurgia (que vão desde a possibilidade de ir comprar um pão na padaria até à constituição de uma família), mas silenciam-se os dizeres daqueles contrários ao procedimento, apagam-se do/no discurso veiculado os fatores que poderiam impedir a realização do procedimento ou mesmo seu insucesso.

Ao longo de nossas análises, identificamos três principais posições sujeitos, a saber: *profissional da saúde/cientista; sujeito beneficiado e sujeito divulgador*. Notamos que todas estão inscritas numa FD que entende o IC como única alternativa disponível às pessoas com surdez, o único meio capaz de permitir a esses indivíduos uma ‘vida normal’. Há, como se observou, um apagamento da língua de sinais, um silenciamento do discurso daqueles que entendem a Libras como uma ferramenta de cidadania. Esta só foi mencionada quando se pretendeu reforçar o discurso do IC e sua eficácia em detrimento à língua de sinais.

Ao nosso ver, há “uma remissão do diferente ao mesmo” (ORLANDI, 2008, p.41), isto é, o apagamento da especificidade das línguas de sinais em detrimento às línguas orais. Entendendo que os discursos são históricos, uma vez que se produzem em condições determinadas e influenciam novos acontecimentos, podemos observar que há no discurso sobre o implante coclear veiculado pela rede Globo em seus programas matinais, por um efeito parafrástico, uma retomada dos discursos de normalidade, da oralização, que, ao tempo em que desqualifica discursos contrários ao uso de tecnologias para a instituição de um sujeito semanticamente normal, coloca o uso do IC como única possibilidade do surdo se constituir como cidadão.

REFERÊNCIAS

ACHARD, Pierre [et al.]. **Papel de memória**. 4ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

ALBERNAZ, Pedro Luiz Mangabeira. **Quem ouve bem vive melhor**: um livro para pessoas com problemas de audição e seus familiares. São Paulo: MG Editores, 2008.

ANDRADE, Guilherme Ignácio Franco de. **A EXTREMA DIREITA NA FRANÇA NA DÉCADA DE 50: O MOVIMENTO POUJADISTA E A GUERRA DA ARGÉLIA**. Disponível em: <<http://www.erh2014.pr.anpuh.org/anais/2014/35.pdf>>. Acesso em: Junho. 2016.

AUTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985, 2ª edição.

AUTHIER-REVUZ, Jaqueline. **Palavras incertas**: as não-coincidências do dizer. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1998.

BARRETO, Raquel Goulart. Análise de discurso: conversa com Eni Orlandi. Teias: rio de janeiro, ano 7, nº 13-14, Jan/Dez 2006

BLUME, Stuart. **The artificial ear**: cochlear implants and the culture of deadness. United States of America: Rutgerspress, 2010.

BIBLIA, N.T. Marcos. In BIBLIA. Português. **Harpa Cristã**: Sociedade bíblica do Brasil, Rio de Janeiro: Casa Publicadora das Assembleias de Deus.

CALDAS, Graça. **Comunicação, Educação e Cidadania**: o papel do jornalismo científico. IN: Guimarães, Eduardo. Produção e Circulação do conhecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2003. 2v.

CARVALHO, Frederico Zeymer Feu de. **O sujeito no discurso**: Pêcheux e Lacan. Tese de doutorado, UFMG. Belo Horizonte, 2008.

CAZARIN, Ercília Ana. **Posição sujeito**: um espaço enunciativo heterogêneo. In: FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. **Análise do discurso no Brasil**: mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

COCLEAR NEWS. Grupo de Implante Coclear HCFMUSP Comemora a 500ª Cirurgia de Implante Coclear. Disponível em: <http://www.implantecoclear.org.br/noticias_detalhes.asp?id=69>. Acesso em 05 de Setembro de 2017.

COSTA, Greciely Cristina da. **Sentidos de Milícia**: entre a lei e o crime. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

COSTA, Nelson Barros da. **Práticas discursivas: exercícios analíticos**. Campinas, SP: Pontes Editoras, 2005.

COSTA, Juliana Pellegrinelli Barbosa. **A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.

COURTINE. Jean Jacques. O chapéu de Clémentis. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. **Os múltiplos territórios da Análise do Discurso**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

COURTINE. Jean Jacques. **Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos**. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

Dela-Silva. Do acontecimento jornalístico e do arquivo: efeitos do/no discurso. IN Grigoletto A análise do discurso e sua história: avanços e perspectivas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Análise do discurso e suas interfaces: o lugar do sujeito na trama do discurso**. Organon: Rio Grande do Sul, v.24, nº 48, Jan-Jun 2010.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **As interfaces da análise de discurso no quadro das ciências humanas**. Disponível em: <http://www.discurso.ufrgs.br/article.php3?id_article=3>. Acesso em: junho. 2016.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Os desafios de fazer avançar a análise do discurso no Brasil com singularidade e liberdade**. Revista do programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo. V.4 n. 2 – 241-249 jul/dez 2008.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970**. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GREGOLIN, Maria do Rosário; **Análise do discurso e mídia: a (re) produção de identidades**. Comunicação, mídia e consumo. São Paulo Vol. 4 n. 11 p. 11-25, nov. 2007

GRIGOLETTO, E. **O discurso da divulgação científica: um espaço discursivo intervelar**. 2005. Tese (Doutorado em Letras). Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2005.

GRUPO GLOBO. **Essência Globo**. disponível em <<http://www.essenciaglobo.com.br>> acesso em 02.10.2017.

GRUPO GLOBO. **Memória GLobo.** disponível em <<http://memoriaglobo.globo.com/>> acesso em 02.10.2017b.

GRUPO GLOBO. **Princípios editoriais do grupo Globo.** Disponível em <<http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>> acesso em 11.11.2017.

GUIMARÃES, Eduardo. **Produção e circulação do conhecimento.** Campinas, SP: Pontes Editoras, 2001.

GUIMARÃES, Eduardo. **Os limites do sentido:** um estudo histórico e enunciativo da linguagem. Campinas, SP: Pontes, 2005.

HENRY, Paul. **Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux.** IN: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

HELSLOOT, Niels; HAK, Tony. **La contribution de Michel Pêcheux à l'analyse de discours.** Langage et société 2000/1 (n° 91), p. 5-33.

IBOPE. **Audiência Tvs abertas.** Disponível em: https://dados.media/#/view/CATEGORY/TELEVISION/MDB_TVA_EVOLUCAO_SHARE_NACIONAL_REDES. Acesso em: 15 de Junho de 2017.

IBOPE. **Participação da audiência das redes.** Disponível em: https://dados.media/#/view/CATEGORY/TELEVISION/MDB_TVA_PARTICIPACAO_AUDIENCIA_REDES Acesso em: 15 de Junho de 2017.

IBOPE. **Perfil demográfico.** Disponível em: https://dados.media/#/view/CATEGORY/TELEVISION/MDB_TVA_PENETRACAO_PERFIL_DEMOGRAFICO. Acesso em: 15 de Junho de 2017.

INDURSKY, Freda. **Formação discursiva:** essa noção ainda merece que lutemos por ela? In: FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. **Análise do discurso no Brasil:** mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

INES – Instituto Nacional De Educação De Surdos. **Atas:** Congresso de Milão [de] 1880. Rio de Janeiro: INES, 2011

KOZLOWSKI, Lorena. **Implantes Cocleares.** Carapicuíba, SP: Pró-Fono, 1997.

LANE, Harlan. **A máscara da benevolência:** a comunidade surda amordaçada. Lisboa: Instituto Piaget, 1992.

LEANDRO-FERREIRA, Maria Cristina. **A trama enfática do sujeito.** In: FERREIRA, Maria Cristina; INDURSKY, Freda. **Análise do discurso no Brasil:** mapeando conceitos, confrontando limites. São Carlos: Claraluz, 2007.

LOBATO, Lakshmi Eliane Austregesilo. **Desculpe, não ouvi.** São Paulo: Atitude Terra, 2014.

LOPES, Maraisa. **Folha de S. Paulo**: da produção de sentidos acerca da Guerra do Iraque. São Carlos: Pedro e João Editores, 2009.

LUNARDI, Márcia Lise. **Educação especial**: institucionalização de uma racionalidade científica. *In*: THOMA, Adriana da Silva; LOPES, Maura Corcini. A invenção da surdez: cultura, alteridade, identidade e diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.

MACEDO, Mônica. **Comunicando saúde através do hipertexto** – um estudo de caso. *IN*: GUIMARÃES, Eduardo (org). Produção e Circulação do Conhecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2001.

MALDIDIER, Denise. **A inquietude do discurso**. Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux *In*: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI, Vanice. Legados de Michel Pêcheux: Inéditos em análise do discurso. São Paulo: Contexto, 2016.

MALDIDIER, Denise. **Elementos para uma história da análise do discurso na França**. *In*: ORLANDI, Eni. P (org). Gestos de Leitura: da história no discurso. 4ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

MALDIDIER, Denise. **Inquietação do Discurso**: (Re) ler Michel Pêcheux hoje. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI; Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginária**: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922-1989) Campinas, SP: [s.n.], 1996

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso**: história e práticas; tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: parábola editorial, 2007.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

MUDRY, Albert; MILLS Mara. **The Early History of the Cochlear Implant**: a retrospective. *Jama Otolaryngology Head Neck Surg*. Vol 139 (n. 5), MAY 2013

MUNHOZ, ELIANE REGINA. **A REDE GLOBO DE TELEVISÃO NO TERRITÓRIO BRASILEIRO ATRAVÉS DO SISTEMA DE EMISSORAS AFILIADAS**. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, USP. SÃO PAULO 2008

NUNES, José Horta. **Discurso de divulgação**: a descoberta entre a ciência e a não-ciência. *In*: GUIMARÃES, Eduardo. **Produção e circulação do conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editoras, 2001.

ORLANDI, Eni. P. **A análise de discurso e seus entre-meios**: notas a sua história no brasil. *Cad.Est.Ling.*, Campinas, (42): 21-40, Jan./Jun. 2002

ORLANDI, Eni. P. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Campinas: Pontes, 2004. 4ª edição.

ORLANDI, Eni. P. **A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais**: o Brasil. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. (Org.) Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso**. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Susy; ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli (orgs). Introdução às ciências da linguagem – Discurso e Textualidade. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006a.

ORLANDI, Eni. **Conversa com Eni Orlandi**. In. BARRETO, Raquel. Teias: Rio de Janeiro, ano 7, nº 13-14, jan/dez, 2006b

ORLANDI, Eni. P. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni. P. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 6ª Ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso e Texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4ª Ed, Pontes Editores. Campinas, SP, 2012a.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso e Leitura**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2012b.

ORLANDI, Eni. P. **Análise de Discurso**: Princípios e Procedimentos. 12ª ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2015.

ORLANDI, Eni. P. **Discurso em análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3ª edição. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

PÊCHEUX, Michel; HENRY, Paul; HAROCHE, Claudine. A Semântica e o Corte Saussuriano: língua, linguagem e discurso. Linguasagem: Revista eletrônica de popularização científica em ciências da linguagem, São Carlos, n. 03, p.01-19, out/nov. 2008. Bimestral. Tradução de Roberto Leiser Baronas e Fábio César Montanheiro. Disponível em: <http://www.letras.ufscar.br/linguasagem/edicao03/traducao_hph.php>. Acesso em: jun. 2016.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de discurso**: Textos selecionados: Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: 4ª edição. Pontes Editores, 2015.

PÊCHEUX, Michel. **Análise Automática do Discurso**: AAD-69. IN: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes, 1990b.

PÊCHEUX, Michel. **Análise de Discurso: Três épocas.** IN: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. **A propósito da análise automática do discurso:** Atualização e perspectivas. IN: GADET, Françoise; HAK, Tony. Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Tradução de Eni Orlandi [et al.] 2ed Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014

PFEIFER, Paula. **Crônicas da surdez.** São Paulo: Plexus Editora, 2013.

PFEIFER, Paula. **Novas crônicas da surdez:** epifanias do implante coclear. São Paulo: Plexus, 2015.

PRETI, Dino. **Entre o oral e o escrito:** a transcrição de grações. IN: Preti, Dino (Org.). Oralidade em textos escritos. Projetos Paralelos – NURC/SP. USP: Humanitas, 2009.

REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. **Implante coclear:** normalização e resistência surda. 1. Ed. Curitiba, PR: CRV, 2012

SANTOS, Sônia Sueli Berti. **Pêcheux.** IN: Oliveira, Amaral. Estudos do discurso: perspectivas teóricas. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SARGENTINI, Vanice Maria Oliveira. **A noção de formação discursiva:** uma relação estreita com o corpus na Análise do Discurso. Anais do II SEAD â013 Seminário de Estudos em Análise do Discurso, v. 2, p. 1-6, 2005.

SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. A Questão Agrária na Grande Imprensa. Ícone (Recife), RECIFE, v. 1, n.4, p. 05-22, 1995.

SILVA, José Otacílio da. **Althusser.** IN: Oliveira, Amaral. Estudos do discurso: perspectivas teóricas. 1ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

SKLIAR, Carlos. **Um olhar sobre o nosso olhar acerca da surdez e das diferenças.** IN: Skliar Carlos (org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2010.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 3. ed. rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2015.

STRNADOVÁ, Vera. **Como é ser surdo.** Petrópolis, RJ: Babel Editora, 2000

VASCONCELLOS, Karina de Mendonça. **A representação social da família:** desvendando Conteúdos e explorando processos. Tese de doutorado. UNB, 2013.

VOGT, Carlos. **Revista com ciência**: publicação eletrônica de divulgação científica. In: GUIMARÃES, Eduardo. **Produção e circulação do conhecimento**. Campinas, SP: Pontes Editoras, 2001.

YAMADA, Midori Otake; VALLE, Elizabeth Ranier Martind do. **Vivência de mães na trajetória de seus filhos com implante coclear**: fatores afetivos e emocionais. 1. ed. Ribeirão Preto, SP: Book Toy, 2014.